



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ (2000-2004): DIÁLOGO
ENTRE A HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR

Blumenau

2024

RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ (2000-2004): DIÁLOGO
ENTRE A HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Blumenau

2024

H665h Hinsching, Rafaela Alessandra Schneider.
História da implantação do CEDUP Timbó (2000-2004): diálogo entre a história e a cultura escolar / Rafaela Alessandra Schneider Hinsching; orientador Reginaldo Leandro Plácido. -- Blumenau, 2024.
146 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2024.

Inclui referências.

1. Educação - História. 2. Educação Profissional e Tecnológica – História. 3. Educação Profissional e Tecnológica – Memória. 4. Instituições Escolares. 5. CEDUP Timbó-SC. I. Plácido, Reginaldo Leandro. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD: 373.246



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU – C. C. P. G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14272/2024 – CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001374/2024-67

Blumenau-SC, 23 de julho de 2024.

RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ (2000-2004): DIÁLOGO
ENTRE A HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 18 de julho de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido
Instituto Federal Catarinense
Orientador

Prof. Dr. Simão Alberto
Instituto Federal Catarinense

Prof. Dr. Carlos Odilon da Costa
Fundação Universidade Regional de Blumenau

Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro
Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 11:38)

CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matricula: ###239#6

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 15:31)

REGINALDO LEANDRO PLACIDO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###781#1

(Assinado digitalmente em 24/07/2024 01:43)

SIMAO ALBERTO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###029#0

Visualize o documento original em <<https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>> informando seu número: **14272**, ano: **2024**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **23/07/2024** e o código de verificação: **974123d4c4**



Documento assinado digitalmente
CARLOS ODILON DA COSTA
Data: 26/07/2024 16:33:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Blumenau
2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU – C. C. P. G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14272/2024 – CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001375/2024-10

Blumenau-SC, 23 de julho de 2024.

RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING

RETRATOS E RELATOS: MEMORIAL DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de julho de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido
Instituto Federal Catarinense
Orientador

Prof. Dr. Simão Alberto
Instituto Federal Catarinense

Prof. Dr. Carlos Odilon da Costa
Fundação Universidade Regional de Blumenau


Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro
Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 11:38)
CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matricula: ###239#6

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 15:31)
REGINALDO LEANDRO PLACIDO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###781#1

(Assinado digitalmente em 24/07/2024 01:42)
SIMAO ALBERTO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###029#0

Visualize o documento original em <<https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>> informando seu número: **14273**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **23/07/2024** e o código de verificação: **d4e6d4c5fa**

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ODILON DA COSTA**
Data: 26/07/2024 16:33:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Blumenau
2024

Com carinho para Ella Dietrich (nascida Heller, *in memoriam*), minha avó materna que sonhou ser professora. Seu sonho foi interrompido pelo preconceito de que as mulheres deveriam apenas servir ao seu lar. Minha eterna professora, me ensinou tanto sobre a vida e tantas outras coisas, maravilhosas histórias.

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Educação Profissional de Timbó (CEDUP Timbó) que, em meio às lutas e resistências, manteve-se ao longo de sua trajetória. Além das mudanças de endereço, propiciou algumas transformações na vida de profissionais e estudantes que passaram por esta escola. Uma destas, foi a minha.

Ao professor orientador, Dr. Reginaldo Leandro Plácido, por sua humanidade, paciência e ética durante este tempo de mestrado e por seus ensinamentos além de acadêmicos.

Aos professores Carlos Odilon da Costa, Denise Fernandes e Simão Alberto pelas importantes contribuições na qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pela oportunidade em aprender a diferença entre mercado e mundo do trabalho. Aos professores, por compartilharem seu tempo em prol dos saberes. Aos colegas Hermano e Samara, por todas as caronas ao longo do primeiro ano de mestrado, sem vocês o trajeto seria nebuloso. À Samara “Libras”, por me ensinar o empoderamento da deficiência auditiva.

Ao grupo de orientação “Juntos”, pela partilha da alegria e da tristeza. Em especial à Denise e à Flávia que, por muitas vezes, iluminaram meu caminho. Ao Thiago e ao José Luiz, pelas leituras de mundo.

À equipe gestora do CEDUP Timbó, aos professores e estudantes pelo apoio e pela compreensão de minhas incontáveis ausências em prol do mestrado.

À Secretaria Municipal de Educação de Timbó (SEMED), por conceder-me tempo para este mestrado.

À equipe *Ture Desing* por sua maestria, seu profissionalismo e seu apoio na editoração do Produto Educacional.

Ao meu Charles, companheiro de vida e incentivador de todas as minhas escolhas, por sua paciência e firmeza nos momentos em que pensei desistir.

Aos meus preciosos, Eduarda e Gustavo, pela inspiração em ser melhor que ontem.

Aos meus pais, Valdir e Marlene, pela inspiração da história de vida e pelas cartas de amor por meio de uma fotografia.

A todas as pessoas que, de diferentes maneiras, contribuíram com esta pesquisa, tornando essa história possível.

“Eu não tenho paredes.
Só tenho horizontes.”
(Mário Quintana)

RESUMO

Esta pesquisa investigou a história e a cultura escolar na implantação do Centro de Educação Profissional Timbó (CEDUP Timbó), entre os anos 2000 e 2004. Está vinculada à linha de pesquisa Organização e Memórias de espaços pedagógicos na EPT, no macro projeto 4- História e Memória no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), polo Blumenau, área de ensino. A pergunta problema desta pesquisa é: “qual história é possível construir da implantação do CEDUP Timbó e qual a cultura escolar nos anos 2000 a 2004?”. O objetivo foi compreender a história da implantação do CEDUP Timbó na perspectiva da cultura escolar. Os estudos foram baseados a partir de autores sobre cultura escolar, concepção de história da educação profissional no Brasil, história de instituição escolar, legislação sobre a EPT no estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem exploratória, com coleta de dados em fontes bibliográficas e documentais, além de realização de entrevistas semiestruturadas. Como método de análise, optou-se pela Análise Textual Discursiva, por permitir uma interpretação dos textos e documentos. A partir da análise dos dados, foram definidas categorias que auxiliaram na compreensão da história da implantação do CEDUP Timbó. Durante a pesquisa, foi desenvolvido um Produto Educacional denominado “Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP Timbó”. O memorial virtual apresenta essa história a partir das fotografias, dos recortes de jornais e dos documentos do período de implantação do CEDUP Timbó. O objetivo desse memorial foi registrar essa história para preservar a memória da instituição escolar, atender finalidades pedagógicas institucionais e servir como fonte de pesquisa na história de instituições escolares da EPT.

Palavras-Chave: História da Educação; História e memória da Educação Profissional e Tecnológica; Instituição escolar; Cultura escolar; CEDUP Timbó.

ABSTRACT

This research investigated school history and culture during the implementation of the Timbo Professional Center (CEDUP Timbo), in the years 2000 to 2004. It is linked to the Organization and Memories research line of pedagogical spaces at EPT, in the macro project 4-History and Memory in the context of Professional and Technological Education (EPT), in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), Santa Catarina's state, Federal Institute of Education, Science and Technology (IFC), Blumenau hub, on teaching area. The problem question of this research is what history can be constructed about the implementation of CEDUP Timbo and what was the school culture in the years 2000 to 2004. The objective was to understand the history from implementation of CEDUP Timbo from school culture perspective. The studies were based on authors on school culture, conception of the history of professional education in Brazil, history of school institutions and Santa Catarina's EPT legislation. Is qualitative research, with an exploratory approach, with data collection from bibliographic and documentary sources, in addition to semi-structured interviews. As an analysis method, Discursive Textual Analysis was chosen, as it allowed interpretation of texts and documents. From data analysis, categories were defined that helped in understanding the history from CEDUP Timbo's implementation. During the research, an Educational Product called "Portraits and Stories was developed: memorial of the implementation of CEDUP Timbo." The virtual memorial presents this story based on photographs, newspaper clippings and documents from the CEDUP Timbo's implementation. The objective of this memorial was to record this history to preserve the memory of the school institution, serve institutional pedagogical purposes and serve as a source of research on the history of EPT school institutions.

Keywords: History of Education; History and memory of Professional and Technological Education; School institution; Scholl culture; CEDUP Timbo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Imagem QR Code	55
Figura 2 - Página inicial do Produto Educacional	56
Figura 3 - Imagem do PE CEDUP Timbó Prédio Atual.....	56
Figura 4 - Imagens Flutuantes na Página Inicial do PE.....	57
Figura 5 - Descritivo no rodapé da página inicial do PE.....	57
Figura 6 - Créditos e Agradecimentos.....	58
Figura 7 - Informações e Cuidados éticos	58
Figura 8 - Imagens flutuantes do PE Segunda Seção.....	59
Figura 9 - Descritivo Histórico I	60
Figura 10 - Descritivo Histórico II	60
Figura 11 - Descritivo Histórico III	61
Figura 12 - Seção Relatos e Retratos	62
Figura 13 - Início na sede própria.....	62
Figura 14 - Primeiro prédio do CEDUP Timbó	63
Figura 15 - Retratos 03 e 04.....	63
Figura 16 - Retrato 05	64
Figura 17 - ADM 1 CEDUP Hermann Hering Timbó	64
Figura 18 - ADM 2 CEDUP Hermann Hering Timbó	65
Figura 19 - Formandos Eletrônica 2002	66
Figura 20 - Formandos Técnico Informática Turma da Transição Escolar	66
Figura 21 - Ofício Bailes de Formatura	67
Figura 22 - Primeira Turma de alunos Curso Técnico em ADM CEDUP Timbó	67
Figura 23 - Relato 12 Histórico da Extensão CEDUPHH Timbó	68
Figura 24 - Retrato 13 TCC ADM e Exposição de Turismo.....	69
Figura 25 - Convite de Formatura	69
Figura 26 - Material 2002 encontrado na rua da cidade de Timbó	70
Figura 27 - Construção do Prédio 2002	71
Figura 28 - CEDUP Itinerante.....	71
Figura 29 - CEDUP é municipalizado e amplia espaço físico	72
Figura 30 - Solenidade para assinatura do convênio para construção do prédio próprio	72

Figura 31 - Alvarás de Construção e Habite-se.....	73
Figura 32 - Ata da Primeira Assembleia Geral CEDUPHH Timbó.....	73
Figura 33 - Descritivo contribua com avaliação.....	74
Figura 34 - Avaliação do Memorial.....	75
Figura 35 - Imagem do Formulário Avaliativo, Mensagem Final	75
Figura 36 - Primeiro Prédio do CEDUP Timbó e Campo União	90
Figura 37 - Ata da Assembleia Geral CEDUPHH Timbó, ano 2003	96
Figura 38 - Materialização do Produto Educacional	100
Figura 39 - Frente e Verso do <i>Totem</i>	100
Figura 40 - Porta principal do auditório no lançamento do Produto Educacional	101
Figura 41 - Mesa com <i>totens</i> para homenagens; obras que balizaram esta pesquisa	103
Figura 42 - Homenagem de Egressa ADM 2002 ao Ex-Professor do CEDUPHH Timbó	103
Figura 43 - Homenagem de Egresso Eletrônica 2002 ao Ex-Coordenador do CEDUPHH Timbó.....	104
Figura 44 - Árvore desenvolvida em uma atividade de ensino a partir do PE	106
Figura 45 - Aplicação do PE 2024.....	107
Figura 46 - Pesquisadora aplicando o PE em formato de palestra	107

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aceite de participação da pesquisa no formulário do PE.....	108
Gráfico 2 - Segunda pergunta do Formulário Avaliativo do PE	108
Gráfico 3 - Terceira pergunta do Formulário Avaliativo do PE	109
Gráfico 4 - Quarta pergunta do Formulário Avaliativo do PE	109
Gráfico 5 - Quinta pergunta do Formulário Avaliativo do PE.....	110
Gráfico 6 - Sexta pergunta do Formulário Avaliativo do PE	110
Gráfico 7 - Sétima pergunta do Formulário Avaliativo do PE	111
Gráfico 8 - Oitava pergunta do Formulário Avaliativo do PE	111
Gráfico 9 - Nona pergunta do Formulário Avaliativo do PE.....	112
Gráfico 10 - Décima pergunta do Formulário Avaliativo do PE	112
Gráfico 11 - Décima Primeira pergunta do Formulário Avaliativo do PE	113
Gráfico 12 - Décima Segunda pergunta do Formulário Avaliativo do PE	113
Gráfico 13 - Décima Terceira pergunta do Formulário Avaliativo do PE	114

Gráfico 14 - Impressões e Mensagens dos Avaliadores do PE.....	114
--	-----

QUADROS

Quadro 1 - Recortes de jornais encontrados no arquivo público municipal; Jornal do Médio Vale	125
Quadro 2 - Documentos do Acervo Escolar	126
Quadro 3 - Nomenclatura de Identificação dos Entrevistados	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ATD – Análise Textual Discursiva

CEDUPHH Blumenau – Centro de Educação Profissional Hermann Hering

CEDUPHH Timbó – Centro de Educação Profissional Hermann Hering Timbó

CEDUP Timbó – Centro de Educação Profissional de Timbó

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

CIS – Centro Interescolar

COOPERHERMANN – Cooperativa dos Alunos da Escola Técnica Hermann Hering

CRE 35ª – Coordenadoria Regional de Educação

EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

EP - Educação Profissional

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

LEME- Laboratório de Espaços e Memória da Educação Profissional e Tecnológica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PE – Produto Educacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROEP – Programa de Reforma da Educação Profissional

SC – Santa Catarina

SED – Secretaria do Estado de Santa Catarina

SENAC – Serviço de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Timbó

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 HISTÓRIA DA EPT NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO....	23
2.2 OS CEDUPS COMO OFERTA DE EPT EM SC.....	33
2.2.1 A implantação do CEDUP Timbó: cidade e possíveis influências sociais	36
2.3 CULTURA ESCOLAR NO CEDUP TIMBÓ: A HISTÓRIA E SUA EXISTÊNCIA INSTITUCIONAL	40
3 METODOLOGIA	47
4 PRODUTO EDUCACIONAL	52
4.1 DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	53
4.2 DESCRITIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL: RETRATOS E RELATOS – MEMORIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ.....	54
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	76
5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (C1).....	76
5.2 CEDUP TIMBÓ: POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS LOCAIS (C2).....	83
5.2.1 CEDUPHH Timbó e a itinerância conflituosa na cidade (C2)	86
5.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (C3)	91
5.3.1 Práticas Pedagógicas: Professores e Estudantes (C3)	93
5.4 LANÇAMENTO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (C2 E C3).....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS E RECORTES DE JORNAIS ..	125
APÊNDICE B – NOMENCLATURA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E QUAIS CATEGORIAS MAIS EVIDENTES EM SUAS FALAS	127
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA PRESENCIAL, E/OU VIRTUAL, SEMIESTRUTURADA	128
APÊNDICE D – FORMULÁRIO GOOGLE FORMS AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	129
APÊNDICE E – RESPOSTAS E IMPRESSÕES DA QUESTÃO ABERTA DO	

PRODUTO EDUCACIONAL – EXTRAÍDO DO FORMULÁRIO <i>GOOGLE FORMS</i>	130
APÊNDICE F – CONVITE PARA O LANÇAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	132
APÊNDICE G – CONVITE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	133
ANEXO A – HISTÓRICO DA COOPERHERMANN	134
ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE USO E TERMO ADITIVO CEDUP TIMBÓ	136
ANEXO C – PARTE DO REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO COMERCIAL DR. LEOBERTO LEAL	140
ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS	141

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa apresenta a história da implantação do CEDUP Timbó na perspectiva da cultura escolar, no período de 2000 a 2004. A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC *Campus* Blumenau, na área de ensino, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inserida no Macroprojeto 4 - História e Memórias no Contexto da EPT. A pesquisa faz parte do projeto LEME¹ (Laboratório de Espaços e Memórias da EPT), no qual são desenvolvidos trabalhos na linha da pesquisa de Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos em EPT.

Por ser servidora do CEDUP Timbó, acompanhei parte da trajetória desta instituição. Iniciei minhas atividades profissionais após oito anos de implantação dessa escola. Logo no primeiro ano de serviço como Assistente Técnico Pedagógico, passamos por uma mudança de prédio inesperada. Na época, um projeto municipal transformou o prédio onde o CEDUP Timbó funcionava em um Parque Central². Desse modo, o CEDUP Timbó funcionou em outro prédio, cedido por uma escola da rede estadual, com uma gestão compartilhada por oito anos até conquistar seu prédio próprio. Como dito, o CEDUP Timbó viveu um período transitório de endereço. Iniciou suas atividades em um prédio cedido, e a pesquisa apontou que a questão predial para o CEDUP Timbó foi um desafio recorrente.

Ao longo desse período, acompanhei o desenvolvimento do CEDUP Timbó e a formação profissional dos estudantes que ali buscavam um novo rumo em sua trajetória humana e profissional para o mundo do trabalho. Por ser munícipe e ter vínculo profissional com essa instituição escolar, meus esforços acadêmicos motivaram-me a pesquisar e relatar a trajetória vivida por essa escola, além de investigar e descobrir como a cultura escolar desta instituição foi construída, mesmo sem ter um prédio próprio entre os anos 2000 e 2004.

Busquei me desenvolver profissionalmente nessa escola, aprendendo sobre a educação profissional e as relações com o mundo do trabalho. Ao longo de minha vida

¹ LEME projeto de pesquisa científica. Disponível em: <<https://lemept.com.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

² O prédio onde funcionava o CEDUP foi demolido e foi criado o Parque Central. Disponível em: <<https://www.turismotimbo.com.br/o-que-fazer/parques-e-pracas>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

profissional, atendi professores, estudantes e empresários, além da comunidade local. No início atuei em alguns setores diferentes dentro do CEDUP Timbó: tanto no administrativo e no pedagógico quanto na gestão escolar. Atualmente coordeno os cursos técnicos subsequentes noturnos. Antes de qualquer função ou cargo profissional, sempre me considerei servidora pública. Servir as pessoas na educação profissional é ter a certeza de sermos pontes e não muros. O mestrado sempre foi um sonho pessoal, especificamente o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, na certeza de que isso seria um divisor de águas em minha contribuição profissional dentro do CEDUP Timbó. O mestrado no ProfEPT trouxe muitas e novas possibilidades, um horizonte num mar de conhecimento na Educação Profissional e Tecnológica e sua relação com o mundo do trabalho.

Considerando minha atuação no CEDUP Timbó e as exigências de um mestrado profissional, apresenta-se esta pesquisa, que tem o propósito de resgatar, registrar e documentar a história da implantação do CEDUP Timbó, no período dos anos 2000 a 2004, na perspectiva da cultura escolar. Como requisito do programa deste mestrado, e parte da pesquisa, um produto educacional foi desenvolvido. Foi construído um site em formato de memorial virtual intitulado: Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP Timbó. Esse memorial contém fotografias, recortes de jornais, documentos e relatos do período da época da implantação do CEDUP Timbó, e seu objetivo principal é resgatar a memória dessa escola através da cultura escolar. Houve dois momentos distintos para a aplicação do Produto Educacional (PE). No primeiro momento, o PE foi lançado no mês de novembro de 2023 em um evento em formato de palestra na instituição escolar. No segundo momento, o produto foi aplicado na integração com estudantes e professores na última semana do mês de fevereiro de 2024, avaliado e validado para análise de dados. Pretende-se manter o memorial virtual de forma vitalícia a fim de contribuir com a história e a memória do CEDUP Timbó. A proposta do produto, além de ser um memorial, é contribuir pedagogicamente com a história dessa instituição escolar, com a integração com novos estudantes e professores, bem como com novos pesquisadores sobre história de instituição escolar. Para submissão à banca, apresenta-se este trabalho final composto por dissertação (com seis capítulos: Introdução; Referencial Teórico; Metodologia; Produto Educacional; Análise dos Dados e Considerações Finais). Na dissertação, há o detalhamento descritivo do Produto Educacional explicando seu desenvolvimento e sua aplicabilidade, após o

capítulo da metodologia. Consta a seleção dos documentos e dos recortes de jornais utilizados na análise dos dados (Apêndice A), nomenclatura para identificação dos entrevistados e quais categorias mais evidentes nas falas (Apêndice B), roteiro para entrevista (Apêndice C), roteiro para avaliação do Produto Educacional (Apêndice D), impressões dos avaliadores do PE. (Apêndice E), convite para o lançamento do Produto Educacional (Apêndice F). Convite para aplicação do PE (Apêndice G). (Anexo A) Histórico da COOPERHERMANN. (Anexo B) Termo de Cessão de Uso do CEDUP Timbó e o termo aditivo do contrato. (Anexo C) Fragmento do regimento Interno do Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal. (Anexo D) apresenta o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) do IFC, sob nº 5.872.774.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou a história e a cultura escolar da implantação do Centro de Educação Profissional Timbó (CEDUP Timbó³), durante os anos de 2000 a 2004. Embora essa pesquisa esteja delimitada aos anos de implantação (2000-2004), é importante mencionar que o CEDUP Timbó passou por algumas mudanças de endereço nos anos posteriores, as quais estão relacionadas a sua implantação. Essas mudanças revelam diferentes interesses e tensões na inserção de uma escola de educação profissional na cidade de Timbó. O município onde o CEDUP foi implantado, Timbó, é uma cidade no médio vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Desde a implantação, essa escola passou por diferentes prédios cedidos, como, por exemplo, no Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal, onde iniciou como extensão do CEDUP Hermann Hering Blumenau e no prédio da Escola de Educação Básica “Ruy Barbosa”. Somente em 2018, ou seja, 14 anos após ser instalado em Timbó, o CEDUP teve prédio próprio. O CEDUP Timbó é uma escola pública, vinculada e mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que oferece educação profissional de nível médio, nas formas concomitante e subsequente. Essa escola atende sete municípios vizinhos à sua cidade, é coordenada pela 35ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e vinculada à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED).

Ao realizar consulta nos portais de periódicos da Capes e *Scielo*, não foram localizadas publicações a respeito dessa instituição escolar a ela. Logo, a ausência de outras pesquisas sobre essa instituição escolar denota e justifica a necessidade da pesquisa sobre a história da implantação do CEDUP Timbó. Além disso, destaca-se a importância dos CEDUPs no estado de Santa Catarina, para a oferta de educação profissional mantida pela Secretaria Estadual de Educação. A Secretaria de Estado da Educação possui CEDUPs distribuídos pelo estado de Santa Catarina que atendem as áreas primária, secundária e terciária. Os CEDUPs atendem cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), além dos cursos concomitantes e subsequentes. Considerando que o CEDUP Timbó é uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa pesquisa contribui para a história

³ Ao longo do texto, especialmente nas análises, as siglas CEDUPHH Timbó, CEDUPHH Blumenau e CEDUP Timbó serão utilizadas. CEDUPHH Timbó refere-se à unidade de extensão implantada no ano 2000 na cidade de Timbó, Santa Catarina. CEDUPHH Blumenau refere-se ao Centro de Educação Profissional Hermann Hering Blumenau, a unidade que deu origem à extensão de Timbó. CEDUP Timbó refere-se ao Centro de Educação Profissional de Timbó, unidade criada no ano de 2004. Ou seja, a unidade de extensão tornou-se independente da instituição que lhe deu origem.

da educação profissional local, regional, estadual e nacional, a fim de relacionar os registros referentes à história dessa instituição escolar com a história de outros CEDUPs e a EPT na SED.

A contextualização da instituição objeto de pesquisa, além de ser o recorte temporal escolhido, é o período de sua implantação (2000-2004). A pergunta problema que orientou essa pesquisa foi: qual história é possível construir da implantação do CEDUP Timbó e qual a cultura escolar deste período? O objetivo geral da pesquisa foi compreender a história da implantação do CEDUP Timbó na perspectiva da cultura escolar. Já os objetivos específicos foram: a) investigar a inserção do CEDUP Timbó na história da Educação Profissional no município de Timbó; b) identificar pessoas que participaram do processo de implantação do CEDUP Timbó; c) (re)conhecer a história do CEDUP Timbó a partir de relatos das pessoas que atuaram no período de implantação dessa instituição escolar; d) verificar qual cultura escolar foi desenvolvida no período de sua implantação; e) resgatar documentos físicos e digitais que compõem a história do CEDUP Timbó no período de sua implantação, e f) desenvolver um Produto Educacional em formato digital como memorial virtual com registros institucionais e pedagógicos, realizados no CEDUP Timbó nos anos de 2000 a 2004.

Esta é uma pesquisa de natureza básica, em uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Como fonte de pesquisa, valeu-se de documentos físicos e digitais do acervo escolar⁴, além de jornais da época, encontrados no arquivo público municipal da cidade. Para o procedimento na coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas do período da implantação do CEDUP Timbó. Como método de análise, recorreu-se aos estudos da Análise Textual Discursiva (ATD), baseada em Moraes e Galiazzi (2016). Conforme preconizado pela ATD, foi necessário definir categorias no processo de pesquisa, que auxiliaram na compreensão da história da implantação do CEDUP Timbó. As categorias definidas foram: **Educação Profissional**, para analisar a concepção de Educação Profissional; **CEDUP Timbó** para análise das legislações

⁴ O CEDUP Timbó não possui um arquivo documental, apenas um espaço destinado à guarda de documentos em caixas de arquivos dos anos letivos desde o início de suas atividades escolares. Para fins da escrita desta pesquisa, embora reconheçamos que este material não se trata de um acervo institucionalizado e que compõe um patrimônio, denominamo-lo como acervo escolar para definir esses documentos antigos.

e história; e **Práticas Pedagógicas** para analisar a cultura escolar desenvolvida no período de sua implantação.

Para balizar a pesquisa quanto à fundamentação teórica, elencamos alguns autores, como: Magalhães (2004) que apresenta estudos referentes à história de instituição escolar; Viñao Frago (1998) discute a cultura escolar a partir do currículo, do espaço e da subjetividade, utilizando a arquitetura escolar como contribuição na cultura escolar; Julia (2001) contempla a cultura escolar como objeto histórico e a relação da escola com a sociedade; Agustín Escolano (2017) aborda um conceito de cultura escolar em que as experiências, a memória e a arqueologia fazem da escola uma cultura. Plácido, Benkendorf e Todorov (2021) trazem uma abordagem singular da aplicação mesoanalítica na história de instituições escolares na perspectiva da cultura escolar. Para a história da EPT, recorreremos a Schenkel (2012); Castro, Plácido e Schenkel (2020) e Castro, Plácido e Medeiros (2023), que apresentam uma discussão histórica da Educação Profissional no Brasil, a fim de alinhavar com a EPT no estado de Santa Catarina. Uma abordagem sobre a concepção do trabalho e sua relação com a educação, segundo Saviani (2007), compõem o referencial teórico. Foram utilizadas legislações específicas e resoluções que tratam da EPT com objetivo de perceber seus impactos ou a influência da legislação na implantação do CEDUP Timbó. Para contribuição nesta pesquisa, a dissertação de Todorov⁵ (2021) foi consultada com o objetivo de compreender as origens do CEDUP Hermann Hering, considerando que o CEDUP Timbó iniciou suas atividades na cidade como extensão de Blumenau. Além disso, o texto de Lima⁶ (2002) contribuiu para compreender a mudança da legislação quanto à criação dos CEDUPs no estado.

Como requisito do programa de Mestrado ProfEPT, foi desenvolvido um Produto Educacional, no formato de um memorial virtual, denominado "Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP Timbó". Esse memorial contém imagens e textos que descrevem o período de implantação do CEDUP Timbó na cidade. As fotografias, os documentos e os recortes de jornal, que compõem o memorial virtual, foram coletados no acervo da instituição escolar, no arquivo público municipal e também com as pessoas participantes das entrevistas.

⁵ TODOROV, Denise Matiola (2021). As origens do CEDUP Hermann Hering: uma leitura através de jornais dos anos 1973 a 1983.

⁶ LIMA, Lélia Stelita Policarpo (2002). Ensino Profissionalizante Frente às Mudanças nas Legislações e Tecnologias Educacionais: o caso do CEDUP em Lages (SC).

Os resultados obtidos a partir desta pesquisa revelam uma história da implantação do CEDUP Timbó carregada de um enredo político-social. A pesquisa revelou que o CEDUP foi implantado em Timbó para substituir uma escola municipal – o Colégio Leoberto Leal –, existente na cidade desde 1950 e que ofertava cursos para formação de mão de obra industrial, alinhado a uma concepção histórica do trabalho e a uma pedagogia tecnicista. A pesquisa indica que as mudanças na legislação nos anos que antecederam a implantação do CEDUP Timbó forçaram o fechamento do Colégio Leoberto Leal. Tanto o levantamento teórico, como a construção e a aplicação do Produto Educacional indicam que a história da implantação do CEDUP Timbó esteve envolta em uma transição de estrutura física, na mudança de concepção pedagógica e na busca de alinhamento às concepções de EPT. Essas características, por sua vez, indicam a construção de uma cultura escolar própria e marcariam a inserção de um novo modelo de educação profissional para a cidade de Timbó.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DA EPT NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO

O trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e da objetivação da vida humana. Logo, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: ontológico e histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como *práxis* humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e com os homens, proporcionando, assim, a compreensão dos processos na formação humana, produzindo conhecimentos e se apropriando socialmente, visto que é uma construção dialética, histórica e concreta dos homens, que modifica o meio onde vivem, os demais e a si nesse processo. Em seu sentido histórico, transforma-se em trabalho assalariado. Além disso, como uma categoria econômica e *práxis* produtiva, produz conhecimentos. Portanto, também é princípio educativo na EPT, uma vez que, ao colocar exigências específicas para o processo educativo, visa à participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão.

Tais discussões sobre a concepção do trabalho e sua relação com a educação são abordadas por Saviani (2007), com estreita relação de identidade. Como nos indica o autor, “no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade.” (SAVIANI, 2007, p. 154). Saviani (2007) apresenta princípios que dialogam com os conceitos trabalho e educação, em seus diferentes níveis de ensino, e como isso se constitui no mundo do trabalho. O autor aborda a manifestação histórica do processo norteador e os princípios educativos que circundam o sistema de ensino, ou seja, é o trabalho que define a essência humana e a relação trabalho-educação. “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.” (SAVIANI, 2007, p. 152).

A escola, historicamente, possui um papel problematizador das relações entre educação e trabalho, ou ainda, conforme Saviani (2007):

Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar à educação para o trabalho intelectual. (SAVIANI, 2007, p. 157).

Essa dupla identidade, segundo o autor, refere-se, por um lado, ao trabalho manual e, por outro, à educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual. Essa clara divisão demarca o que pode ser denominado como dualismo estrutural, presente em diferentes políticas educacionais.

Nesse sentido, a educação brasileira constituiu-se historicamente por esse dualismo estrutural, oferecendo formação diferenciada, especialmente aos estudantes da etapa final da educação básica. O percurso formativo de uma pequena parcela da população, que possui a oportunidade de prosseguir os estudos, consiste em uma sólida formação básica que possibilita o acesso às melhores universidades do país. Já para a grande parcela da população jovem do Brasil, o acesso à última etapa da educação básica se dá em escolas públicas que possuem dificuldade em oferecer condições físicas, didáticas ou pedagógicas adequadas para os jovens poderem prosseguir seus estudos.

Ainda deve-se mencionar que, para a classe trabalhadora, a educação profissional tem se apresentado historicamente como a forma de viabilizar o ingresso precoce no mercado de trabalho. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que, na história da Educação Profissional no Brasil, em alguma medida, há tensões que denotam o hiato entre educação para o trabalho (no sentido histórico do trabalho) e educação para a vida. Por isso, nesta pesquisa, compreendemos que a EPT, nos moldes da LDB 9.394/1996, do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007) e da Lei nº 11.892/2008, é uma tentativa de ruptura com o dualismo apresentado anteriormente.

A História da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)⁷ está inserida nas discussões da História da Educação Profissional (EP) – sendo a EPT compreendida como uma modalidade prevista na LDB 9.394/1996 – e apresenta uma proposta de educação profissional que tem em vista superar a formação instrumental para o trabalho. Ou seja, a formação profissional preconizada pela EPT busca habilitar o indivíduo para o mundo do trabalho, não para estar sujeito aos interesses do mercado de trabalho. Logo, a EPT é uma tentativa de ruptura do dualismo estrutural, pelo menos, em termos teóricos e conceituais.

⁷ Para efeito de esclarecimento, neste texto, será utilizada a distinção entre Educação Profissional (EP) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sendo que a primeira se refere a qualquer processo de educação profissional e a segunda à modalidade descrita na LDB 9.394/1996.

Diferentemente de outras propostas de educação profissional, o ponto de partida da EPT é o pressuposto de que o indivíduo é um agente ativo que não deve reagir mecanicamente às situações do seu entorno. A realidade não está pronta e acabada; é construída ou criada pelos indivíduos a partir de suas ideias, dos modelos, das estruturas que organizam o seu conhecimento dessa realidade. Conforme argumenta Ribeiro (2003),

[...] não se discute mais a educação somente para o trabalho, mas a educação integral do homem para o trabalho e para a cidade. À medida que o conhecimento passa a ser o elemento-chave do novo paradigma produtivo, a transformação educacional torna-se um fator fundamental no desenvolvimento dos seus requisitos básicos: capacidade inovadora, criatividade, integração e solidariedade. Uma nova abordagem para a educação traz implícita a necessidade de uma nova organização institucional, ou de uma reformulação de papéis dos atores envolvidos no processo da educação. (RIBEIRO, 2003, p. 227).

A ideia de uma educação para o trabalho, na EPT, transcende para a possibilidade de fazer diferente, de tornar o trabalhador não apenas um apêndice da máquina, mas como alguém que estabeleça o diálogo e a participação em todas as esferas, seja de ordem familiar, comunitária ou escolar. Assim, educação e trabalho estão intrinsecamente ligados a um objetivo comum.

Como já apontado anteriormente, o dualismo estrutural na educação brasileira reforça essa dupla identidade. Para ilustrar a dualidade presente na educação brasileira, optou-se por trazer uma descrição de alguns momentos históricos da educação profissional no Brasil. Segundo Castro, Plácido e Schenkel (2020, p. 336-337), a educação Profissional no Brasil, nos moldes de uma rede de escolas e como projeto nacional, surgiu no contexto da Primeira República, a partir do Decreto nº 7.566, de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha. Por esse Decreto, foram criadas, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizizes Artífices” destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 1909).

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais. Parágrafo único. Estas oficinas e outras, a juízo do Governo, ir-se-ão instalando à medida que a capacidade do prédio escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem. (BRASIL, 1909).

Entende-se que houve um interesse governamental da época em atender a necessidade por formação de mão de obra para um movimento industrial, no intuito de buscar o desenvolvimento do mercado de trabalho. Ainda como apresentam Castro, Plácido e Schenkel (2020):

É necessário pontuar que o ensino profissional, na perspectiva do Decreto nº 7.566/1909, figurava mais no plano assistencial do que num programa propriamente educacional. Desta forma, enquanto aos filhos das elites se configurava um projeto de ensino superior, para os pobres restava educação profissional de caráter assistencial, reafirmando as relações de poder herdadas da colônia e do império e de suas bases escravocratas estruturais. (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p. 337).

Até o final da década de 1920, não se observaram alterações mais significativas nas políticas educacionais, uma vez que a economia era essencialmente agrícola e o desenvolvimento da indústria não se constituía como potencialidade para o país. Entretanto, a partir da década de 1930, quando o Brasil viveu um processo de urbanização, motivado pelo alargamento da industrialização decorrente da deterioração das relações de produção agrícola, essencialmente em função da crise na cafeicultura, observa-se uma notável mobilização popular em busca de melhores condições de vida (SILVA, 2014, p. 44). A classe dirigente então se utilizou da formação para o trabalho ou da educação profissional como um “antídoto contra o apregoamento das ideias exóticas das lideranças anarcossindicalistas existentes no operariado brasileiro” (MANFREDI, 2002, p. 82), ou seja, como meio de conter os movimentos contestatórios, considerados como ‘desordem social’. Como apontam Castro, Plácido e Schenkel (2020):

Esse movimento ia de encontro à modernização caracterizada pela indústria e tinha como essência a compreensão de que se fazia necessária uma organização ou um sistema educacional capaz de preparar a sociedade brasileira para os novos desafios do mundo do trabalho que chegavam com a intensificação do processo de industrialização (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p. 340).

A demanda por qualificação da mão de obra e escolarização da população em geral impulsionou a necessidade de criação de um Ministério que tratasse dos assuntos educacionais. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. Nessa década, observa-se a implantação de um conjunto de instrumentos legais no Brasil, materializado em três Constituições Federais (1891, 1934 e 1937) e uma Reforma Educacional realizada em 1932, denominada de Reforma Francisco Campos. Schenkel (2012) aponta que:

No início dos anos de 1930 foram criados os Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio, e, também, o Conselho Nacional de Educação – CNE. Francisco Campos assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública e iniciou uma série de reformas na educação, em todos os níveis. Essa reforma educacional ficou conhecida como a “Reforma Francisco Campos”, com destaque aos Decretos Federais nº 19.890/1931 e nº 21.241/1932, que regulamentaram o ensino secundário, e o Decreto Federal nº. 20.158/1931, que organizou o ensino profissional comercial, cuja importância se deve ao fato de “[...] ser o primeiro instrumento legal a estruturar cursos já incluindo a ideia e itinerários de profissionalização” (SCHENKEL, 2012, p. 118).

Foi a Constituição de 1937 que tratou pela primeira vez do Ensino Técnico, Profissional e Industrial. Nesse mesmo ano, a Lei nº 378/1937 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, mais uma vez reforçando o dualismo e a vinculação das políticas públicas de educação ao processo produtivo capitalista.

No ano de 1942, com a chamada Reforma Gustavo Capanema, foi implantado um conjunto de Leis Orgânicas que regulamentaram tanto o ensino médio quanto a educação profissional, remodelando o ensino brasileiro. Entre os principais pontos abordados no documento, destacam-se: o ensino profissional, que passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais, que passou a depender de exames de admissão, e os cursos, divididos em dois níveis: o primeiro, de nível básico industrial, artesanal de aprendizagem e de maestria; e o segundo, o curso técnico industrial, com duração de quatro anos, sendo um deles de estágio supervisionado na indústria.

No mesmo período, foi instituído o serviço de aprendizagem profissional, sendo criadas instituições especializadas para esse fim, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. Além disso, em 1942, o governo estabeleceu, por meio de Decreto Lei, o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação trabalhista (CNE/CEB, 1999a).

Nesse mesmo contexto, ainda, por meio do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, foi constituída a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, composta por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. O referido Decreto promoveu a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Técnicas ou em Escolas Industriais. Vale dizer que o ingresso nessas escolas somente era possível a partir da realização de exames de adaptação pelos estudantes egressos dos cursos profissionalizantes. Essa normatização reitera a questão de que “o domínio dos conteúdos gerais, das ciências,

das letras e das humanidades, [eram] considerados os únicos saberes socialmente reconhecidos como válidos para a formação daqueles que desenvolveriam as funções de dirigentes” (KUENZER, 2007, p. 14).

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, intituladas Escolas Técnicas Federais, tendo autonomia didática e de gestão. Em 1961, ocorre a equivalência plena para fins de acesso ao ensino superior, entre os cursos propedêuticos e profissionalizantes, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/1961). Sobre essa lei, Schenkel esclarece que:

Em 1961, por meio da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), foram estabelecidas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela primeira vez. Essa Lei, dentre outros aspectos, estabeleceu a plena equivalência entre os cursos de mesmo nível, sem a necessidade de exames e provas de conhecimentos, ao equiparar o ensino profissional, do ponto de vista da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico. Com essa Lei, ao menos formalmente, foi superada a dualidade entre ensino para as “elites” e ensino para os “desvalidos da sorte” (SCHENKEL, 2012, p. 122).

A partir da LDB – Lei nº 4.024/1961, o ensino técnico, nas modalidades agrícola, industrial e comercial, passou a ser organizado nos ciclos: ginásial (no período de quatro anos) e colegial (de no mínimo três anos). Um novo princípio educativo passa a se configurar nos projetos pedagógicos dos cursos, mesclando conteúdos de base humanista clássica com disciplinas voltadas para o estudo das letras, artes e humanidades, com alternativas profissionalizantes (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p. 16).

Importante mencionar que, a partir de 1964, foi instaurada uma ditadura civil militar no Brasil a qual, além de revogar a LDB 4.024/1961, inaugurou "uma nova fase de acumulação de capital, concentração de renda e desmonte da educação pública e gratuita" (CASTRO; PLÁCIDO; MEDEIROS, 2023, p. 527). Em 1967, com o Decreto nº 60.731, as Escolas Fazendas Modelo, do Ministério da Agricultura, foram transferidas para o Ministério da Educação e Cultura e passaram a funcionar como escolas agrícolas. Com a promulgação da Lei nº 5.540/1968, ocorreu uma reforma da LDB, a partir da qual houve algumas mudanças, dentre elas, a criação dos Cursos Superiores de Tecnologia, organizados no âmbito das Escolas Técnicas Federais já para o ano de 1969. Se o foco da reforma de 1968, executada a partir da Lei nº 5.540, foi o ensino superior, logo, no que tange ao ensino médio, não tardaria a aparecer.

Em 1971, com a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692/1971, instituiu-se a profissionalização compulsória. A Educação Profissional Técnica deixou de ser realizada por escolas especializadas e recaiu sobre a responsabilidade dos sistemas estaduais de ensino. Os sistemas estaduais, além de enfrentarem a expansão de oferta do ensino de Primeiro Grau, viram-se às voltas com problemas de ordens diversas para implantar os cursos técnicos de Segundo Grau, dentre os quais se destacam: falta de estrutura física das escolas, falta de equipamentos para os laboratórios e as práticas, falta de pessoal para a composição dos quadros docentes, dentre outros. Tal legislação, de acordo com Silva (2014, p. 46), traduzia “os interesses econômicos e políticos do governo militar que almejaram formar técnicos sob o regime de urgência”.

Um ano mais tarde, por meio do Parecer nº 45/1972, foi regulamentada a composição dos currículos com um núcleo comum da educação básica e disciplinas de formação específica. Dessa forma,

[...] o ensino médio atenderia tanto a euforia do governo que vislumbrava um grande crescimento econômico nos ramos comercial e industrial com formação da mão de obra, quanto conteria a demanda por ensino superior, e ainda possibilitaria o controle da politização dos estudantes que marcavam forte presença nos movimentos estudantis da década de 1960 (SILVA, 2014, p. 46).

Como é possível perceber, para atender a demanda de mão de obra qualificada em uma conjuntura de superacumulação, houve significativa expansão do ensino técnico e profissional durante a década de 1970, além da contenção do acesso ao ensino superior, por meio da introdução do exame vestibular eliminatório e, concomitantemente, a abertura de mercado para o ensino superior privado. Ao final da referida década, por meio da Lei nº 6.545/1978, as Escolas Técnicas Federais dos estados do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram substituídas pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os quais tinham a tarefa de formar engenheiros de operação e tecnólogos.

No início da década de 1980, a Lei nº 7.044/1982 tornou facultativa a profissionalização no 2º grau, portanto as escolas que ofereciam esse nível de ensino ficaram livres da obrigatoriedade prevista na Lei nº 5.692/1971 e, nas palavras de Schenkel (2012, p. 124) “[...] reverteram seus currículos para o ensino acadêmico e, em alguns casos, acompanhado de um arremedo de profissionalização”. Nesse contexto, “[...] a oferta de cursos profissionalizantes acabou por se restringir às

escolas especializadas [...] e trouxe como resultado falsas expectativas em relação à difusão caótica de habilitações profissionais sem identidade própria” (SCHENKEL, 2012, p. 124). Na verdade, a década de 1980 é bastante rica em discussões contra-hegemônicas, que colocam as relações de educação e trabalho em destaque. Vivia-se no país o período de abertura política com o fim da ditadura civil-militar em 1985. Entra em discussão a nova Constituição Federal do Brasil, aprovada em 1988, denominada Constituição Cidadã, na qual se defendia, em relação à educação básica, “um tratamento unitário que abrangesse desde a educação infantil até o ensino médio”. O debate teórico se pautava na existência de uma necessária vinculação da educação à prática social, ao trabalho como “princípio educativo” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 35).

Nos anos de 1990, após as eleições presidenciais de 1989, houve uma “avalanche de organizações privadas atuando no sistema educacional do país e uma escancarada submissão da nação aos ditames do Consenso de Washington e aos conselhos de agências multilaterais” (CASTRO; PLÁCIDO; MEDEIROS, 2023, p. 528). A LDB de 1996, Lei nº 9.394, influenciada pela política neoliberal que vinha sendo implantada em toda a América Latina na década de 1990, legitimou opções políticas de um governo afinado e comprometido com o modelo econômico capitalista e com os organismos multilaterais, implantando políticas educacionais sob a lógica das competências. A LDB nº 9.394/1996, no que se refere à Educação Profissional, foi idealizada de modo a organizar e articular as diversas formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia com o ensino regular. Schenkel demonstra que a

[...] articulação com o ensino regular, em seus diversos níveis, significou uma compreensão, ao menos do ponto de vista legal, inteiramente nova. A título de comparação, a Lei nº 5.692/71 tratava esse ramo como ensino técnico e integrado ao ensino de 2º Grau. Esse novo dispositivo abriu a possibilidade, formalizada nos Decretos nº. 2.208/1997 e nº. 5.154/2004, de formação profissional em três níveis: básico ou qualificação profissional, sem exigência de escolaridade mínima; técnico, destinado à habilitação profissional técnica, com a exigência de conhecimentos do ensino fundamental e realizado de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio; e tecnológico, formação em Educação Profissional de nível superior e com a “exigência” de conhecimento do ensino médio, portanto, tendo-o concluído. Isto é, os Cursos Superiores de Tecnologia passaram a ter as mesmas exigências e prerrogativas da graduação em Educação Superior [...] (SCHENKEL, 2012, p. 125-126).

Reconhecemos que, apesar das influências já denunciadas em relação à promulgação da LDB nº 9.394/1996, esse foi o documento possível diante dos conflitos e das contradições do processo que se estendia desde a luta pela

constituente. Foi por meio da conquista da LDB que se promoveu a superação do enfoque assistencialista atribuído à Educação Profissional, sintetizado na expressão os “desvalidos da sorte”. "Mas foi a experiência do Projeto Democrático Popular, de 2003-2016, que procurou dar um sentido geoestratégico e de desenvolvimento regional à Educação Profissional" (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p. 350).

A partir de 2003, a composição do Ministério da Educação sofreu consideráveis alterações que mudaram o tom dos textos das políticas educacionais. Percebe-se que tais textos procuram refletir sobre a necessidade de superação da formação meramente operacional por meio da profissionalização, afirmando a necessidade de instituir-se um novo princípio educativo que desenvolva uma ampla reflexão sobre o mundo do trabalho.

Em 2004, por meio do Decreto nº 5.154/2004, instituiu-se o Ensino Médio Integrado como forma de articulação entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional. Os textos políticos e acadêmicos sobre a educação profissional sugerem que o Ensino Médio Integrado, no contexto da EPT, se apresenta como uma possibilidade de superar a histórica dualidade estrutural no ensino brasileiro. O debate que se instala é de uma formação integral do cidadão, e o documento provoca um repensar do conceito de Educação Profissional, para outro que transcenda a qualificação profissional e tecnológica voltada para suprir necessidades mercadológicas e que se constitua como possibilidade de travessia para uma educação emancipatória aos jovens estudantes brasileiros.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída por: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ – e de Minas Gerais – CEFET-MG, e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, acrescentando-se, em 2012, pela Lei nº 12.677/2012, o Colégio Pedro II. A criação dessa Rede, além de ampliar o acesso à educação pública de qualidade, colocou no centro da discussão o trabalho como princípio educativo, bem como contribuiu para o processo de interiorização e desenvolvimento regional. Conforme apontam Castro, Plácido e Medeiros (2023):

As justificativas apresentadas para a criação dos Institutos Federais demonstram, naquele momento, o grau de preocupação e envolvimento do

Estado brasileiro como agente proponente de políticas para a educação profissional e o desenvolvimento regional. Trata-se, pois, de um Estado ciente do seu papel de agente no processo de pensar e construir a região, de pensar e construir as possibilidades de desenvolvimento da nação, por meio de maior articulação entre atores, sujeitos e agentes do desenvolvimento regional, mediante esforços para fazer das regiões espaços mais fluidos, no que tange às circulações de conhecimento, mercadorias e pessoas (CASTRO; PLÁCIDO; MEDEIROS, 2023, p. 528).

Em 2017, com a publicação da Lei nº 13.145/2017, o Ensino Médio brasileiro é reformulado. Fundamentalmente, a lei estabeleceu as seguintes bases do “Novo” Ensino Médio: a) fragmentação e o aprofundamento da dualidade educacional, instituídos por meio de uma base nacional comum curricular e itinerários formativos específicos (SILVA, 2018; ARAÚJO, 2018; MOURA; BENACHIO, 2021); b) anticientificismo, que se sustenta sobre a noção de competências e a impõe às orientações curriculares da reforma (FERRETTI; SILVA, 2017); c) desvalorização do trabalho e da formação profissional docentes (ARAÚJO, 2018). A reforma rompe, portanto, com o lento e contraditório movimento de construção de uma identidade para a educação profissional que vinha se desenvolvendo na EPT, retomando e acentuando o dualismo educação para o trabalho e educação intelectual. Ao fazê-lo reivindicando a “novidade” e a “liberdade de escolha” da juventude, sob a liderança do capital privado que atua na área educacional (PIOLLI; SALA, 2020), caracteriza-se como contrarreforma. Articula-se em uma rede complexa de mecanismos jurídicos e, o que nos é mais importante, repercute em diversos outros campos da política educacional, dentre eles, a EPT.

Observa-se uma linha histórica da educação profissional no Brasil, a qual enfatizou o trabalho e o dualismo estrutural que marcam a história da educação profissional no Brasil. Conforme apontam Castro, Plácido e Schenkel (2020), a educação profissional no Brasil nasceu a fim de substituir a mão de obra escrava e qualificar a classe operária que vinha, nesse discurso substitutivo, como mera formação de mão de obra. Com o passar do tempo e com os movimentos necessários, especialmente a partir da LDB nº 9.394/1996, esses discursos tiveram algumas modificações no que se refere à formação para o trabalho. Conforme aponta Ciavatta (2012, p. 85), a EPT, seja ela subsequente, concomitante ou integrada, reitera a necessidade de completude na formação humana, pois na instituição de educação profissional e tecnológica é que poderia emergir um conjunto de direitos e fazeres entre profissionalização e humanização.

Há de se observar que as instituições escolares, especialmente de educação profissional e tecnológica, como no caso do CEDUP Timbó (objeto desta pesquisa), têm a possibilidade de estar intrinsecamente ligadas ao processo do percurso formativo humano não só para o mundo do trabalho, mas ao ser humano como cidadão atuante, especificamente no que tange a identidade humana. Sugere-se que uma instituição escolar de educação profissional, deveria manter o vínculo formativo para o mundo do trabalho a partir de suas relações entre os sujeitos assim estabelecidos e, para com a sociedade em que está inserida.

2.2 OS CEDUPS COMO OFERTA DE EPT EM SC

Na Educação Básica, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou da qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio (Artigo nº 32, da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, e Resolução CNE/CEB Nº 1/2021).

A LDB nº 9.394/1996 sofreu alterações em sua dimensão legal, inclusive trazendo mudanças para a administração pública, já que os municípios ficariam responsáveis pela aplicação dos recursos públicos exclusivamente no ensino fundamental e na educação infantil. Com essa mudança na LDB nº 9.394/1996, a partir de 1997, a educação de nível médio e profissionalizante ficou a cargo do governo estadual. A LDB instituiu descentralizar responsabilidades educacionais a fim de profissionalizar todo o território nacional, de forma fragmentada e impositiva, reiterando a qualificação de mão de obra específica na regionalização do país.

A educação profissional na rede estadual de Santa Catarina abrange o que preconiza a legislação estadual e, na sua proposta curricular, descreve que:

A proposta curricular de Santa Catarina, nos termos da Lei nº 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. (MEC, 2012).

Nesse sentido, a história e a legislação da educação profissional, mantidas pelo governo do estado de Santa Catarina, caminham com os aspectos históricos e legais nacionais. No caso desta pesquisa, o recorte está condicionado à criação dos Centros de Educação Profissional (CEDUPs), especialmente do CEDUP Timbó.

Os CEDUPs são mantidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, ofertando Educação Profissional Técnica de Nível Médio em todas as suas formas:

articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante), destinada a estudantes matriculados no Ensino Médio; e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. A Secretaria de Estado da Educação possui Centros de Educação Profissional (CEDUP), distribuídos pelo Estado, que atendem as áreas primárias, secundárias e terciárias (SED, 2022).

Atualmente são vinte unidades distribuídas⁸ pelo Estado, nas seguintes cidades: Abdon Batista, Blumenau, Campo Erê, Capivari de Baixo, Chapecó, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Guaramirim, Joinville, Lages (2 unidades), Mafra, Rio Fortuna, Timbó, Tubarão, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, São Joaquim e São José do Cerrito. Alguns CEDUPs possuem cursos voltados à área agrícola, outros à industrial e alguns à área comercial. O tipo de oferta está diretamente ligado à cidade e à região onde cada CEDUP tem sua unidade estabelecida, numa perspectiva de diálogo com o arranjo produtivo local.

Os CEDUPs possuem sua origem nos Centros Interescolares de Segundo Grau (CIS). Para compreender essa origem e a legislação pertinente à educação profissional do CEDUP Timbó, recorreu-se à dissertação de Todorov (2021), a qual informa que:

O CIS, escola que originou o CEDUPHH, foi um modelo característico na implantação da Lei Nº 5.692/1971 e diferenciado para o que existia até então em Blumenau, pois atendia alunos matriculados em diferentes escolas, oferecendo a formação técnica. A história da implantação do CEDUPHH, integrada à história da EP no Brasil, por si só carecia de escrita. Pesquisa em repositórios de teses e dissertações não revelou trabalhos sistematizados dessa história e muito menos uma leitura a partir de notícias de jornais da época. (TODOROV, 2021, p. 15).

Considerando que o CEDUP Timbó teve sua origem como extensão do CEDUPHH nos anos 2000, fez-se referência à pesquisa da autora para contribuir com a compreensão e o diálogo sobre a oferta da EPT em SC. Não foram encontradas publicações anteriores referentes à história da implantação do CEDUP Timbó.

Lima (2002) apresenta estudo sobre a legislação da criação dos CIS até a sua transformação em CEDUPs

Muitas portarias, pareceres e resoluções sucederam-se para organizar o ensino técnico profissionalizante até suas reformas no início de 2001, que serão objeto de estudo no nosso próximo capítulo. Vale destacar desde já a

⁸ Para acessar os dados e o mapa geográfico referentes à dimensão da oferta da EPT: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoimZmE2YzZmNTUtMGVlMi00NzYzLTgzOGQtNzU1ZTJiMzE2OWY1IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWMtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJiYzRiNiJ9>>.

Portaria nº 1005/1997, do MEC, que implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional - PROEP, do qual o antigo CIS de Lages, agora denominado CEDUP, fará parte com um planejamento orçado em Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Destaque-se também o Parecer 17/1997 do Conselho Nacional de Educação, onde foram traçadas as linhas básicas da política profissional; o Parecer CNE/CEB nº 15/1996 e a Resolução nº 3/98, que definem a possibilidade de aproveitamento de estudos na educação profissional de nível técnico, para fins de dispensa de disciplinas ou módulo; o Parecer 16/99 onde são tratadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico; e a Resolução do CNE/CEB nº 04/1999 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. (LIMA, 2002, p. 26).

Como a autora apresenta, a legislação Estadual de Santa Catarina para Educação Profissional de nível médio é pautada pela legislação federal. E, nos anos 2000, sofreu reformas educacionais. No estado de Santa Catarina, a legislação específica da EPT é determinada através do Conselho Estadual de Educação e de Resoluções específicas que fixam normas autorizativas para o funcionamento dos cursos técnicos.

Resolução nº 073 de 1999 que fixa normas complementares e operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Especialização de Nível Técnico para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. (CEE/SC, 1999).

Conforme a Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina (SED), na Educação Básica, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre em consonância com a legislação nacional, ou seja, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio. Sendo a legislação estadual de Santa Catarina pautada na Legislação Nacional, para dialogar com a legislação da EPT nacional, recorre-se à Lei Complementar catarinense nº 170/1998, em seu capítulo VIII, Art. 48 a 52. Essa lei trata da modalidade da Educação Profissional, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. (SANTA CATARINA, Lei nº 170, 1998). Além da Lei nº 170/1998, é necessário atentar para a Resolução nº 72/2000, que fixa normas para o funcionamento da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Sobre a EPT, em Santa Catarina, a Resolução nº 72/2000 afirma que:

Art.1º A educação profissional de nível técnico, prevista na Lei Nacional nº 9.394/1996, na Lei Complementar nº 170/98 e no Decreto Presidencial nº 2.208/1997, oferecida pelos estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Educação, obedecerá às diretrizes curriculares nacionais instituídas pela Resolução CEB nº4/1999, do Conselho Nacional de Educação, no disposto

nesta Resolução e demais atos normativos pertinentes. (CEE/SC, Resolução nº 72/2000, 2000, p. 1).

No caso do CEDUP Timbó, essa escola foi contemplada pela perspectiva da EPT para ofertar Cursos Técnicos Subsequentes de nível médio. Os cursos ofertados pelo CEDUP Timbó são os Técnicos em: Administração, Informática, Eletrônica e Segurança do Trabalho. Os estudantes⁹ que frequentam estes cursos técnicos são adultos, trabalhadores das indústrias locais do município e também dos sete municípios vizinhos ao CEDUP Timbó. São pessoas em busca de nova qualificação profissional, sendo que alguns já possuem formação superior e retornam ao CEDUP Timbó em busca de recolocação no mundo do trabalho. Outros são mais jovens, estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas regulares da cidade que buscam na educação profissional um direcionamento para o futuro profissional. Há, ainda, aqueles que estão em reabilitação profissional e, por recomendação médica, encontram em um curso técnico uma oportunidade de um novo horizonte em sua vida.

2.2.1 A implantação do CEDUP Timbó: cidade e possíveis influências sociais

O CEDUP Timbó é uma escola que oferece educação profissional de nível médio, nas formas concomitante e subsequente, para estudantes do Ensino Médio e egressos que já atuam no mundo do trabalho e buscam qualificação profissional. A principal característica dessa escola é a oferta de Educação Profissional, abrangendo cursos técnicos profissionalizantes, que atendem sete municípios da 35ª Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. O CEDUP está inserido na cidade de Timbó, onde o polo industrial é amplo e desenvolvido.

Antes de ser Centro de Educação Profissional de Timbó, durante os anos de 2000 a 2004, essa escola funcionava como unidade de extensão do CEDUP Hermann Hering Blumenau, no prédio do antigo Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal, no centro de Timbó. O Colégio Leoberto Leal foi uma escola municipal de educação profissionalizante desde 1956, com intuito de oferecer cursos voltados à área comercial no município de Timbó. (PPP CEDUP Timbó, 2022, p. 5).

⁹ Estas informações foram coletadas nas fichas de matrículas dos cursos técnicos no CEDUP Timbó, de 2022 a 2024.

A partir da LDB nº 9.394/1996, houve alterações na legislação da Educação Profissional que provocaram o fechamento do Colégio Leoberto Leal. Segundo o Jornal do Médio Vale, grupos de estudantes mobilizaram-se pedindo a permanência do Colégio Leoberto Leal e a oferta de educação profissional na cidade. A manchete do Jornal do Médio Vale (24 nov. 1997, p. 05) anunciava: “Estudantes fazem manifesto em defesa do Colégio Leoberto Leal”.

O mesmo jornal, em edição posterior, registrou o posicionamento e a explicação do poder executivo local quanto ao fechamento do Colégio Leoberto Leal:

O prefeito Waldir Ladehoff explicou que com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída em 1996, os municípios foram obrigados a investir 25% do orçamento em Ensino Fundamental e Educação Infantil. O Ensino Médio e Profissionalizante ficou a cargo do Governo Estadual. Por esse motivo, a Secretaria Municipal de Educação de Timbó se viu obrigada, desde 1997, a não aceitar matrículas para o Ensino Médio, o que culminou com o fechamento do Colégio Leoberto Leal. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 20 dez. 1999, p. 07).

No intuito de manter a educação profissional no município e, ao mesmo tempo, atender a nova legislação educacional, a administração pública municipal da época mobilizou esforços políticos em prol da vinda da extensão do CEDUP Hermann Hering de Blumenau (CEDUPHH) para Timbó, um movimento político que apontou a manifestação concreta da permanência da educação profissionalizante na cidade de Timbó.

Entre os anos de 2000 e 2004, o CEDUPHH Timbó ofertou os seguintes cursos técnicos: Técnico em Administração, Técnico em Eletrônica, Técnico em Informática. Um ano após sua implantação, houve oferta de outros cursos técnicos, como: Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Vendas. (PPP-CEDUP Timbó, 2022, p. 5). No ano de 2004, o CEDUP Timbó tornou-se independente do CEDUPHH, pelo Decreto nº1.349, de 21 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial SC, nº 17.319, de 21 de janeiro de 2004, que “Dispõe sobre a criação de Centros de Educação Profissional - CEDUPs e Núcleos de Educação Profissional - NEPs e dá outras providências” (SANTA CATARINA, 2004, p. 02).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art.71, incisos I e III, da Constituição do Estado, Considerando a política de atuação do Governo de descentralizar a gestão através das Secretarias de Desenvolvimento Regional, considerando que a estrutura dos Centros de Educação Profissional - CEDUP's e Núcleos de Educação Profissional - NEPs correspondem às disposições legais anteriormente à reforma administrativa do Estado, considerando a necessidade de consolidar e ampliar o acesso à educação

profissional no Estado de Santa Catarina, a fim de melhor atender a população catarinense, DECRETA: Art. 1º Ficam criados os Centros de Educação Profissional de Mafra e Timbó.” (SANTA CATARINA, 2004, p. 2).

Desde então o CEDUP Timbó oferta cursos de educação profissional de nível médio para estudantes trabalhadores na cidade de Timbó e dos sete municípios vizinhos, sendo eles: Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros e Rodeio.

No ano de 2008, por um projeto urbano municipal, com intuito de transformar o prédio ocupado pelo CEDUP Timbó em um Parque Central, a Prefeitura solicitou que a instituição transferisse suas atividades escolares para outro prédio escolar. Sendo assim, em 2009 o CEDUP Timbó foi transferido para o prédio anexo à Escola de Educação Básica Ruy Barbosa.

No ano de 2010, foi assinado um convênio entre os governos Estadual e Federal, através do projeto Brasil Profissionalizado, para a construção da sede própria. Conforme o alvará de construção¹⁰, esta obra foi assinada no dia 31 de outubro de 2013. Já o alvará de habite-se foi assinado em 6 de setembro de 2017.

O CEDUP Timbó foi transferido para o prédio próprio, no endereço Rua São Bento, 277, Quintino - Timbó/SC, no dia 3 de fevereiro de 2018. Na época da mudança de prédio, ocorreu transição de governo estadual, e acredita-se que isso pode ter sido o motivo de não haver cerimônia nem ato inaugural.

Desde o ano de 2022, iniciou a oferta do “Novo Ensino Médio” que, em 2023, tornou-se Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante (EMIEP), autorizado pela SED. Atualmente, no período matutino, há duas turmas de terceiro ano, três turmas do segundo ano e três turmas de primeiro ano do Ensino Médio Profissionalizante. Além disso, no período vespertino, há uma turma de primeiro ano do EMIEP. Os cursos técnicos subsequentes continuam sendo ofertados no período noturno.

O município onde o CEDUP foi implantado, Timbó, é uma cidade do médio vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, fundada por Frederico Donner, imigrante alemão, em 12 de outubro de 1869, como colônia de extensão do município de Blumenau. A criação do município de Timbó foi viabilizada no governo Aristiliano Ramos, através do Decreto nº 527¹¹, datado de 28 de fevereiro de 1934 (FERREIRA; KOEPSEL, 2008, p. 300).

¹⁰ Documentos disponíveis em <<https://viewceduptimbo.tec.br/relatos-e-retratos/>>, retrato número vinte.

¹¹ Decreto disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado->

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e CONSIDERANDO que os reclamos da população do Distrito de BENEDITO NOVO TIMBÓ, para que o seu território seja elevado à categoria de município, se justifica não somente pela densidade de sua população como pela grandeza de seu território: e CONSIDERANDO que os desenvolvimento econômico desse distrito atende perfeitamente a finalidade desejada de ver-se administrado independentemente: ainda CONSIDERANDO que as rendas arrecadadas no DISTRITO de BENEDITO TIMBÓ, com aplicação no seu próprio território, é fator inconteste para um mais rápido desenvolvimento de seu progresso: DECRETA: Art. 1º - Fica elevado à categoria de Município com denominação TIMBÓ, o atual Distrito de BENEDITO TIMBÓ, cujo território é desmembrado do Município de Blumenau [...] (SANTA CATARINA, 6 mar. 1934, p. 01).

Na época, o Coronel Aristiliano Ramos definiu o potencial da cidade de Timbó vislumbrando seu progresso. Como um suposto embasamento teórico justificando seu território, sua população e a renda do então Distrito, desmembrou Timbó de Blumenau, tornando o município independente.

Timbó incrementou sua economia a partir da década de 1940, porém sua principal atividade produtiva estava vinculada ao setor agrícola. A produção industrial, inicialmente, ficou restrita a três empresas, das quais duas eram ligadas diretamente ao setor primário. Essa situação alterou-se apenas na década de 1950, período em que surgiu um parque industrial mais diversificado (FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 322). A cidade de Timbó, a partir da implantação do parque industrial, desenvolveu novas atividades econômicas, destacando-se na região.

Com a promulgação da LDB nº 9.394/1996 e com mudanças regionais da política estadual, naturalmente mudanças na cidade não tardariam a ocorrer. Com o movimento administrativo de descentralização do governo do estado de Santa Catarina, ocorrido a partir do início dos anos 2000, a cidade tornou-se um importante polo de desenvolvimento, sendo este um dos motivos para que sua unidade CEDUPHH Timbó fosse descentralizada e separada do CEDUPHH Blumenau. Esse movimento de descentralização do governo refere-se à Lei Complementar nº 243, de 2003, sobre a política de descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina. Segundo Mattei (2016, p. 245), o candidato ao governo do estado da época, pelo PMDB, Luiz Henrique da Silveira, apresentou o Plano 15, cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento regional. Com isso, inicialmente, foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), as quais foram espalhadas por

todo o território catarinense, cada uma delas contando com um respectivo Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), com caráter deliberativo. No âmbito estadual, criou-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC). (MATTEI, 2016, p. 245).

Um dos motivos que podem ter tido influência no Decreto de criação do CEDUP Timbó foi essa descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina que, oportunamente, estabeleceu força política para isso. A partir das mudanças na legislação nacional e do fechamento do Colégio Leoberto Leal (nos anos de 1998 e 1999), culminaram interferências para a implantação (nos anos 2000) da unidade de extensão do CEDUPHH em Timbó.

2.3 CULTURA ESCOLAR NO CEDUP TIMBÓ: A HISTÓRIA E SUA EXISTÊNCIA INSTITUCIONAL

Ao adentrar o universo da cultura escolar, faz-se necessário definir seu conceito, pois temos variantes de autores que estabelecem nuances diferentes sobre cultura escolar. Aqui apresentam-se três autores com seus diferentes conceitos: Viñao Frago (1998), que discute a cultura escolar a partir de currículo, espaço e subjetividade, utilizando a arquitetura escolar como contribuição à cultura escolar; Dominique Julia (2001), apresenta a cultura escolar enquanto objeto histórico; e Agustín Escolano (2017), o qual apresenta um conceito de cultura escolar em que as experiências, a memória e a arqueologia fazem da escola uma cultura. Para melhor contribuir quanto ao conceito de cultura escolar, Escolano (2017) ainda dialoga com os autores citados anteriormente e outros, como Magalhães (2004), sobre a história da instituição escolar. Ou seja, a cultura escolar é ampla e pode ser percebida sob diferentes aspectos e interpretações, conforme as percepções de cada pesquisador/historiador.

Julia (2001) apresenta seu conceito de cultura escolar e

Demonstra que a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA, 2001, p. 09).

No caso da história da implantação do CEDUP Timbó, é possível perceber essas relações conflituosas e pacíficas muito antes de se estabelecer na cidade. A

partir do fechamento do Colégio Leoberto Leal, a sociedade da época reivindicou a continuidade de uma educação profissionalizante na cidade, mediante manifestos populares. Esse movimento social indica uma cultura escolar conservadora para manter um comportamento escolar da época.

Além das relações (conflituosas ou pacíficas), outra forma de se perceber a cultura escolar são as práticas educativas, seja sob a perspectiva e a memória dos estudantes, seja sob as dos professores. De acordo com Escolano (2017),

A cultura da escola, que se tece, [...] no mundo da experiência e se constitui em conhecimento mediante as práticas desenvolvidas nas instituições educativas, passou a fazer parte da memória que nos acompanha, ao menos em dois âmbitos: o dos sujeitos que se formaram segundo os modos de ação das instituições educativas; e o dos membros da corporação de professores, que se valeram dela para desempenhar seu ofício ou profissão. Para ambos, a cultura escolar é um patrimônio importante e necessário, que afeta a constituição de sua própria identidade. (ESCOLANO, 2017, p. 179).

Logo, a cultura escolar de uma instituição escolar pode ser compreendida nas ações dos agentes envolvidos, nas práticas pedagógicas do corpo docente e discente e/ou na forma como a instituição escolar dialoga com a sociedade. Definir uma cultura escolar é delimitar um território vago na imensidão que uma determinada instituição escolar carrega como cultura escolar. “Em outra dimensão, a escola seleciona desse entorno do qual ela vive, entre outras coisas, os saberes ou disciplinas que compõem o currículo e os valores inerentes a esses conhecimentos” (ESCOLANO, 2017, p. 118).

As percepções acerca dessa cultura escolar podem ser compreendidas a partir de vivências junto à comunidade. São características que perpassam um prédio ou uma arquitetura própria, ou ainda os currículos nela estabelecidos. Citando Viñao Frago (2001), reitera-se que “a escola é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera “fluxos energéticos” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 77). Esses “fluxos energéticos”, na cultura escolar, podem ser compreendidos como um conjunto de vivências e experiências a partir de valores humanos e de relações estabelecidas entre as pessoas, cujo propósito maior são os estudantes da educação profissional.

Ao dialogar a respeito de cultura escolar, é importante observar os elementos que os autores apresentam sobre o tema, pois se destaca uma determinada intencionalidade sobre cultura escolar e sua relação com a sociedade.

Souza e Valdemarin (2005, p. 39) apresentam que:

A articulação entre o conceito de forma escolar e o de cultura escolar, ao que tudo indica, pode ser possibilitada por meio de uma abordagem que contemple um tempo histórico mais longo, quando será possível aprender os vários modos de socialização escolar na sua relação com os demais modos de socialização que acontecem na sociedade. (SOUZA; VALDEMARIN, 2005, p. 39).

Da mesma forma, no período de implantação do CEDUP Timbó, é possível perceber que ele contempla estas relações, sem perder de vista a função social a que se destina. A cultura escolar do CEDUP Timbó no período de sua implantação apresenta características próprias de um tempo vivido por essa instituição escolar, recebendo influências externas da intencionalidade de sua implantação. O CEDUP Timbó foi implantado na cidade para substituir uma escola que ofertava educação profissionalizante desde a década de 1950. Após manifestação contrária, a sociedade sinalizou para a administração pública que o ensino profissionalizante era importante na comunidade. Assim, a continuidade da oferta de educação profissional no município de Timbó, com a implantação do CEDUP Timbó, demonstra uma cultura escolar tradicionalista e conservadora, além de profissionalizante.

Os ciclos históricos de uma instituição escolar são também analisados para perceber sua cultura escolar com o intuito de observar as manifestações sociais a partir disso. Os anos de 2000 a 2004, ou seja, o período de implantação do CEDUP Timbó, se relacionam aos anos que gravitam a fundação da instituição escolar. Delimitou-se este período na pesquisa por ser uma perspectiva de temporalização utilizada em história das instituições escolares a partir de Plácido, Benkendorf e Todorov (2021).

A definição da temporalidade, neste caso, os anos de implantação, seguirá a metodologia sugerida por Plácido, Benkendorf e Todorov (2021), que a explicam da seguinte forma:

Nesse sentido, propõe-se a seguinte caracterização de uma cadeia de possíveis ciclos históricos de uma instituição escolar: implantação, o período dos anos iniciais da fundação, construção dos processos e seus primeiros contatos com o meio envolvente; fixação, os processos são plenamente normalizados e as relações com o meio envolvente é plenamente estabelecido; consolidação, as relações com o meio envolvente produzem transformações concretas na sociedade e na instituição, os egressos são absorvidos pela própria instituição; expansão, a instituição multiplica-se, estendendo-se a outros espaços ou suas características são importadas por outras instituições escolares. (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021, p. 191).

Nessa perspectiva, é preciso lançar um olhar sobre história de instituição escolar, pois, conforme Magalhães (2004), a “educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estrutura, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social” (MAGALHÃES, 2004, p. 15). Segundo o autor, entende-se que uma instituição escolar permeia os arredores intra e extra da estrutura predial, assim consolidada em paredes, terrenos, mobília, arquivos, funcionários. Ela perpassa o significado educacional e acrescenta movimento com seus agentes e com sua história institucional. Magalhães (2004) ainda adiciona que:

No entanto, o processo educativo funciona de forma integrada e integrativa por parte dos sujeitos, no que se refere à sua construção como pessoa humana, correlacionando designadamente os quadros da pedagogia escolar e da instituição educativa, na sua internalidade e no contexto da sociedade. (MAGALHÃES, 2004, p. 16).

Logo, é possível perceber alguns agentes envolvidos na história da implantação do CEDUP Timbó. Essas relações interpessoais/profissionais contribuíram para a cultura escolar do CEDUP Timbó. Pode-se perceber que as “relações com o meio envolvente” da sociedade e o CEDUP Timbó contribuíram para o contexto da formação humana por meio de uma cultura escolar. Como refere Magalhães (2004, p. 38), “o processo de instituição corresponde à conversão de uma instância organizacional de existência”. A relação existencial dos atores e dos sujeitos torna-se educativa nesta dialética evolutiva e complexa do “estar” para o “ser”.

Na época, o CEDUPHH Timbó surgiu com o propósito de qualificar jovens e inseri-los no mercado de trabalho, como uma estratégia para resgatar os que evadiram antes mesmo de terminar o segundo grau. Dessa maneira, entende-se que, uma instituição escolar está para a sociedade assim como ela é para o estudante. Nesse quesito, percebeu-se que, naquela época, a cultura escolar desenvolvida no CEDUPHH Timbó, além de conservadora e tradicionalista, era uma cultura escolar empresarial, ou seja, profissionalizante. Mantinha objetivos de qualificar mão de obra para as indústrias, mas sem esquecer do estudante enquanto pessoa. Desse modo, verificou-se que a cultura escolar, necessariamente, considera os movimentos sociais, além do tempo e do lugar em que o CEDUP Timbó foi inserido.

Ainda, sugere-se compreender que o período em que o CEDUP Timbó estabeleceu a sua fundação e como constituiu seu contato com a sociedade em que

foi inserido é um dos ciclos históricos dessa instituição escolar. O recorte temporal delimitado nesta pesquisa (2000-2004) não olvida uma história que antecedeu esse período nem a que o sucedeu. Isso quer dizer que a implantação do CEDUP Timbó recebeu contribuições históricas e sociais que antecederam esse recorte temporal proposto nesta pesquisa e que podem ser considerados na cultura escolar. Sobre a relação entre a instituição escolar e a sociedade, Plácido, Benkendorf e Todorov (2021) pontuam ser necessário buscar categorias que permitam compreender a história da escola sem se esquecer da construção da cultura escolar numa relação espaço-temporal. Conforme destacam os autores,

[...] na perspectiva de investigação desses arranjos supostamente estabelecidos, busca-se por categorias que possam traduzir uma construção da história das instituições escolares que situe tais instituições num espaço e tempo em diálogo com seu meio envolvente e, em simultâneo, considere seus sujeitos, conhecimentos e experiências de forma singular. Tais categorias precisam também permitir compreender que a história de uma determinada instituição escolar, bem como o desenvolvimento de sua cultura, possui uma relação espaço-temporal que lhe é própria. (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021, p. 191).

Para além de movimentos sociais e interferências externas, a escola se constitui também no que ela faz segundo as normas estabelecidas pelo Estado, pela legislação vigente ou pelo seu Projeto Pedagógico. O conjunto desses elementos constitui uma cultura escolar.

A esse respeito, Dominique Julia (2001) apresenta:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10).

Quando pensamos em cultura escolar, da forma que nos apresenta o autor, podemos perceber a “incorporação desses comportamentos” na sociedade da época, que contribuíram para a continuidade da Educação Profissional no município de Timbó. Segundo Plácido, Benkendorf e Todorov (2021, p. 183), “as relações e os movimentos realizados pelos atores, mesmo os que não são registrados nos documentos, contribuem para a formação e características de uma determinada cultura escolar”.

Lima e Júnior (2022) mencionam que o

espaço escolar, construído a partir da arquitetura, dos ambientes e das vivências, é identificado como um programa educador, ou seja, um elemento do currículo invisível, silencioso e oculto. Reflete, dessa forma, um determinado discurso cujo objetivo é orientar a prática educativa. (LIMA; JÚNIOR, 2022, p. 6).

Esses autores apresentam que a prática educativa na instituição escolar abrange um conjunto de fatores que integram a vida de uma escola. É possível estabelecer percepções de cultura escolar inseridos na história da implantação do CEDUP Timbó a partir de um prédio cedido, que antes foi ocupado por uma instituição municipal, com cursos profissionalizantes. Mas também as práticas pedagógicas que ali se manifestaram precisam ser analisadas para então perceber uma cultura escolar do CEDUP Timbó.

Lopes, Silva e Sousa (2021, p. 59) apresentam que “a escola é constituída pela comunidade, cujos indivíduos foram preparados pela instituição para a vivência na sociedade, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento”. Percebe-se, conforme os autores, que uma escola se constitui a partir dos sujeitos que nela vivenciam seu processo educativo. Esses mesmos sujeitos também fazem parte da história e da cultura escolar de sua instituição.

Julia (2001, p. 09) indica que “a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”. A criação do CEDUP Timbó surgiu em um momento histórico e político do estado, no qual o Governador do Estado de Santa Catarina viabilizou a descentralização da gestão do governo. Segundo Mattei (2016),

No início dos anos 2000 ocorreram diversos debates sobre a administração pública de Santa Catarina, ressaltando-se que a mesma estava sendo incapaz de atender as demandas das diversas microrregiões do estado. Isso ocorria devido ao excesso de centralização da máquina governamental na capital, localizada na zona litorânea, bem como pela incapacidade de gestar projetos de desenvolvimento que oferecessem soluções aos problemas estruturais das distintas microrregiões. (MATTEI, 2016, p. 246).

Sobre a descentralização do Governo na época, que viabilizou a criação do CEDUP Timbó, entende-se que a implantação do CEDUP Timbó foi um ato político que, indiretamente, recebeu interferências externas tanto das manifestações populares quanto do poder público municipal. Assim, houve a continuidade da oferta da educação profissionalizante que já existia na cidade.

Além das relações sociais estabelecidas, segundo Magalhães (2004), a cultura escolar de uma instituição escolar manifesta-se também através da formação humana como processo multivetorial e continuado de (in)formação e de desenvolvimento da pessoa, realiza-se por uma interação “consciente” das questões humanas e sociais, num permanente equilíbrio ambiental (MAGALHÃES, 2004, p. 15). Sendo assim, compreende-se que é necessário encontrar um lugar de interseção no qual seja possível interpretar a instituição escolar em seu papel protagonista e das relações com seu meio envolvente (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021, p. 186-187). Sobre o lugar de interseção, Timbó nos anos 2000, uma cidade com um polo fabril extenso, seria o lugar promissor para implantar uma escola cujos objetivos iniciais eram qualificar mão de obra para o comércio e a indústria local.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve em vista construir a história da implantação do CEDUP Timbó e verificar qual sua cultura escolar desenvolvida nos anos de 2000 a 2004. A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo a primeira no CEDUP Timbó, por pesquisa documental no acervo escolar físico e digital, e a segunda no arquivo público da cidade. Através dos recortes de jornais encontrados no arquivo público municipal, foi possível identificar algumas pessoas que participaram do período de implantação do CEDUP Timbó. Assim, a segunda etapa da pesquisa seguiu com entrevistas presenciais semiestruturadas, com algumas destas pessoas que vivenciaram o período de implantação nos anos 2000 a 2004. Delimitou-se a quantidade de oito pessoas para contribuir com relatos do período investigado, sendo: 01 ex-prefeito, 01 ex-secretária municipal da educação, 02 ex-coordenadores da instituição pesquisada, 02 ex-professores e 02 egressos.

Segundo Gil (2012, p. 12), “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Para a entrevista, foi utilizado o roteiro disponível no Apêndice D, que contém 05 perguntas abertas. As pessoas selecionadas participaram da entrevista de forma voluntária e com assinaturas dos termos de livre consentimento e esclarecimento e de autorização para gravação de voz e/ou imagem. Para fins de construção de registro de dados, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Considerou-se ainda para as entrevistas o Ofício Circular nº 0002/2021/CONEP/CNS/MS de 24/02/2021 – que contempla Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, se necessário.

A pesquisa é de natureza básica, “considerando que tem como objetivo gerar novos conhecimentos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 25), sendo que não havia registros publicados referentes à história da implantação do CEDUP Timbó. Como teoria para o aprofundamento de estudos sobre história das instituições escolares, foi utilizada a perspectiva da cultura escolar, numa abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares de Plácido, Benkendorf e Todorov (2021) e autores, como Julia (2001), Viñao Frago (1998) e Escolano (2017). Para contribuir com estudos sobre história da instituição escolar, Magalhães (2004) foi utilizado. Nesse sentido, foram investigados possíveis impactos dessa instituição escolar na sociedade em que está

inserida, além das relações estabelecidas no período histórico de sua implantação.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, considerando que se trata de um estudo teórico, não sendo possível transformá-lo em algo quantificado. Silveira e Córdova (2009, p. 31) informam que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”.

Em relação ao objetivo proposto, a presente pesquisa é de caráter exploratório, pois, segundo Gil (2002, p. 41), “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Como requisito para este programa de mestrado, foi desenvolvido um Produto Educacional (PE), contendo um memorial virtual da implantação do CEDUP Timbó, no recorte temporal de 2000 a 2004. Foram coletados fotografias, documentos e recortes de jornais que apresentam atos, relatos e retratos de eventos pedagógicos vivenciados por essa instituição escolar no período de sua implantação. Embora a instituição não possua um arquivo histórico, mantém arquivos e dados históricos bem preservados e disponíveis aos pesquisadores. Nesta pesquisa, esse arquivo, pela sua variedade de documentos, foi denominado acervo físico e digital. As fotografias que compõem o PE e os documentos foram coletadas no acervo físico e digital do CEDUP Timbó, além de no acervo pessoal dos entrevistados. Já os recortes de jornais foram coletados no arquivo público municipal e depois selecionados para análise. Na descrição e apresentação do PE, a metodologia está melhor detalhada a fim de apresentar as etapas e os objetivos propostos no desenvolvimento do PE.

O memorial está hospedado em uma página *online* sob registro de domínio <www.viewceduptimbo.tec.br>. Esse registro foi pensado pelo significado da palavra em inglês *View*, que, na tradução para o português, significa “visualizar”, “dar uma olhada”. Já *ceduptimbo.tec.br* remete-se à instituição pesquisada; as abreviações “tec”, à palavra tecnológica e “br”, a Brasil. Assim, tal registro de domínio representa um significado de expressão linguística direcionado ao objeto de pesquisa. Pensando no visitante do memorial, objetivou-se estabelecer uma página à qual fosse possível ter acesso por dispositivo móvel, ou por computador, por conexão de banda larga ou dados móveis, possibilitando alcançar o maior número de pessoas com acesso à internet.

Denominou-se o PE de “Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP Timbó”, pois, ao visualizar o memorial virtual, o visitante tem acesso a imagens e às descrições textuais que remetem a elas. Pensou-se em formar um quebra-cabeças em que as imagens “falassem” por si só, contando a história da implantação do CEDUP Timbó em uma sequência lógica dos fatos vividos.

A aplicação do PE ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro foi o lançamento do PE e o segundo foi uma atividade de ensino na recepção dos estudantes ingressantes no início do semestre letivo de 2024. O lançamento do PE ocorreu no mês de novembro de 2023 em formato de palestra, apresentando o produto para a comunidade escolar. Na ocasião, alguns dos entrevistados, participantes da pesquisa que fizeram parte da implantação do CEDUP Timbó, estiveram presentes, bem como: empresários, vereadores, ex-professores, egressos, ex-gestores e representantes da 35ª Coordenadoria Regional de Educação além dos estudantes do CEDUP Timbó, cursando Técnico em Segurança do Trabalho, Administração e Eletrônica.

O PE foi aplicado em formato de palestra na integração de novos estudantes, na penúltima semana do mês de fevereiro de 2024. Participaram dessa aplicação 115 pessoas, entre professores, estudantes ingressantes e equipe gestora. Após a aplicação do PE, os participantes foram convidados a realizar a avaliação do PE através do formulário avaliativo virtual no memorial. No formulário avaliativo, o participante recebeu as informações da pesquisa, além de orientações do termo de livre consentimento esclarecido, conforme Apêndice E. O formulário avaliativo contém 14 perguntas que serviram para análise dos dados e pode ser encontrado na aba “avaliação” no memorial virtual do PE. Para análise dos dados, foram consideradas as 59 respostas do formulário avaliativo no PE, ou seja, alcançou-se 50% do público participante.

O método para análise dos dados foi escolhido para possibilitar que as informações obtidas respondessem às questões e aos motivos que incentivaram a realização desta pesquisa. Considerando que as gravações das entrevistas foram transcritas e os documentos e recortes de jornais também foram utilizados na análise dos dados, delimitou-se a Análise Textual Discursiva para interpretar os textos. Essa é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas na pesquisa qualitativa, que são a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

Por se tratar de pesquisa qualitativa, considerando o fenômeno a ser pesquisado e a metodologia a ser utilizada, optou-se por este método para perceber detalhes interpretativos que outros métodos possíveis trariam neste tipo de pesquisa. Moraes e Galiazzi (2016, p. 35) apresentam que, “ao iniciar uma discussão de análise qualitativa, precisa-se ter presente a relação de leitura e interpretação. Se um texto pode ser considerado objetivo em seus significantes, não o é nunca em seus significados e sentidos”.

Nesse aspecto, a Análise Textual Discursiva oportuniza ao pesquisador conhecer, além do discurso dito e do texto escrito, a intencionalidade dos textos e das falas. É na interpretação da leitura de textos produzidos que se pode encontrar mensagens subjetivas que poderão qualificar respostas. “Os textos que compõem o corpus da análise podem tanto ser produzidos especialmente para a pesquisa quanto podem ser documentos existentes” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 39). Por isso, além das entrevistas, escolheram-se os recortes de jornais encontrados no arquivo público municipal que retratam o período transitório entre o fechamento de um Colégio e a abertura da Escola Técnica na cidade de Timbó. Os documentos encontrados no acervo escolar mereceram a análise da mesma forma, ao apresentarem dados do período temporal proposto nesta pesquisa, a saber, a implantação do CEDUP Timbó.

“A Análise Textual Discursiva (ATD) concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus*” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 38). O método que a ATD contempla para seguir com análise dos dados caracteriza-se em selecionar os materiais, desmontagem dos textos, unitarização, categorização e construção dos metatextos. Nesta pesquisa, em que as fontes são documentos do acervo escolar, recortes de jornais da época da implantação do CEDUP Timbó e transcrição de entrevistas, a análise procedeu com categorias previamente definidas. Segundo Moraes e Galiazzi (2016), quando a opção é trabalhar com categorias *a priori*, o pesquisador deriva suas categorias de seus pressupostos teóricos, sejam explícitos ou implícitos :

A categorização pode encaminhar-se a partir de dois processos localizados em extremos opostos. Um deles, de natureza mais objetiva e dedutiva, conduz às categorias denominadas *a priori*. O outro, indutivo e mais subjetivo, produz as denominadas categorias emergentes. (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 95).

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada e com o levantamento das fontes, estabeleceram-se como categorias iniciais: **Educação Profissional**, com o objetivo

de analisar a concepção de Educação Profissional; **CEDUP Timbó** para análise das legislações e história, e **Práticas Pedagógicas** a fim de analisar a cultura escolar desenvolvida no período de sua implantação. No Apêndice A, consta a tabela contendo a organização das três categorias definidas, através das unidades de sentidos que contemplam os elementos encontrados nas notas de jornais e nos documentos. Para isso, foram definidos os seguintes símbolos: “C” para categoria e números cardinais 1, 2 e 3, correspondentes à categoria a que se referem, conforme a sequência descrita. Foram selecionados os documentos e as notícias dos jornais a que se referem nas categorias assim: Educação Profissional = C1; CEDUP Timbó = C2 e Práticas Pedagógicas = C3. Após a identificação das categorias, foram relacionados os marcos históricos na construção da narrativa da implantação do CEDUP Timbó sob a perspectiva da cultura escolar.

Para analisar a transcrição das entrevistas, organizaram-se as unidades de sentido para os entrevistados, simbolizadas com a letra “E” (maiúscula), seguida de um número cardinal (1 a 8), classificando o sujeito da pesquisa sem revelar sua identidade. Organizaram-se os símbolos das entrevistas descritas com nomenclatura específica conforme Apêndice B, sendo E1 (entrevistado um), E2 (entrevistado dois), sequencialmente, conforme a ordem em que as entrevistas ocorreram. Essa organização foi feita para distinguir as falas dos entrevistados e preservar o anonimato de sua identificação. Para evidenciar as falas das entrevistas, o texto foi mantido em itálico com objetivo de não confundir o leitor.

Os 28 recortes de jornais entre os anos de 1999 e 2004 e os 10 documentos do mesmo período foram selecionados bem como categorizados de acordo com a descrição informada acima. Desses 28 recortes, apenas vinte e dois foram utilizados para análise segundo a unitarização e a categorização das notícias e dos documentos em ordem cronológica, contendo o título da nota e o tipo de categoria a que se refere nesta análise. Na produção dos metatextos, para garantir a privacidade dos dados pessoais de pessoas e empresas, utilizou-se a abreviatura de seus nomes nas fontes¹² da pesquisa. Disponível no Apêndice B.

¹² Para preservar o nome de pessoas que constam nas fontes que não participaram da pesquisa, abreviou-se o nome com suas iniciais maiúsculas. A abreviatura do nome das empresas respeita o mesmo padrão, com a adição do símbolo asterisco após a letra (Ex.: M*).

4 PRODUTO EDUCACIONAL

“Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP Timbó”, disponível em <<https://viewceduptimbo.tec.br/>>, narra o processo de implantação do CEDUP Timbó no recorte temporal de 2000 a 2004. Com imagens, documentos e recortes de jornais, contendo descrições, buscou-se construir e contar uma história de um tempo já vivido por essa escola e pelos agentes envolvidos.

Esses “Retratos e Relatos” foram escolhidos seguindo uma ordem cronológica no intuito de contextualizar o visitante e fazer uma viagem no tempo. Inicialmente, foram selecionados vinte retratos e relatos, pois, no ano em que o Produto Educacional foi aplicado e avaliado, em 2024, o CEDUP Timbó comemorou 20 anos de implantação. Porém, um elemento surpresa surgiu durante a pesquisa, logo trouxe o vigésimo primeiro retrato como possibilidade de análise, apresentando uma parte da história que demonstra resistência em sua trajetória. O retrato de número vinte um mostrou que, ao longo da história da implantação do CEDUP, estudantes, professores e empresas empenharam esforços coletivos a fim de manter viva essa história.

Por se tratar da história da implantação de uma instituição escolar de educação profissional, entende-se que este memorial poderá contribuir para a memória e a história da escola. Poderá também ser utilizado como fonte de consulta para novos pesquisadores em história de instituição escolar. Como nos mostra Le Goff (1996),

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 477).

Ao se fazer referência à palavra “memorial”, identificam-se duas possibilidades de interpretações e de significados. Uma, enquanto substantivo masculino, remete-se ao monumento comemorativo podendo ser algo palpável. O segundo significado diz respeito ao relato de “memória”, ao passado. Desse modo, utilizou-se Le Goff (1999), que, sobre o conceito da memória, apresenta “[...] como surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia)” e afirma que este “se ocupa mais da memória coletiva que das memórias individuais[...]”. Para além do requisito de obtenção de título de Mestre no programa ProfEPT, este PE tem seu significado não apenas como um objeto palpável, mas como um marco temporal do relato das memórias encontradas sobre a implantação do CEDUP Timbó.

Isso sugere que, através das memórias deste PE, pode-se retornar ao passado, utilizando as imagens, as fotografias, os retratos e todo tipo de material visual a fim de compreender, conhecer, interpretar e contribuir com a história. Conforme relata Burke (1991):

Alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado - e do local em que nele está inserido o material visual - usando as imagens de uma forma sofisticada e especialmente histórica. (BURKE, 1991, p. 237).

As imagens selecionadas para o PE são alguns “Retratos e Relatos” do período de implantação do CEDUP Timbó e se reportam a um tempo vivido, diferente do atual. Observa-se esse tempo diferente, seja pelo tipo de vestimenta das pessoas na fotografia, seja pelo corte de cabelo utilizado na época, seja pela forma de se posicionar e organizar as pessoas ao produzir o retrato. Assim, do mesmo modo que o autor, percebe-se que [...] todo material do passado é potencialmente admissível como evidência para o historiador [...] (BURKE, 1991, p. 237).

Através das imagens no PE, pôde-se resgatar o valor da memória que, muitas vezes, passa despercebido em um mundo cada vez mais digital, onde o tempo parece líquido e tudo é tão rápido em se perder no tempo. Perder-se no sentido, no significado e às vezes no propósito. Quem vê o produto, desconhece o processo. Desenvolver este PE foi um tempo de garimpo, de encontros, desencontros, de surpresas, imprevistos, de alegrias e tristezas. Materializar o PE intensificou o valor da memória a fim libertar as pessoas através da história e de seu passado. Le Goff (1996) enfatiza:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1996, p. 476).

Ao resgatar o passado através da memória institucional, viu-se nascer uma história esquecida ou desconhecida.

4.1 DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Origem do Produto Educacional: O memorial virtual “Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP TIMBÓ” foi desenvolvido durante a pesquisa de mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Nível de ensino a que se destina: Educação Profissional e Tecnológica.

Área de conhecimento: ensino.

Público-alvo: comunidade interna e externa do CEDUP Timbó.

Categoria deste produto: memorial virtual.

Finalidade: o Produto Educacional “Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP TIMBÓ” objetiva registrar a história da implantação do CEDUP Timbó por meio de fotografias e documentos impressos ou digitais, da época de sua implantação.

Registro do produto: EduCapes e biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), *Campus* Blumenau.

Avaliação do produto: o produto foi avaliado pelos participantes ao final da aplicação do Produto Educacional, por meio de navegação no *website*. Ele também foi avaliado e validado pelos professores componentes da banca de defesa da dissertação de mestrado do ProfEPT.

Disponibilidade: irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Divulgação: digital.

Instituição envolvida: CEDUP Timbó.

URL: Produto Educacional acessível em: <<https://viewceduptimbo.tec.br/>> e no repositório da EduCapes.

Idioma: português.

Cidade: Blumenau.

País: Brasil.

Ano: 2024.

4.2 DESCRITIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL: RETRATOS E RELATOS – MEMORIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ

Apresentamos o texto descritivo do Produto Educacional: Retratos e Relatos: memorial da implantação do CEDUP TIMBÓ, disponível também pelo link: <<https://viewceduptimbo.tec.br/>>, acesso disponível via *QR Code*, conforme figura 1:

Figura 1 - Imagem QR Code



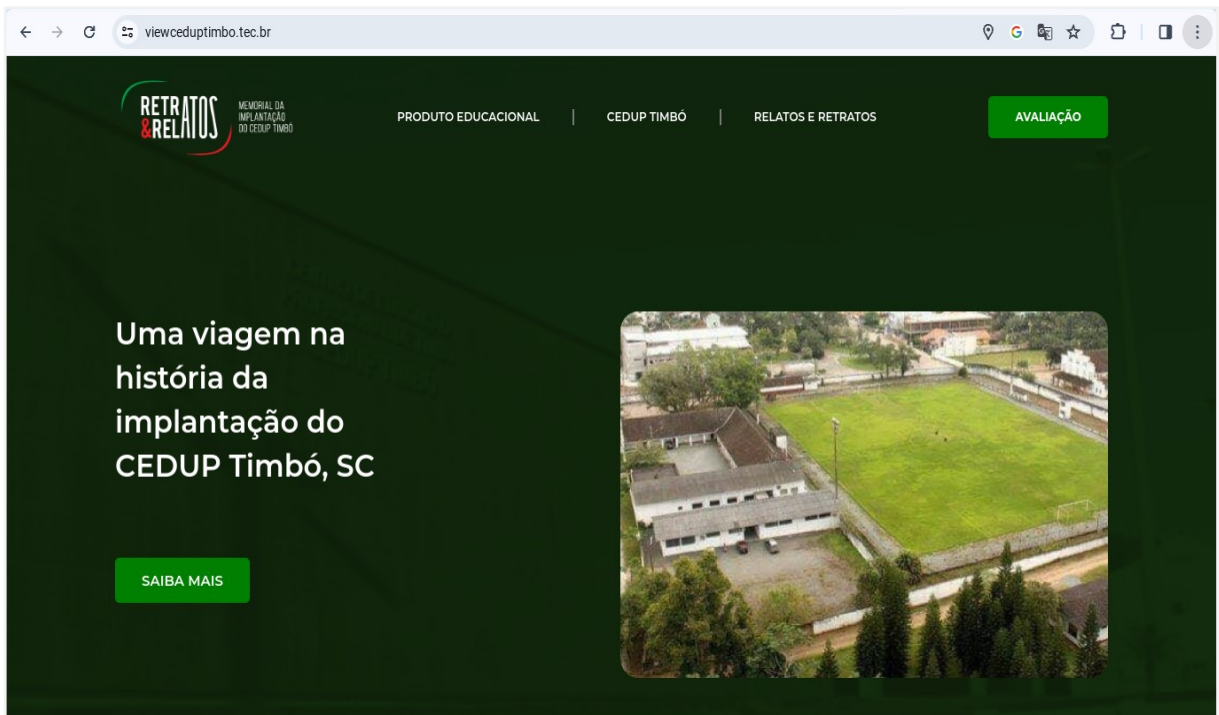
Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Ao acessar o memorial virtual, o visitante encontrará a “*homepage*” que hospeda o memorial, o qual está dividido em cinco sessões: “Página inicial”, “Produto Educacional”, “CEDUP Timbó”, “Retratos e Relatos” e “Avaliação”. A visualização pode variar de um dispositivo para outro, por exemplo, dispositivo de acesso ou navegador utilizado. Nesse texto, as imagens apresentadas em quadros são capturas de tela, visualizadas em um computador com a utilização do navegador *Google Chrome*.

PÁGINA INICIAL

Na página inicial, o visitante conhecerá o resumo do que contempla este Produto Educacional. No título, apresenta-se uma imagem aérea de uma edificação e um campo de futebol. Esse prédio foi o primeiro espaço físico ocupado pelo CEDUP TIMBÓ na época de sua implantação. Além do botão “saiba mais”, que direciona para as próximas seções, a página continua delimitando as sessões no seu decorrer, como vemos na Figura 2:

Figura 2 - Página inicial do Produto Educacional



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Ao continuar a visita no memorial virtual, na barra de rolagem da mesma página, o visitante terá acesso à apresentação do memorial e a um botão “Produto Educacional”, como se percebe na Figura 3:

Figura 3 - Imagem do PE CEDUP Timbó | Prédio Atual

Este produto educacional apresenta a história da implantação do CEDUP Timbó, SC.



Este memorial é produto educacional, resultado da pesquisa realizada através do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Catarinense, polo Blumenau (IFC). Está inserido na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” (EPT), inserida no macro projeto 4, História e Memórias no contexto da EPT.

Esta pesquisa faz parte do LEME- Laboratório de Espaços e Memória da Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina.

O memorial foi construído a muitas mãos, através de pesquisa documental junto ao arquivo público municipal de Timbó, acervo do CEDUP e arquivo pessoal dos entrevistados.

[PRODUTO EDUCACIONAL](#)

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A página continua apresentando o resumo do memorial, contendo imagens

flutuantes e um botão “saiba mais”, tal qual a Figura 4:

Figura 4 - Imagens Flutuantes na Página Inicial do PE



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Ao final dessa página inicial, conforme a Figura 5, encontramos no canto esquerdo a logo do título do PE com a descrição textual; e no canto direito, uma seta verde que direciona para avaliação. Embaixo dessa seta verde, há logos institucionais, sendo elas: do CEDUP Timbó, do Instituto Federal Catarinense, do LEME, um projeto de pesquisa do qual este Produto Educacional faz parte, além da FAPESC. Destaca-se que este Produto Educacional foi desenvolvido com recursos próprios da pesquisadora. A menção referida aos logos que o compõem é uma forma de evidenciar a importância dos órgãos que financiam os projetos educacionais e do grupo de pesquisa do qual esta pesquisadora faz parte.:

Figura 5 - Descritivo no rodapé da página inicial do PE

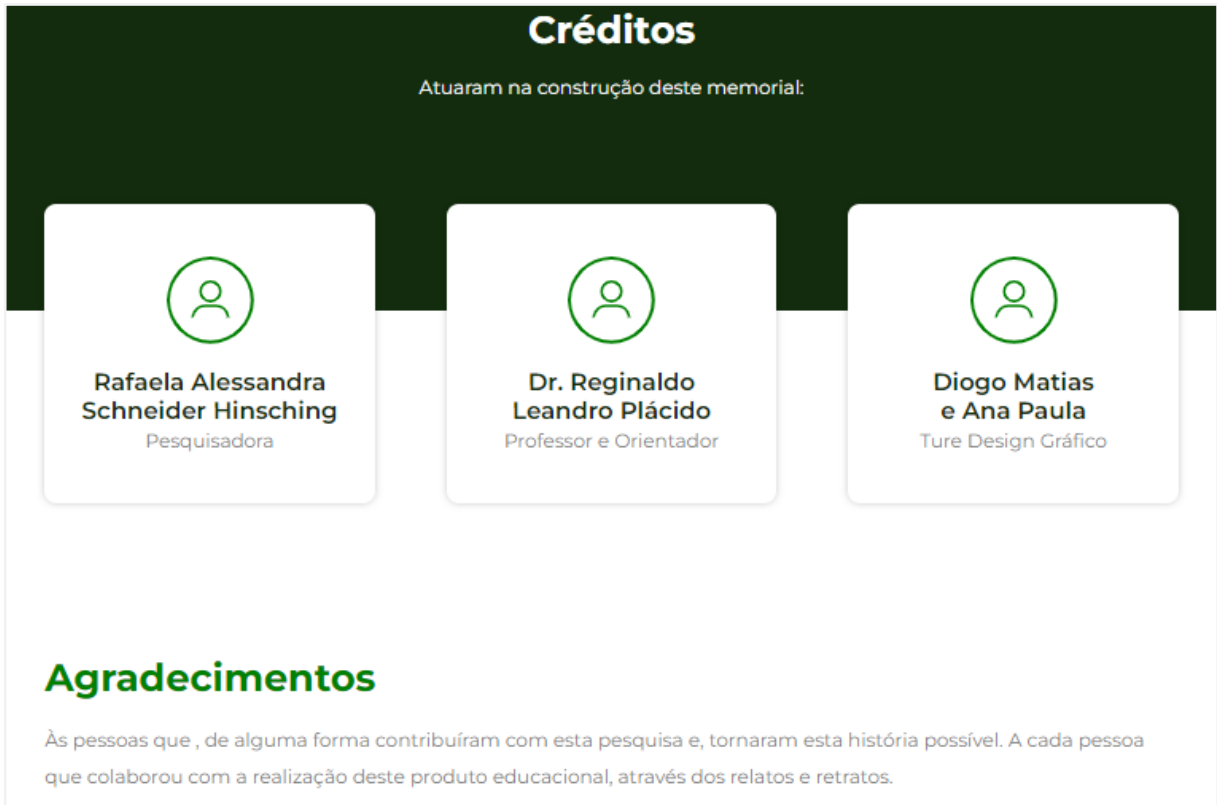


Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Ao clicar na palavra “sobre”, o visitante será direcionado para a sessão

“Produto Educacional”. Essa seção apresenta um texto sobre o PE, uma breve descrição dos dados da pesquisadora e de seu orientador, bem como acesso ao currículo lattes de ambos. Além disso, constam os créditos às pessoas que desenvolveram este Produto Educacional e os agradecimentos, segundo vemos na Figura 6:

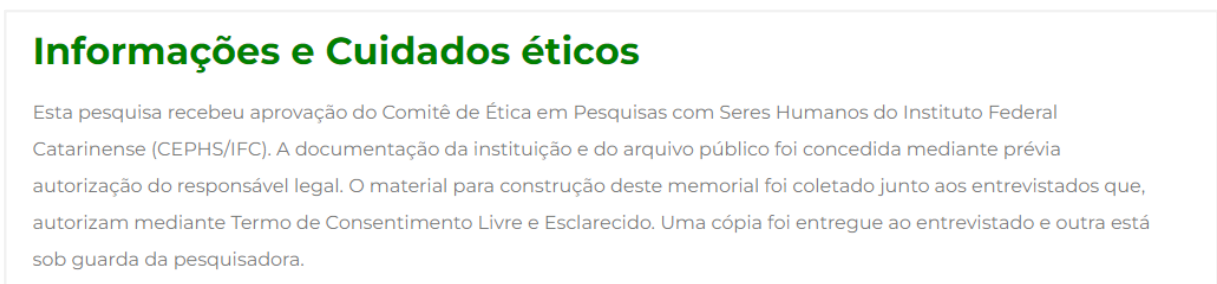
Figura 6 - Créditos e Agradecimentos



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Na sequência da página, há informações e cuidados éticos aplicados à pesquisa e ao desenvolvimento do Produto Educacional, vide Figura 7:

Figura 7 - Informações e Cuidados éticos



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A próxima imagem, Figura 8, apresenta o direcionamento para outras três seções que permitem conhecer mais sobre o PE, a história da implantação do CEDUP Timbó e os Retratos e Relatos que contam essa história:

Figura 8 - Imagens flutuantes do PE | Segunda Seção



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

História da implantação do CEDUP Timbó

Nesta seção, o visitante tem acesso a alguns dados históricos que a pesquisa apontou, como do período da implantação do CEDUP no município, e à legislação pertinente ao ato de criação desta escola. O texto apresenta relatos históricos da cidade onde o CEDUP foi implantado e revela uma influência política que contribuiu para a implantação dessa escola nesse município na época. O objetivo desse memorial é que o visitante tenha acesso a informações, podendo apreciar as imagens e fazendo uma viagem no tempo. Além disso, que conheça a história da implantação do CEDUP com fontes e dados precisos, mas de uma maneira visualmente agradável, sem muita leitura textual. Sequencialmente, as Figuras 9 a 11 contemplam a explicação feita:

Figura 9 - Descritivo Histórico I

**Uma viagem na história
da implantação do CEDUP
Timbó**

**Por dentro da história
da implantação do
Centro de Educação
Profissional de Timbó**

O Centro de Educação Profissional de Timbó é uma escola pública mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina e iniciou suas atividades através do Decreto Estadual nº 1349 de 21/01/2004.



Antes de ser CEDUP Timbó, essa escola funcionava como extensão do CEDUP Hermann Hering de Blumenau, no centro da cidade de Timbó. O CEDUP funcionava na Rua 7 de setembro, nº 314 – centro – Timbó, Santa Catarina. Anteriormente, neste mesmo endereço funcionava o Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal que, por se tratar de uma instituição particular, mantinha convênio com o município de Timbó na oferta de Cursos Comerciais voltados à profissionalização de jovens e adultos.

Inicialmente, enquanto extensão de Blumenau, essa instituição de ensino ofertava Cursos Técnicos em Administração, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Ao se tornar independente do CEDUP Hermann Hering, no ano de 2004, o CEDUP Timbó, iniciou a oferta de novos cursos técnicos no período noturno: Técnico em Vendas e Segurança do Trabalho. (PPP CEDUP Timbó, 2022, p.5).

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Figura 10 - Descritivo Histórico II

No ano de 2008, por um projeto urbano municipal, com intuito de transformar o espaço ocupado pelo CEDUP Timbó em um parque central, a Prefeitura solicitou que a instituição transferisse suas atividades escolares para outro prédio escolar. Sendo assim, o CEDUP Timbó foi transferido para o espaço anexo à Escola de Educação Básica Ruy Barbosa, Rua Recife, nº 293 – centro – Timbó, Santa Catarina.

Em 2010 foi assinado um convênio Estadual e Federal, através do projeto Brasil Profissionalizado, para a construção da sede própria. Conforme alvará de construção, no acervo desta escola, esta obra foi assinada no dia 31 de outubro de 2013. Já o alvará de habite-se, no acervo dessa escola, foi assinado em 06 de setembro de 2017.

O CEDUP foi transferido para o prédio próprio no endereço Rua São Bento, 277 Quintino – Timbó/Santa Catarina, no dia 03 de fevereiro de 2018. Não houve ato inaugural!

Em 2022, conforme Parecer do CEE/SC nº 201 de 06/12/2021, iniciou a oferta do Novo Ensino Médio no período diurno, permanecendo a oferta dos Curso Técnicos Concomitantes e Subsequentes no período noturno.

Atualmente o CEDUP funciona em três turnos. Conforme o livro de registros desta escola, até o momento, o CEDUP Timbó já formou mais de mil e quinhentos profissionais qualificados nos cursos técnicos que oferece.

O município onde o CEDUP foi implantado, Timbó, é uma cidade do médio vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Timbó foi fundada por Frederico Donner, imigrante alemão, em 12 de outubro de 1869, como colônia extensão do município Blumenau. A criação do município de Timbó foi viabilizada no governo Aristiliano Ramos, através do Decreto nº 527, datado de 28 de fevereiro de 1934. (FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 300).

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Figura 11 - Descritivo Histórico III

Timbó incrementou sua economia a partir da década de 1940, porém sua principal atividade produtiva estava vinculada ao setor agrícola. A produção industrial, inicialmente, ficou restrita a três empresas, das quais duas eram ligadas diretamente ao setor primário. Essa situação alterou-se apenas na década de 1950, período em que surgiu um parque industrial mais diversificado.(FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 322).

A cidade de Timbó, a partir da implantação do parque industrial, desenvolveu novas atividades econômicas, se destacando na região.

Sendo assim, não é estranho constatar que, com o movimento administrativo de descentralização do governo do estado de Santa Catarina ocorrido a partir do início dos anos 2000, a cidade tornou-se um importante pólo de desenvolvimento e, por isso, sua unidade CEDUP foi descentralizada e separada de Blumenau.

Esse movimento político refere-se à Lei Complementar nº 243, de 2003, política de descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina. Segundo Mattei (2016, p.245), o candidato ao governo do estado da época, pelo PMDB – Luiz Henrique da Silveira- apresentou o Plano 15, seu principal objetivo era promover o desenvolvimento regional.

Com isso inicialmente foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), as quais foram espalhadas por todo território catarinense, cada uma delas contando com um respectivo Conselho de Desenvolvimento Regional(CDR), com caráter Deliberativo. No âmbito estadual criou-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC). (MATTEI, 2016, p.245)

Estima-se que uma das possíveis influências na criação do CEDUP Timbó, foi a descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina e, oportunamente estabeleceu-se motivação política para isso. Sabe-se também que, devido a mudanças na legislação nacional, e o fechamento do Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal nos anos de 1998 a 1999, compreende-se que este foi um dos motivos para instaurar a unidade de extensão da então escola técnica Hermann Hering.

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

SEÇÃO RETRATOS E RELATOS

Como objetivo principal deste Produto Educacional, a sessão “Retratos e Relatos” pretende contar a história da implantação do CEDUP TIMBÓ usando fotografias, recortes de jornais e documentos da época. Esse material foi coletado junto aos entrevistados, ao arquivo público municipal e ao acervo escolar. Durante o desenvolvimento do Produto Educacional, houve um momento curioso, em que a pesquisa “falou” através de material encontrado nas ruas da cidade, por um radialista local. Selecionamos vinte e uma imagens, dentre elas, fotografias e documentos que são representados na ordem cronológica que seguiram, na história da implantação do CEDUP TIMBÓ, sob a perspectiva da cultura escolar, na história da implantação do CEDUP TIMBÓ, sob a perspectiva da cultura escolar. As imagens estão em ordem sequencial propositalmente, pois resumem uma parte da vivência dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar, do período da implantação do CEDUP TIMBÓ e sua trajetória. Contaremos na sequência das imagens do memorial através das figuras a seguir. Figura 12:

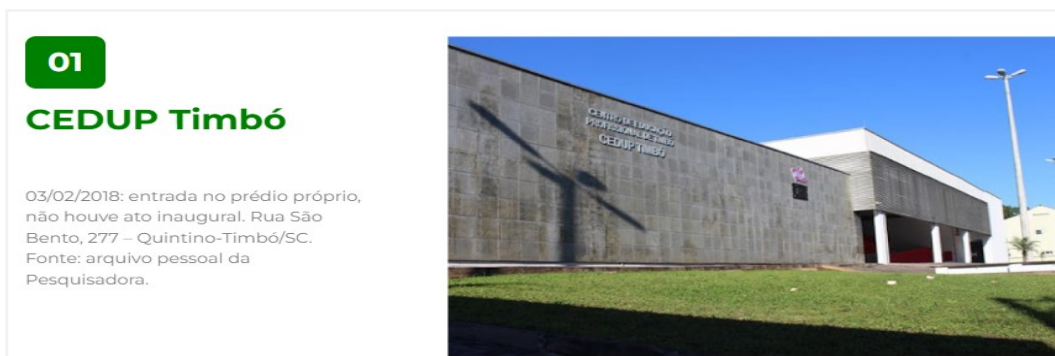
Figura 12 - Seção Relatos e Retratos



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Ao visitar os retratos e relatos no memorial, encontra-se a descrição ao lado de cada imagem para explicar ao que se refere. No primeiro retrato, temos o prédio atual do CEDUP Timbó, para enfatizar ao visitante que este não foi o início de tudo, mas uma trajetória da história percorrida por esta instituição escolar. Figura 13:

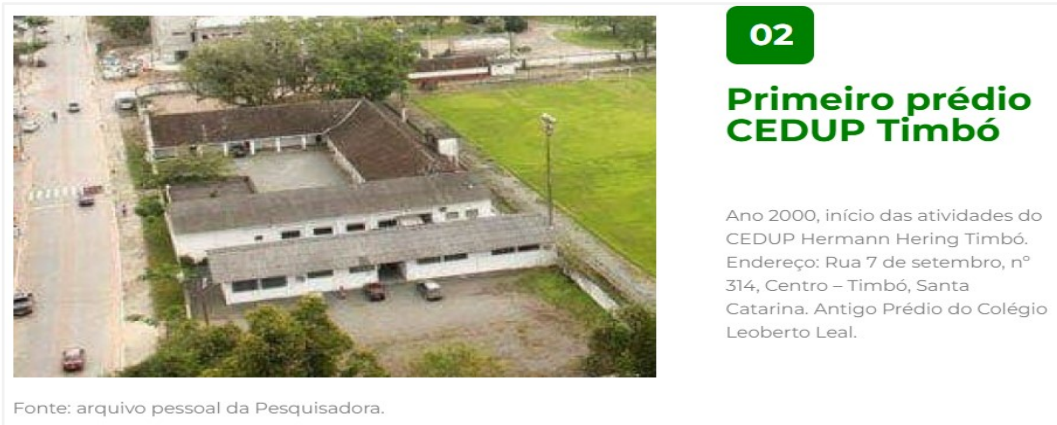
Figura 13 - Início na sede própria



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024)

A segunda imagem no memorial, Figura 14, reporta o visitante ao passado, onde a história da implantação do CEDUP Timbó iniciou. Em 2009, esse prédio foi demolido.

Figura 14 - Primeiro prédio do CEDUP Timbó



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O retrato três, na figura 15, apresenta a notícia em jornal que informa sobre o início do funcionamento da unidade de Extensão do CEDUP Hermann Hering em Timbó. Ao lado, temos o relato número quatro, outro recorte de jornal, registrando o ato solene da instalação desta extensão em Timbó no dia 08 de março de 2000. Conforme a fonte, essa aula foi ministrada no Cine Municipal da cidade, por um advogado de uma empresa local, que palestrou aos primeiros estudantes matriculados nos cursos técnicos do CEDUPHH Timbó.

Figura 15 - Retratos 03 e 04

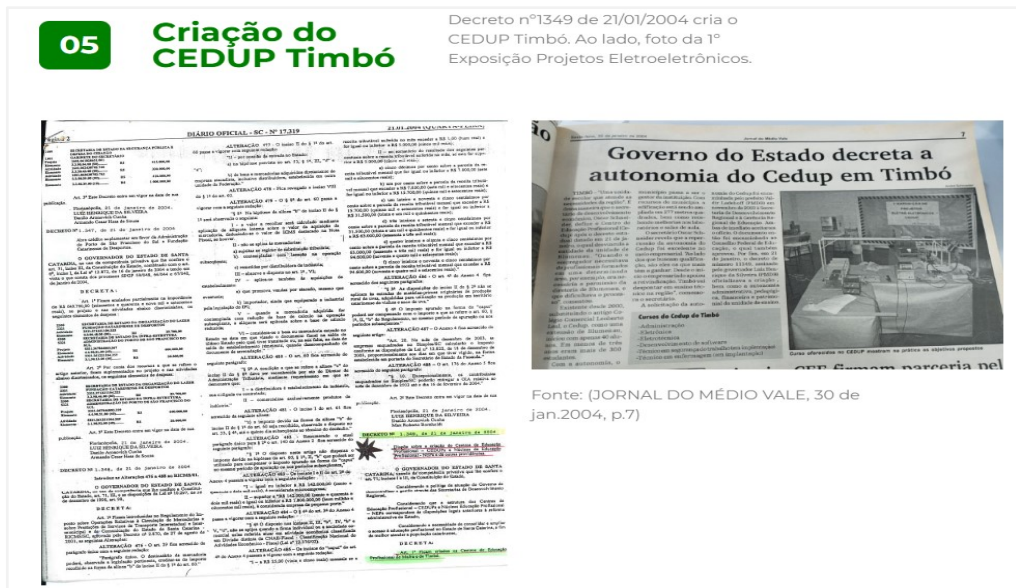


Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Continuando a visualização do memorial, conforme Figura 16, o retrato cinco mostra o recorte de jornal que traz a notícia do Decreto de criação do CEDUP Timbó.

Ao lado, a cópia do Decreto. Esse ato tornou a unidade de Timbó independente do CEDUP Hermann Hering de Blumenau, dando autonomia para o novo CEDUP na cidade. Na mesma notícia, há divulgação dos cursos técnicos ofertados no CEDUP Timbó e a 1ª exposição de projetos do curso técnico em Eletrotécnica.

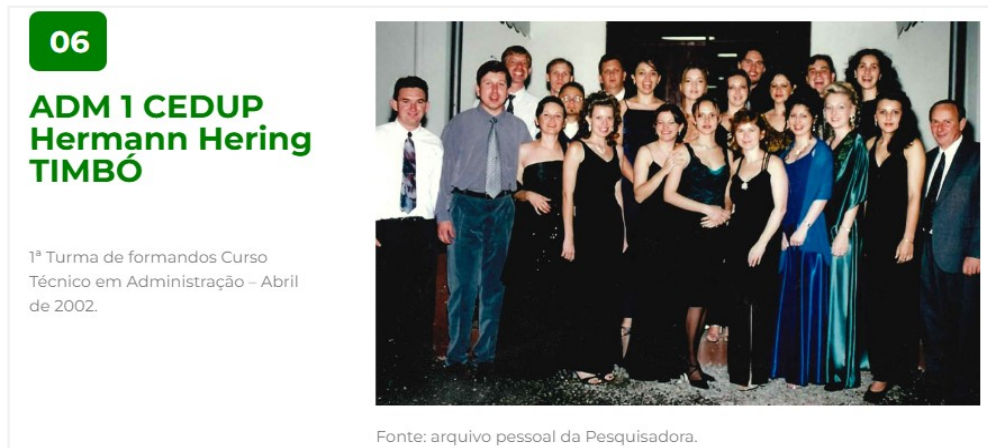
Figura 16 - Retrato 05



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O próximo retrato, de número seis, apresenta a primeira turma de formandos do Curso Técnico em Administração do CEDUP Hermann Hering Timbó, conforme a Figura 17, a seguir. Na ocasião do lançamento do Produto Educacional ocorrido em novembro de 2023, uma destas estudantes foi localizada e participou do evento.

Figura 17 - ADM 1 CEDUP Hermann Hering Timbó

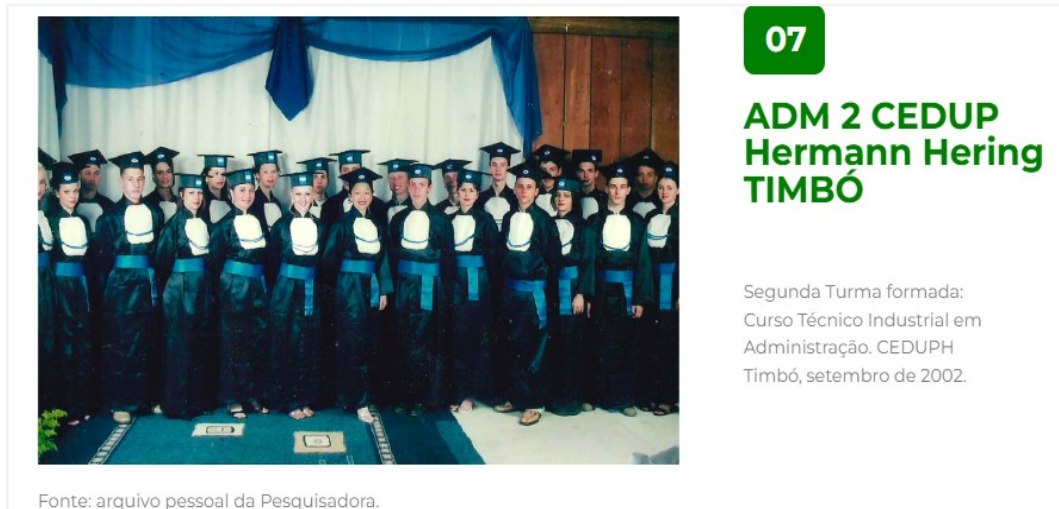


Fonte: arquivo pessoal da Pesquisadora.

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A partir do retrato número sete, Figura 18, o visitante pode conferir a segunda turma de formandos, agora com beca, na cor azul. A pesquisa mostrou que a utilização da beca, com cores específicas por curso nas colações de grau, é uma característica da cultura escolar. Esse protocolo é seguido desde o início de sua implantação e mantém-se até os dias atuais.

Figura 18 - ADM 2 CEDUP Hermann Hering Timbó



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Conforme a Figura 19, o retrato de número oito mostra a primeira turma de formandos do Curso Técnico em Eletrônica do CEDUPHH Timbó. Na ocasião, essa colação de grau ocorreu sem a beca. Um dos professores que aparece nesta foto foi um dos participantes da entrevista e compareceu ao lançamento do Produto Educacional, além de ter sido docente do CEDUP Timbó até 2022. Sabe-se que alguns desses egressos continuam atuando na área de eletrônica na cidade e na região.

Figura 19 - Formandos Eletrônica 2002



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A Figura 20 apresenta o retrato número nove com os formandos do curso técnico em Informática. Na época, a cor do curso era amarela. Segundo fontes, atualmente é vermelha. Curiosamente o mesmo formando da época desse retrato é estudante do curso técnico em eletrônica da turma 2023. Participou de forma voluntária da entrevista e do lançamento do Produto Educacional. Essa foi uma turma de transição escolar, pois viveu as mudanças institucionais. Iniciou no ano de 2003 como unidade de extensão do CEDUPHH Timbó e formou-se como CEDUP Timbó.

Figura 20 - Formandos Técnico Informática Turma da Transição Escolar



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O retrato número dez, observado na Figura 21, demonstra um ofício do então coordenador do CEDUPHH Timbó, solicitando autorização ao delegado de polícia da comarca da época, para a realização de um baile de formatura dos formandos do CEDUPHH Timbó. Essa prática pode ser considerada um tipo de cultura escolar, em que os formandos festejavam sua conquista com seus familiares, amigos e professores da instituição escolar. A pesquisa apontou que o último baile de formatura

dos cursos técnicos no CEDUP Timbó ocorreu em 2018. Essa prática foi extinta.

Figura 21 - Ofício Bailes de Formatura



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O retrato número onze contém o registro da primeira turma do Curso Técnico em Administração do CEDUP Timbó, no pátio do primeiro prédio da instituição escolar, conforme a Figura 22 abaixo. Segundo a pesquisa, essa turma iniciou as aulas com atraso, no segundo semestre letivo de 2004, no mês de setembro. Observa-se ao fundo, do lado direito da foto, a placa da instituição na cor verde, branca e vermelha, contendo a bandeira do Estado de Santa Catarina. A bandeira do município de Timbó também aparece na placa. Um dos estudantes usa uma camisa branca com a logo de uma empresa da cidade que fabrica máquinas de lavar roupas. Segundo fontes de pesquisa, a mesma empresa apoiou a implantação do CEDUP Timbó.

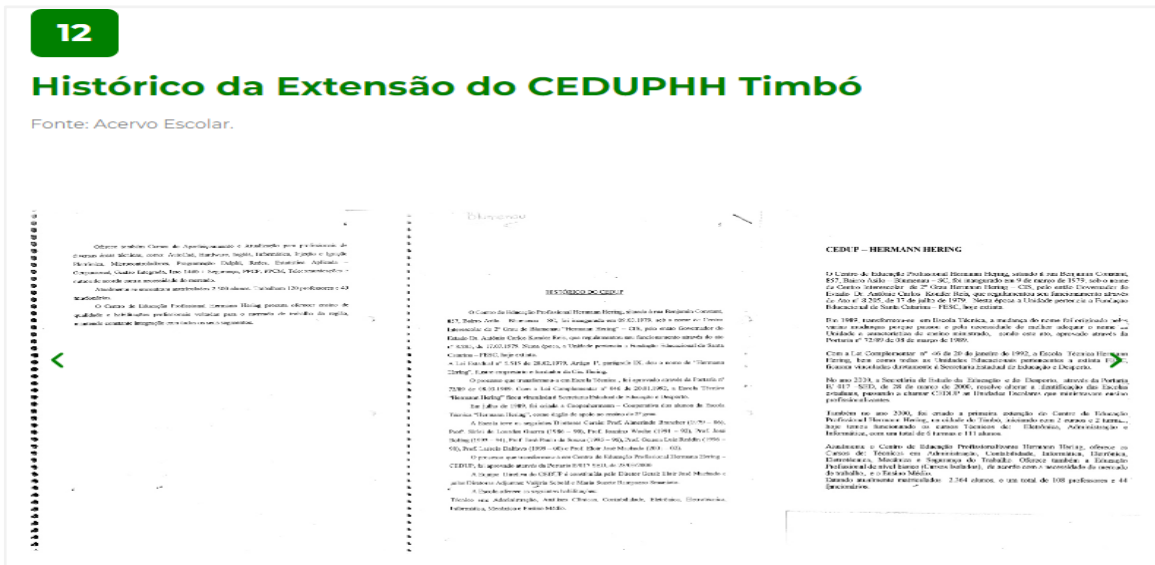
Figura 22 - Primeira Turma de alunos Curso Técnico em ADM CEDUP Timbó



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Observado na Figura 23, o retrato número doze contém as setas verdes, nas laterais direita e esquerda, permitem ao visitante do memorial movimentar as páginas. Em dispositivo móvel, é possível ampliar o texto para leitura de parte do histórico da extensão do CEDUPHH Timbó, ou seja, uma parte do PPP da unidade de extensão da época.

Figura 23 - Relato 12 Histórico da Extensão CEDUPHH Timbó



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Na Figura 24, observam-se o retrato e o relato número treze, que apresentam uma exposição de um trabalho de conclusão de curso. A equipe da foto foi destaque na Exposição de Turismo que ocorreu na instituição escolar na época. Os TCCs são características de cultura escolar, além do projeto pedagógico da instituição escolar, desde a época da implantação do CEDUP Timbó. Destaca-se o detalhe do equipamento que aparece na fotografia, ao lado direito. Esse equipamento, chamado de retroprojeter, era utilizado para projetar imagens, através de laudas transparentes, com escritos à caneta ou impressões computadorizadas, projetadas pela luz do equipamento. A modernidade do passar dos anos permitiu atualizações tecnológicas e, atualmente, os estudantes utilizam projetor multimídia com imagens digitais em sala de aula. Uma das pessoas da foto do recorte do jornal foi localizada e participou do lançamento do Produto Educacional e desta pesquisa.

Figura 24 - Retrato 13 TCC ADM e Exposição de Turismo



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

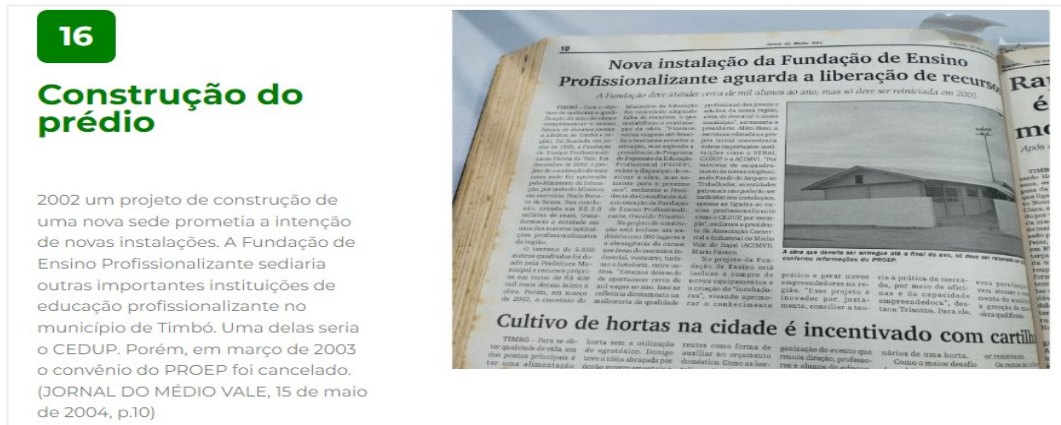
Na Figura 25, há o retrato e relato número quatorze: Ao utilizar as setas verdes nas laterais direita e esquerda da imagem, o visitante terá acesso ao convite de formatura das primeiras turmas formadas do CEDUPHH Timbó, no ano de 2002. Em dispositivo móvel, é possível ampliar os textos e as fotos para melhorar a leitura. Esse formato de convite manteve-se até os anos 2020. Após a pandemia da Covid19, os convites tornaram-se digitais e de menor volume.

Figura 25 - Convite de Formatura



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Figura 27 - Construção do Prédio 2002



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Segundo o retrato número dezessete, O CEDUP passou por endereços transitórios desde o período de sua fundação. Aqui, a fonte do jornal mostra uma manifestação da unidade que cederia espaço predial temporariamente para a reforma do primeiro prédio do CEDUP. Após essa manifestação, a reforma ocorreu de forma parcial, mantendo as aulas no prédio de origem. Curiosamente, em 2009, o CEDUP teve suas atividades transferidas para o Ruy Barbosa, escola manifestante da foto abaixo, Figura 28:

Figura 28 - CEDUP Itinerante



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O retrato dezoito, na Figura 29, apresenta a ampliação do primeiro prédio e a municipalização do CEDUP. Segundo a fonte do jornal, a municipalização referiu-se ao fato de o CEDUP não mais pertencer à cidade de Blumenau, já que, a partir de 2004, a unidade de extensão passaria a ser do município de Timbó. A criação do CEDUP Timbó deu-se por meio do Decreto Estadual nº 1.349 de 21/04/2004, sendo

uma escola do Estado de Santa Catarina.

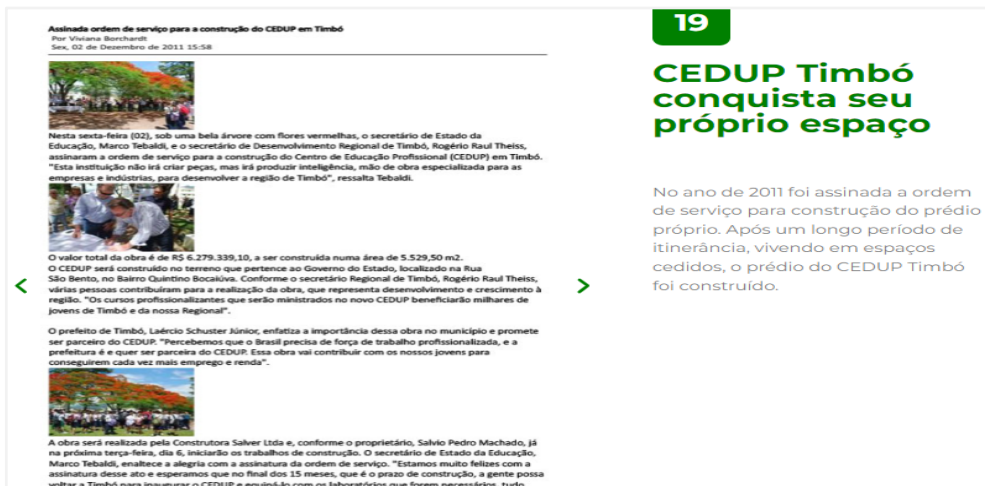
Figura 29 - CEDUP é municipalizado e amplia espaço físico



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A Figura 30 mostra o relato dezoito: onze anos após a implantação do CEDUP Timbó, a assinatura de ordem de serviço do prédio próprio ocorreu em um evento político no terreno ao lado da construção da sede própria. A fonte revelou que, na ocasião, houve manifestação dos estudantes da escola vizinha ao futuro prédio do CEDUP, pedindo melhorias em prol da educação.

Figura 30 - Solenidade para assinatura do convênio para construção do prédio próprio



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

O retrato vinte, conforme a Figura 31, comprova que em 2013 deu-se o início das obras do prédio próprio do CEDUP na cidade de implantação. Ao clicar na seta verde, o visitante verá que a obra ficou pronta em 2017, como mostra o Alvará de Construção e Habite-se. Em 2018, iniciaram as atividades escolares no CEDUP Timbó

e não houve ato inaugural.

Figura 31 - Alvarás de Construção e Habite-se

20

Construção do Prédio Próprio

Após treze anos de sua implantação, o CEDUP inicia a construção da SEDE Própria.

O documento ao lado comprova a autorização de habitação da escola. Após 18 anos de implantação, o CEDUP Timbó conquistou seu próprio espaço.

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Na Figura 32, o último retrato e relato deste memorial apresenta um documento, datado de 2003: Ata da fundação da Associação dos Alunos, funcionários e professores do CEDUP Hermann Hering Timbó, cujo objetivo era angariar fontes de recursos financeiros para a manutenção predial e pedagógica do CEDUP Timbó. Logo, retrata uma forma de união e resistência em prol do funcionamento da instituição escolar.

Figura 32 - Ata da Primeira Assembleia Geral CEDUPHH Timbó

21

Associação dos alunos e professores do CEDUPHH Timbó

Com objetivo de angariar recursos financeiros, estudantes e professores se reuniram para organizar uma associação. Objetivo seria fomentar recursos para manutenção e subsídios pedagógicos da instituição.

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

Ao final da página, o visitante terá acesso à aba “contribua com uma avaliação”, na qual será direcionado para o formulário avaliativo, conforme se vê na Figura 33:

Figura 33 - Descritivo contribua com uma avaliação



Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A Figura 34 mostra a Avaliação do PE. Ao clicar em “contribua com uma avaliação”, o visitante chegará no formulário de avaliação e encontrará o termo de consentimento e as perguntas relativas à aplicação do PE. Para contribuir com a avaliação, basta seguir os passos do formulário e preencher conforme segue. As respostas serão analisadas à medida que os gráficos se apresentarem e serão interpretadas e descritas na seção análise de dados deste trabalho.

Figura 34 - Avaliação do Memorial

Avaliação do memorial

Obrigado por chegar até aqui, contribua com a sua avaliação.

Avaliação Relatos e Retratos: memorial da Implantação do CEDUP Timbó

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do questionário avaliativo sobre o produto educacional intitulado **Relatos e Retratos: memorial da Implantação do CEDUP Timbó**. Este produto faz parte de uma pesquisa de mestrado sob responsabilidade de Rafaela Alessandra Schneider Hinsching, e orientada pelo Dr. Reginaldo Leandro Plácido, ambos do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do polo IFC Blumenau.

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

A última questão do formulário avaliativo, observada na Figura 35, tem a opção para o visitante/avaliador escrever sua opinião. Esse campo foi pensado como um espaço para livre percepção e interpretação dos diferentes visitantes, a fim de que venham a contribuir com a pesquisa.

Figura 35 - Imagem do Formulário Avaliativo, Mensagem Final

12. Se assim desejar, deixe alguma mensagem ou contribuição sobre a pesquisa para a pesquisadora *

Sua resposta

Enviar uma cópia das respostas para o meu e-mail.

Enviar

Limpar formulário Mais

Fonte: Schneider Hinsching e Plácido (2024).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (C1)

O conceito de Educação Profissional segue a prerrogativa da Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação nº 9.394/1996. Nessa categoria, observa-se a LDB na Seção IV-A, Art. nº. 36-B, incluído pela Lei 11.741, de 2008:

[...] Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.[...] (BRASIL, 2008).

De acordo com a legislação citada, foi possível perceber uma concepção de Educação Profissional que o CEDUP Timbó ofertou no início de sua implantação, as relações com a sociedade, as tratativas para a instauração da então escola técnica além das impressões sobre a vinda da extensão do CEDUP Hermann Hering no município de Timbó. Em alguns recortes de jornais, foram encontradas informações referentes às mudanças da LDB da época, que ocasionaram a extinção do Colégio Leoberto Leal.

A implantação do CEDUP Timbó ocorreu em meio a transformações na legislação nacional e, no nascer de um novo milênio, nos anos de 1999 e 2000. Um dos exemplos dessas mudanças foi percebido no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, no §2o do art. 36, e nos artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esse decreto trata a respeito da oferta da Educação Profissional, suas modalidades, a quem se destina, no caso aos trabalhadores, e de que forma ela é ofertada.

[...] Art. 1o. A educação profissional tem por objetivos:

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.[...] (BRASIL, 1996).

O Colégio Leoberto Leal ofertava Ensino Médio Profissionalizante, porém era uma escola municipal. A LDB 9.394/1996 instituiu que os municípios ficariam responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Logo, a continuidade da oferta do Ensino Médio Profissionalizante deveria ser oferecida em uma escola

técnica, sob a responsabilidade do Estado. Segundo a pesquisa, o prefeito da época utilizou as prerrogativas legais para justificar a extinção do então Colégio Leoberto Leal, uma vez que o poder executivo municipal não teria os recursos financeiros para manter a oferta de educação profissional.

Em nota do Jornal do Médio Vale, é possível verificar a transição entre o fechamento do Leoberto Leal e os trâmites administrativos na cidade em busca da extensão do CEDUPHH Blumenau. A Prefeitura Municipal de Timbó e a Coordenadoria Regional de Educação da época sinalizaram interesse na manutenção dos cursos técnicos mantidos pela secretaria estadual, iniciando o diálogo com os agentes envolvidos na então extensão do CEDUPHH de Blumenau, como lemos:

O prefeito Waldir Ladehoff, desde o início da discussão sobre a manutenção do Leoberto Leal, deixou claro que a Prefeitura estava interessada na sua manutenção, desde que a administração fosse desvinculada do município, devido a Lei de Diretrizes e Bases, que prevê o segundo grau como dever do Estado, além de não considerar mais cursos técnicos como educação secundária. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 14 dez. 1999, p. 05).

No mesmo ano, em nova publicação datada em 30 de dezembro de 1999, o Jornal do Médio Vale apresenta a notícia da assinatura do convênio entre a 4ª CRE e a Prefeitura Municipal de Timbó, “[...] no qual está previsto a destinação do prédio do extinto Colégio Leoberto Leal para instalação de uma extensão da Escola Técnica Hermann Hering, de Blumenau - antigo CIS.[...]” (JORNAL DO MÉDIO VALE, 30 dez. 1999, p. 07).

Em uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa, foi revelado que o Colégio Leoberto Leal já não atendia mais como necessário:

[...] O colégio não estava mais evoluindo, não é? Ele estava estagnado num nível que o sistema que estava lá era de estabilidade. Tinha pouca coisa a fazer certo? Então, em cima dessa lei, que tratamos de fazer que foi muito difícil, porque eu era do Leoberto Leal, então teve casos em que alunos me cobraram isso. Você se formou lá, e em agosto vai fechar o colégio? Eu disse, não, não vou fechar, nós vamos transformar, buscar uma escola técnica que certamente vai trazer mais resultado para o futuro e isso para mim claramente aconteceu.[...]. (E3).

Além dessa entrevista, documentos encontrados no acervo escolar revelam que,

[...] no ano 2000, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, através da Portaria E/017 - SED, de 28 de Março de 2000, resolve alterar a identificação das Escolas estaduais, passando a chamar CEDUP as Unidades Escolares que ministravam ensino profissionalizante. Também no

ano 2000, foi criada a primeira extensão do Centro de Educação Profissional Hermann Hering, na cidade de Timbó.[...] (PPP CEDUPHH Timbó, 2002, p. 05).

Segundo as fontes de jornais da época, a previsão da implantação da extensão do CEDUPHH Timbó iniciou em 2000, com a oferta de cursos profissionalizantes na cidade. O jornal do Médio Vale (30 dez. 1999, p. 07) destaca que: “A extensão da Escola Técnica estará funcionando em Timbó a partir do mês de fevereiro de 2000, com a realização de cursos profissionalizantes em geral”.

A informação e promessa foi quase precisa, pois consta em nota publicada em 11 de março de 2000: “O Ato Solene de instalação ocorreu na noite de quinta-feira, dia 08 de março, no Cine Municipal e contou com a presença de autoridades, convidados, alunos, professores e direção do educandário” (JORNAL DO MÉDIO VALE, 11 de mar. 2000, p.12). O mesmo jornal ainda ressalta o envolvimento de diferentes agentes locais nas tratativas para levar uma escola técnica para Timbó:

A vinda da Escola Técnica Hermann Hering à Timbó se originou e confirmou após árduo e intenso trabalho político administrativo do Executivo, através do Gabinete e Secretaria de Educação e Cultura, da Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí, 4ª CRE, Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó e Sindicato Patronal assegurando aos alunos de Timbó e região um ensino profissionalizante de qualidade. (JORNAL MÉDIO VALE, 11 mar. 2000, p. 12).

A nota de jornal revelou que a implantação do CEDUPHH Timbó ocorreu por meio de um movimento político-social e, inicialmente, com objetivos de qualificar mão de obra para as indústrias. Um dos documentos analisados, uma matriz curricular de um curso da época, traz em sua nomenclatura “Curso Técnico em Gestão com Habilitação em Administração de Empresas” (ACERVO ESCOLAR, 2022). Esse e outros documentos pesquisados revelam que, naquela época, o foco da profissionalização dos estudantes era voltado para atender a formação de mão de obra para as indústrias.

Segundo o Jornal do Médio Vale, na noite em que o município comemorou a instalação da então escola técnica, além do corpo docente e das autoridades políticas, estiveram presentes convidados especiais acompanhando o momento da instalação da nova escola. Há, no texto jornalístico, o destaque para a aula inaugural,

Aula magna inaugural foi ministrada pelo professor e advogado, IP, Gerente de Recursos Humanos da M*, especialista em nível de pós-graduação em

Direito do Trabalho que abordou o Trabalho, a Globalização e a Educação. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 11 mar. 2000, p. 12).

A pesquisa revelou também que, na época da implantação do CEDUPHH Timbó, o corpo docente era composto por profissionais não licenciados, formados em cursos de graduação e pós-graduação, preferencialmente bacharéis, especialistas em alguma área técnica que não pertencia à educação. Essa característica de formação de um corpo docente formado preferencialmente por especialistas não licenciados denota que na época a profissionalização de mão de obra no CEDUPHH Timbó ocorria através dos cursos técnicos ministrados numa perspectiva de reprodução da experiência profissional (relação mestre/aprendiz).

Pela notícia publicada na mesma nota de jornal, houve satisfação do então prefeito na instalação da extensão da escola na cidade, uma vez que

[...] homenageou a Escola Técnica Hermann Hering, ao brindar o então Diretor com uma placa com os seguintes dizeres: “A sociedade procura uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais, para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais e econômicas” [...] (JORNAL MÉDIO VALE, 08 de mar. 2000, p. 12).

Através das entrevistas, notou-se uma repetição da menção de educação profissional à “escola técnica”, subentendendo que, na escola técnica, ocorria a educação profissionalizante, conforme as falas analisadas. Constatou-se também que a educação profissional da época do período de implantação do CEDUPHH Timbó, inicialmente, surgiu para suprir a mão de obra do mercado.

[...] no início a gente pensou junto com Blumenau e tal que a gente iria desenvolver um trabalho com objetivo de suprir as necessidades do nosso mercado [...] (E1).

Essa mesma intenção foi revelada na fala do ex-coordenador dos Cursos Técnicos do CEDUPHH de Blumenau da época, com a seguinte descrição:

[...] muito bem, o que eu sei da história, se não me engano em 1999, vieram pro CEDUP de Blumenau, o então prefeito, a secretária municipal de educação e o chefe de gabinete da época[...], [...] gostariam de ter em Timbó uma extensão ou uma escola, algo que profissionalizasse os jovens de Timbó.[...]. Aliás, fizemos um esboço do projeto, mais ou menos com o que necessitaria para que a gente montasse[...] [...] quando eles vieram propor eles já falaram que tinham o local que era a antiga escola, Leoberto Leal. Aquela escola que ficava no centro da cidade. Já tinha esse espaço, então fizemos uma visita lá, e essa situação toda em cima desse projeto, que tinha

muitos pré-requisitos que era aquisição de materiais, instalações, confecção de bancadas e, na época, tinha tudo o que precisava. (E2).

Consoante a entrevista revelou, nota-se que, para a educação profissional continuar na cidade de Timbó, um projeto educacional foi encaminhado com objetivo de contemplar os pré-requisitos da educação profissional para além de um simples prédio ou salas de aula. Houve preocupação em oferecer os laboratórios para a prática de aprendizagem nos cursos profissionalizantes, para qualificar mão de obra dos estudantes trabalhadores da época.

[...] Quando eu soube que foi implantado em Timbó, fiquei bem contente por conta dos nossos jovens, né? Que não precisariam mais se deslocar para Blumenau.[...]. (E1).

Na época da implantação do CEDUPHH Timbó, as alterações na legislação educacional nacional trouxeram mudanças à oferta da educação profissionalizante que impactaram a realidade escolar no município de Timbó, como foi o caso do fechamento do Colégio Leoberto Leal. Uma das notas do Jornal do Médio Vale revelou sobre o fechamento do Colégio Leoberto Leal frente às mudanças na LDB da época:

*[...] o prefeito fez questão de especificar os artigos do Decreto nº 2.208/1997 que comprovam sua tese de que o ensino profissionalizante, como era o caso do Leoberto Leal, não tinha mais validade como segundo grau. Essa determinação está clara no artigo 5º [...]. Isso significa que o *currículo* oferecido no Leoberto Leal não permitia mais a expedição de diploma de formação a nível de segundo grau (ensino médio). (JORNAL DO MÉDIO VALE, 26 fev. 2000, p. 07).*

Não só a legislação e a forma de oferta mudaram naquela época, mas também o modo operante de educação profissional a ser ministrada em uma nova escola. Com isso, interpretaram-se alguns compromissos históricos que chegaram sob a luz de uma virada de século, de implantação de uma unidade de extensão na cidade de Timbó, carregados de intencionalidade política sob o argumento de alterações na legislação educacional. Notou-se que, a partir disso, foi possível iniciar uma nova história da educação profissional na cidade.

A nova LDB 9.394/1996 trouxe reordenamentos da educação profissional no país. As escolas da rede estadual de Santa Catarina que ofereciam educação profissionalizante foram reestruturadas (pelo menos burocraticamente) e substituídas então pelos CEDUPs. Da mesma forma, essas modificações se estabeleceram dentro dos CEDUPs, que tiveram que se adequar em sua prática pedagógica na educação

profissional. Esses movimentos podem ser confirmados a partir da seguinte nota de jornal:

A Escola Técnica de Blumenau (antigo CIS), é uma das mais tradicionais de Santa Catarina e vem formando profissionais em diversas áreas há vários anos. Caso firmem a parceria, a Escola Técnica pretende iniciar com cursos de administração e eletrônica. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 19 dez. 1999, p. 05).

No período de implantação do CEDUP Timbó, os cursos técnicos eram subsequentes¹³, e, embora muitos estudantes não trabalhassem à época, muitos já o faziam, geralmente em um emprego fora da área do curso em que estudavam. A maioria desses estudantes no CEDUP Timbó procurava a educação profissional para encontrar seu primeiro emprego, ou mudar de emprego se qualificando para isso, ou ainda em busca de uma reabilitação profissional. Esses estudantes trabalhadores eram egressos do ensino médio.

Ao observar o conceito de trabalho (um dos conceitos basilares na educação profissional) e sua relação com a formação humana, percebeu-se que, no período da implantação do CEDUP Timbó, a proposta de ensino estava pautada na preparação dos jovens para o mercado¹⁴ de trabalho. O PPP (Projeto Político Pedagógico) do CEDUP Timbó denota que, teoricamente, na época de implantação essa instituição escolar possuía os mesmos pilares organizacionais de uma empresa, visto que apresentavam sua missão, sua visão e seus valores (resquícios da pedagogia tecnicista). Entretanto, paradoxalmente, no mesmo PPP, consta um indício de tentativa de romper com o “dualismo estrutural” que vinha sendo praticado até então. Sendo assim, conforme seu PPP, o CEDUP Timbó carrega como missão institucional

[...] incentivar a educação profissional por meio de referenciais de excelência, visando à demanda regional e social e a do mundo do trabalho.” Sua visão: “consolidar-se como centro de excelência e estímulo ao desenvolvimento humano e tecnológico, adaptando-se sempre ao mundo social e as necessidades por ele exigidas.” Valores: conhecimento, ética, respeito, cidadania, profissionalismo e cooperação.[...]. (PPP CEDUP Timbó, 2002, p. 07).

¹³ Modalidade de ensino na Educação Profissional e tecnológica que contempla estudantes egressos do Ensino Médio.

¹⁴ Mercado de trabalho: o mercado de trabalho é um dos conceitos que está sob o guarda-chuva do mundo do trabalho, relacionado à demanda de atividade laboral por parte das organizações. Ou seja, ele se refere à interação entre mão de obra e empregadores, que oferecem vagas a serem preenchidas. O termo pode ser usado tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, nos mais diferentes setores da economia e áreas de atuação profissional.

Aqui nota-se que, no período da implantação do CEDUP Timbó, a formação de educação profissional, através dos cursos técnicos, seguia uma lógica empresarial para atender a demanda das indústrias, ainda que apresentasse, em seu PPP, a oferta de uma formação humana e tecnológica para o mundo do trabalho¹⁵.

A partir das análises, nesta seção, identificou-se que um dos principais interessados na implantação do CEDUP Timbó, além dos agentes políticos, foram os empresários que manifestaram interesse na continuidade da oferta de cursos técnicos em Timbó. Esses movimentos entre os agentes envolvidos no período de implantação do CEDUP Timbó despertaram interesses indiretos à formação de mão de obra. Pode-se, assim, presumir que a implantação do CEDUP Timbó também foi um acordo de cavalheiros entre o município e a classe empresarial. A pesquisa revelou que, na época do período de implantação, o estudante do CEDUP Timbó era um meio de fazer cumprir um papel social de acordos políticos e de mercado.

Em uma das entrevistas, é possível perceber um indício da interpretação dos fatos supracitados

[...] nós somos um município muito industrializado, não é [?], a maior parte nossa, a maior fonte da economia, a riqueza de Timbó, é a indústria. Hoje tem muito mais comércio, né? Muito mais, outras vendas, mas na época era muito mais a indústria. Então a indústria precisa de técnicos, certo? De gente que tenha curso técnico, então era muito necessário, por isso jamais poderia deixar de ter curso técnico em Timbó. [...] (E8).

Nessa entrevista, observou-se que o CEDUP Timbó foi implantado inicialmente para suprir mão de obra para as indústrias. Em contrapartida, a nova LDB nº 9.394/1996 emergia como necessidade de romper o “dualismo estrutural” instaurado historicamente no país. Ou seja, a implantação dessa instituição esteve envolvida em interesses locais que, pelo menos em tese, estavam alheios aos conceitos exarados pela legislação da época, pois atendiam uma perspectiva de formação de mão de obra qualificada para a necessidade das indústrias locais. Em contrapartida, ao atender os preceitos da legislação, havia uma tentativa de aproximação com um conceito de educação profissional comprometido com uma formação mais humanizadora. A partir

¹⁵ Conjunto de relações que nasceu a partir da atividade humana de trabalho, ocupando um lugar importante na sociedade, pois reúne a maior parte da atividade humana, abrange conceitos relacionados ao trabalho, como as relações laborais, o ambiente de trabalho, vínculo empregatício, cultura organizacional, salário, as organizações dos trabalhadores, legislação trabalhista etc. (SILVA; BRASILEIRO, 2023, p. 09).

desse paradoxo, é possível inferir que, nos anos iniciais desta nova proposta de educação profissional, outras instituições tenham passado pelas mesmas angústias e pelos mesmos paradoxos, entretanto não cabe abordar essa questão pelos limites desta pesquisa. Na implantação do CEDUP Timbó, a educação profissional era voltada para o mercado de trabalho, a fim de profissionalizar os jovens da cidade e da região.

5.2 CEDUP TIMBÓ: POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS LOCAIS (C2)

O CEDUP Timbó é uma escola da rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, que oferece Educação Profissional de nível médio, nas modalidades subsequente e concomitante. No período de sua implantação, essa escola oferecia apenas a modalidade subsequente e concomitante. Atualmente há oferta do Ensino Médio Integrado ao Profissional¹⁶.

O objetivo desta categoria é analisar a história da implantação e a legislação pertinente à criação do CEDUP Timbó além de possíveis interferências locais como contribuição de uma cultura escolar. Conceitua-se essa categoria para evidenciar sua existência enquanto instituição escolar. Observou-se a menção a essa categoria nos recortes de jornais, nas entrevistas e nos documentos. Além de identidade institucional, o prédio escolar faz menção ao nome CEDUP Timbó. Para isso, utilizou-se a análise a partir dos conceitos de “porosidade” e “permeabilidade” de Plácido, Benkendorf e Todorov (2021).

Antes de seguir com as análises, é necessário explicar os conceitos interpretativos das categorias escolhidas, sendo assim:

No caso das ilustrações aplicadas como categorias de pesquisa em cultura escolar, com porosidade estamos nos referindo aos espaços da instituição escolar, seja no sentido físico ou social, enquanto por permeabilidade nos referimos ao diálogo e trânsito de ideias que perpassam a escola. De maneira inicial é possível considerar que a escola é um espaço de porosidade, enquanto os conteúdos e a prática pedagógica uma forma de permeabilidade. (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021, p. 192).

Para que a implantação do CEDUP Timbó ocorresse na prática, foi necessário envolvimento de pessoas, no caso autoridades políticas e agentes do CEDUPHH Blumenau. Ou seja, participaram desse feito desde o prefeito da época ou do governador, através do Decreto de criação do CEDUP Timbó, professores e pessoas

¹⁶ A partir de 2022, o CEDUP Timbó iniciou a oferta do Novo Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante, no período matutino.

relacionadas às empresas. Nesse movimento, podemos relacionar a categoria CEDUP Timbó tanto com “porosidade” quanto com “permeabilidade”. Enquanto os agentes se mobilizaram social e politicamente para concretizar a implantação do CEDUP Timbó, as ideias e as práticas se limitavam às condutas oficiais.

Durante a pesquisa foi encontrado o Decreto de criação do CEDUP Timbó, um recorte do Diário Oficial o qual descreve que:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA [...] DECRETA;
Art.1º: Ficam criados os Centros de Educação Profissional de Mafra e Timbó.
(SANTA CATARINA, 2004, p. 02).

Além do Decreto de criação, a cópia impressa de parte do PPP do CEDUP Hermann Hering Unidade de Timbó-SC foi encontrada no acervo escolar e descreve o histórico do processo de implantação dessa unidade:

No início do ano 2000, foi criado a primeira extensão do CEDUP-Centro de Educação Profissional Hermann Hering na cidade de Timbó-convênio com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto/ CEDUP e Prefeitura Municipal, tendo como objetivo ampliar as ofertas e oportunidades de profissionalização e permanente atualização profissional no nível Técnico, oferecendo um ensino de excelência comprometido com o desenvolvimento do ser humano e da sociedade. (PPP CEDUPHH Timbó, 2000, p. 02).

No documento timbrado, em nota de rodapé, consta o endereço em que essa unidade de extensão funcionava, sito à Avenida 7 de setembro, 314, Centro-Timbó-SC Fone:(47) 3382-0235, com homepage: <<http://www.ceduphh.com.br>>.

Antes da implantação da unidade de extensão do CEDUPHH em Timbó, algumas tensões surgiram no âmbito da sociedade timboense, em busca de esclarecimentos sobre o porquê do fechamento do Colégio Leoberto Leal. Essas tensões podem ser caracterizadas com uma análise de cultura escolar por meio de “permeabilidade”, conflitos de ideias e ideais que se manifestaram por meio de posicionamento contrário ao fechamento do então Colégio Leoberto Leal. Aqui se percebe uma cultura escolar conservadora, na tentativa de manter o que se tem, sem observar a motivação pelo fim. Ou seja, as tensões instaladas nesse interstício de substituição de escola, na busca de manter viva a cultura de educação profissional na cidade, podem ser vistas como traços de uma determinada cultura escolar no período de implantação do CEDUP Timbó. E essa percepção de análise não finda aqui, é possível seguir sua compreensão a partir das entrevistas.

Os entrevistados usaram CEDUP Timbó e CEDUP Blumenau para distinguir a qual instituição escolar se referiam suas falas. Isso significa que, possivelmente, já

estava instituída uma certa identidade de independência. A não utilização da sigla CEDUPHH Timbó reitera a necessidade de autonomia e demarcação de um território próprio além do desenvolvimento de sua própria cultura escolar. Revela, ainda mais, que, desde o início, a intenção seria ter um CEDUP próprio da cidade de Timbó

[...] Desde o começo, os passos que foram dados foi justamente em função de ter um CEDUP em Timbó, mas o caminho para conseguir foi pela extensão. A descentralização, eu acho que isso foi um passo extremamente importante.[...] (E 3).

Na mesma entrevista, é possível perceber interesses e cobranças do segmento empresarial na implantação do CEDUP Timbó, além de questões políticas envolvendo o processo de implantação

[...] com a questão do Leoberto Leal, buscou alternativa justamente de preparar a mão de obra, que é uma cobrança do segmento empresarial. No que se comentava muito no segmento empresarial, da associação comercial, industrial e também do sindicato patronal, onde fomos buscar alternativas, primeiro parecia difícil, do ponto de vista político. Nós, por exemplo de um partido e, na época, o governo de outro[...]. (E3).

Percebe-se que a implantação do CEDUP Timbó na época teve influências políticas e empresariais, fortalecendo o entendimento quanto à cultura escolar que ronda a educação profissional do município no período da implantação.

A pesquisa revelou ainda que, se por um lado alguns membros da sociedade questionavam o processo da implantação do CEDUP Timbó, por outro, havia um grupo de pessoas engajadas na continuidade de uma cultura escolar tradicionalista e conservadora na cidade. Durante a pesquisa, notou-se que nem só de tensões viveu o enredo da implantação do CEDUP Timbó. As aproximações iniciais nas relações profissionais entre os agentes envolvidos na implantação do CEDUP Timbó demonstraram haver, nos movimentos, um propósito comum, ou seja, a oferta de ensino técnico para os jovens da cidade.

[...] Mas, eu quero registrar essa questão do professor E2 que foi o ponto-chave dessa história, ele teve um comportamento extremamente profissional e preocupado de fato com a educação, não é, não com a questão política. Então, houve alguns entraves no início, lá na parte estadual, mas que sempre foi contornado aqui pelo professor E2 e outras pessoas que também participavam. Foi um tratamento bem cordial. (E3).

Nas entrevistas, foi possível perceber uma história da implantação do CEDUP

Timbó, em que foram constatados interesses comuns entre as pessoas envolvidas no processo de implantação dessa instituição escolar. Nos anos de implantação do CEDUP Timbó, de 2000 a 2004, as influências sociais recebidas a partir dos movimentos populares da época em prol da continuidade de oferta de educação profissional na cidade caracterizam uma cultura escolar. Foram delimitadas, como cultura escolar, as interferências externas à instituição escolar, por exemplo, as pressões do ramo empresarial na oferta de cursos técnicos para qualificar seus trabalhadores.

Percebe-se, assim, que as interferências sociais influenciaram o processo de implantação do CEDUP Timbó na cidade. Essas interferências podem ser caracterizadas como “porosidade” e “permeabilidade”. Se, por um lado, houve cobranças do segmento empresarial para a continuidade da oferta da educação profissional na cidade, por outro, um grupo de pessoas, entre elas políticos, educadores e pessoas da cidade, reuniram-se para cumprir essa oferta pensando na formação profissional dos jovens do município e da região. Quanto às características que permeiam esse diálogo entre a história e a cultura escolar na implantação do CEDUP Timbó, sugere-se que os conceitos de “porosidade” e “permeabilidade” podem ser vistos por um caleidoscópio¹⁷ no qual se manifestam diferentes reflexões. Nesse sentido, a cultura escolar no CEDUP Timbó dialoga com um relato histórico, na continuidade de uma cultura já existente na cidade antes da implantação do CEDUP Timbó, mas que precisava ser modificada. A saber, seu período inicial em que nem prédio próprio tinha (porosidade) e, portanto, iniciou suas atividades pedagógicas (permeabilidade) em um local cedido. Como dito inicialmente, de modo ilustrativo, utilizaram-se “permeabilidade” e “porosidade” para analisar o diálogo entre a história e a cultura escolar no período de implantação do CEDUP Timbó.

5.2.1 CEDUPHH Timbó e a itinerância conflituosa na cidade (C2)

No período de implantação do CEDUPHH Timbó houve tensões e conflitos de relacionamento com uma das escolas vizinhas na cidade. Em 2003, o prédio onde o

¹⁷ Instrumento óptico, usualmente construído com dois ou mais espelhos planos (ou superfícies refletoras) formando um polígono. Em uma das extremidades, são colocados pequenos materiais, podendo ser translúcidos ou não e na extremidade oposta um pequeno obturador por onde é possível observar as imagens formadas pelas diversas reflexões. (OMELCZUK; SOGA; MURAMATSU, 2017, p.e36024)

CEDUPHH Timbó funcionava precisava passar por reformas, com isso, temporariamente, teria que ser transferido para outro prédio para continuar com as atividades pedagógicas, isto é, a oferta dos cursos técnicos. Conforme jornal da época, houve um equívoco de interpretação nas informações recebidas pela comunidade escolar que receberia o CEDUPHH Timbó provisoriamente. Segundo o jornal do Médio Vale, alunos do Colégio Rui Barbosa protestaram contra a ocupação de salas pelo CEDUPH Timbó.

[...] O protesto conforme a aluna da 5ª fase, CB, é porque o CEDUPH quer fazer uma extensão no Rui Barbosa e, em contrapartida, o Rui Barbosa terá que fazer uma extensão em outro estabelecimento de ensino para atender a demanda. *“Eles querem 14 salas de aula. Só há seis vagas que poderiam ocupar,”* frisa. [...].(JORNAL DO MÉDIO VALE. Alunos do Rui protestam contra ocupação de salas pelo Ceduph, 30 ago. 2003, p. 03).

Aqui, observou-se que os estudantes de uma escola também estadual no município manifestaram-se contrários à ocupação do CEDUPHH Timbó, enquanto o prédio em que funcionava estava sendo reformado. O mesmo jornal da época informa que as manifestações foram marcadas por cartazes e palavras de ordem em um protesto dos alunos do Colégio Ruy Barbosa.

[...] sobre o protesto dos alunos, o diretor acredita que foram incitados por más informações. O Diretor do colégio Rui Barbosa da época, informou em nota de jornal que “Temos salas de aula fechadas há três anos e a negociação com o CEDUPH é de que ocupar estas salas. A confusão acabou acontecendo porque pessoas sem entendimento da questão acabam falando coisas que não iriam acontecer”, salienta A. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 30 ago. 2003, p. 03).

Nas entrevistas, constataram-se dificuldades enfrentadas pela gestão do CEDUPHH Timbó durante a reforma do prédio onde funcionava, comprovada em uma fala de um entrevistado:

[...] *na época tivemos tantos problemas relacionados, por exemplo, com relação ao prédio, não sei o que e tal, vamos pro Ruy Barbosa? Não vamos? Vamos pra cá, vamos pra lá? Isso acabou atrapalhando um pouco até o bom relacionamento com algumas escolas ali. (E1).*

A partir desse relato, notaram-se alguns conflitos, negociações e resistências enfrentados no período de implantação do CEDUPHH Timbó para garantir sua identidade a partir do prédio escolar.

Ainda, segundo o jornal da época, a ocupação das salas de aula no Colégio Ruy Barbosa não aconteceu, e a reforma no prédio onde o CEDUPHH Timbó funcionava ocorreu paralelamente às atividades dos cursos com os alunos (JORNAL

DO MÉDIO VALE, 2000, p. 03).

A situação do prédio escolar era um problema recorrente enfrentado pela gestão do município e do próprio CEDUPHH Timbó na época da implantação. Conforme matéria no jornal local da época, no ano anterior, o município aguardava uma nova instalação da Fundação de Ensino Profissionalizante e a liberação de recursos.

Em 2002, o projeto de construção de uma nova sede foi aprovado pelo Ministério da Educação, por meio do Ministro em exercício, Paulo Renato de Souza.[...]. Este prédio receberia outras instituições de ensino profissionalizante, uma delas seria o CEDUP. Porém, em março de 2003, o convênio do Ministério da Educação foi cancelado alegando falta de recursos, o que inviabilizou a continuação da obra. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 16 set. 2002, p. 10).

No ano de 2004, a partir do Decreto de Criação do CEDUP Timbó, uma nota de jornal informa que CEDUP é municipalizado e amplia espaço físico para atender a demanda (JORNAL DO MÉDIO VALE, 14 fev. 2004, p. 13).

Além da reforma no prédio escolar no ano anterior, a partir da independência da unidade de extensão do CEDUPHH Blumenau, no prédio do CEDUP Timbó foi necessário não só reformar, mas ampliar seu espaço físico. A ampliação anexa ao prédio atual teve mais três salas de aula e um laboratório. Uma delas foi destinada ao curso de técnico em segurança do trabalho, com uma turma.

[...] Existente desde 2000, substituindo o antigo Colégio Comercial Leoberto Leal, o CEDUP, como uma extensão de Blumenau, iniciou com apenas 40 alunos. Em menos de três anos eram mais de 300 estudantes. Com a autonomia, o município passa a ser o gestor da instituição. Com recursos do município, a edificação está sendo ampliada em 277 metros quadrados, bem como recebendo melhorias nos laboratórios e salas de aulas.[...] (JORNAL DO MÉDIO VALE. Governo do Estado decreta a autonomia do CEDUP em Timbó, 30 jan. 2004, p. 07).

Conforme a matéria veiculada no jornal, a comunidade local aderiu à implantação do CEDUPHH Timbó, tornando-o uma escola frequentada por estudantes da cidade e da região com intuito de qualificação profissional através dos cursos técnicos ofertados. “Consta ainda que, em menos de 3 anos, essa instituição escolar ampliou não só o prédio, mas a oferta dos tipos de cursos técnicos, na intenção de atender a demanda na procura pelos cursos” (JORNAL DO MÉDIO VALE, 8 nov. 2003, p. 09).

Em nota de jornal do ano anterior, já se divulgava que a procura superou a expectativa do CEDUP. “[...] Mesmo sem divulgação na mídia, o coordenador geral

do CEDUP Timbó, A.C.C., afirma que mais de 200 pessoas já solicitaram informações nos últimos tempos [...]” (JORNAL DO MÉDIO VALE, 8 nov. 2003, p. 09).

Diante do crescimento na procura dos cursos técnicos no CEDUPHH Timbó, observou-se que os conflitos enfrentados no período da implantação do CEDUPHH Timbó referiam-se à concorrência entre escolas. E que, a partir da reforma do primeiro prédio, o CEDUPHH Timbó já buscava por uma identidade própria, necessitando de um espaço físico que possibilitasse melhores condições para oferta dos cursos profissionalizantes na cidade. Com o crescimento da procura pelos cursos e a oferta de novos cursos técnicos, o prédio precisou ser ampliado e equipado. Aparentemente esse movimento gerou insatisfação em alunos de uma escola vizinha que deveria sediar provisoriamente o CEDUPHH Timbó, dividindo assim seu espaço físico. Independente disso, o CEDUPHH Timbó permaneceu no prédio durante a reforma e a ampliação, demonstrando crescimento na oferta de vagas para educação profissional com novos cursos técnicos.

Conforme a fonte de pesquisa apresentou, “[...] outra novidade será o Curso Técnico em Segurança do Trabalho. Também será disponibilizado 40 vagas e não requer qualquer tipo de triagem. O mesmo vale para os demais cursos da instituição [...]” (JORNAL DO MÉDIO VALE, 8 nov. 2003, p. 09).

Nem só de conflitos e dificuldades viveu esse prédio do CEDUPHH Timbó no período de sua implantação. A partir das entrevistas, é possível perceber que os estudantes estavam acostumados com a estrutura antiga, inclusive impressões e observações irônicas foram extraídas de uma das falas de um egresso

Chovia por tudo no CEDUP, chovia mais dentro do que fora. Mas aí a gente colocava baldes pelos corredores e em algumas salas. Como o assoalho era de madeira, conforme a gente andava o piso rangia. Também tinha outro tipo de chuva, as bolas de futebol do campo união no telhado da escola. (E7).

Ainda que, na entrevista, o relato tenha tons de humor, é preciso pontuar que a falta de prédio próprio revela não apenas o descaso público com o CEDUP Timbó, mas o descaso com a própria escola que estava cedendo espaço para o CEDUP Timbó. Ou seja, a tática de precarização era utilizada na época para gerar algum contentamento com a construção de um prédio novo. A qualidade de ensino depende, sim, de recursos financeiros para que o aporte pedagógico, humano e operacional de uma escola consiga entregar uma educação de qualidade ao estudante. As fontes revelaram que, na época da implantação do CEDUPHH Timbó, embora houvesse

esforços coletivos para oferecer um curso técnico de qualidade, a estrutura predial era precária.

A Figura 36, abaixo, mostra a foto inicial do PE no memorial, na qual se vê a imagem deste primeiro prédio que dividia uma parede com o Campo União da cidade, anos 2000.

Figura 36 - Primeiro Prédio do CEDUP Timbó e Campo União¹⁸



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Intencionalmente, deixou-se aquele campo de futebol verde ao lado do prédio antigo, pois ele caracteriza a identidade afetiva remetida ao prédio do CEDUP Timbó. Com objetivos de evidenciar o começo de tudo em um endereço cedido, foi mantido um prédio antigo que cumpriu seu propósito existencial, ou seja, a formação e o desenvolvimento humano através dos cursos técnicos profissionalizantes no CEDUP Timbó.

Em meio à itinerância conflituosa, dificuldades estruturais e falta de recursos financeiros, a pesquisa revelou que o CEDUP Timbó desenvolveu suas atividades pedagógicas naquele primeiro prédio por oito anos. Como já abordado nessa pesquisa, esse primeiro prédio foi demolido em 2009 após um projeto municipal urbano que transformou o local em um Parque Central. Curiosamente, o CEDUP Timbó foi transferido para o mesmo prédio da escola cujos estudantes protestaram contra a ocupação provisória pela reforma do prédio do CEDUP Timbó, nos anos 2000.

¹⁸ Sociedade Desportiva e Recreativa União, ou União Timbó, é um clube de Futebol brasileiro sediado na cidade de Timbó – Santa Catarina, fundado em 1942.

Em relação à fonte de recursos financeiros, atualmente, a prática não é exclusivamente dependente do engajamento dos estudantes. De certa forma, há uma parceria de uma Associação de Pais e Professores do CEDUP Timbó para complementar o aporte financeiro que os governos do Estado e Federal aplicam na educação básica e profissional. A partir do ano de 2022, houve mudanças na oferta de ensino no CEDUP Timbó. No período de implantação, o CEDUP Timbó ofertava exclusivamente cursos técnicos subsequentes. Atualmente há oferta do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante. Logo, a fonte de recursos também mudou, obrigando, necessariamente, a um olhar do Estado para manutenção e oferta da educação básica e profissional no CEDUP Timbó. A partir do lançamento do PE, percebeu-se que uma das empresas do período da implantação do CEDUP Timbó manteve o vínculo desde então, seja por interesse de apoio, seja na doação de material para os laboratórios do curso de eletrônica ou na contratação dos profissionais formados pelo CEDUP Timbó.

5.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (C3)

A cultura escolar foi analisada no recorte temporal da implantação do CEDUP TIMBÓ, entre os anos de 2000 e 2004. Os dados coletados permitiram reconhecer uma cultura escolar estabelecida a partir de uma história já existente. Nesta pesquisa, as práticas pedagógicas referem-se às ações desenvolvidas pelos estudantes e professores não necessariamente numa sala de aula regular. Como antônimo à teoria, consideram-se práticas pedagógicas, quando se sai do abstrato para o concreto.

Sem desconsiderar o palpável e o visível, mas também levando em conta o que não está escrito, descrito ou dito, foram percebidos traços de cultura escolar através das práticas pedagógicas descritas em documentos da escola. As fotografias de colação de grau da época e os convites de formatura mostram uma cultura escolar tradicional e continuadora. Assim, foram delimitadas as fontes encontradas no período de implantação do CEDUP Timbó, e utilizou-se a Análise Textual Discursiva para interpretar as práticas pedagógicas, alinhando-as como uma possível cultura escolar do período de implantação do CEDUP Timbó. As fotografias de turmas formandas, os recortes de jornais da época sobre uma exposição de turismo e outra sobre um trabalho em equipe na criação de uma empresa, os convites e os ofícios de formatura e documentos do período e implantação do CEDUP Timbó foram documentos que também serviram de base para a estrutura do PE.

Como reitera Julia (2001), sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos

arquivos escolares, sendo assim, com os documentos encontrados durante a pesquisa, contou-se uma história do período de implantação do CEDUP Timbó.

Além dessas fontes, em setembro de 2023, um radialista da cidade entrou em contato com o CEDUP Timbó, através das redes sociais da escola, dizendo que teria encontrado documentos espalhados, “voando em meio aos carros”, próximo ao hospital da cidade. Preocupado em localizar o dono desses documentos, o radialista recolheu os papéis e reconheceu o nome do CEDUP Timbó. Os papéis encontrados chegaram até a pesquisadora que os analisou e percebeu se tratar de exercícios de matemática financeira, entre outras atividades pedagógicas de algumas disciplinas do curso técnico em administração, datados a lápis em 12/09/2002. Entre os documentos, havia um memorando interno do CEDUPHH Timbó, comunicando o período de matrículas no segundo semestre letivo do ano de 2002. A dona desses documentos, egressa do curso técnico em administração do CEDUPHH Timbó, foi localizada. Surpresa com o fato, pois, segundo ela, teria descartado esses papéis na coleta de lixo de sua rua que fica a pouco mais de 8 km de onde o material foi encontrado. Ela autorizou o seu uso para fins desta pesquisa, e a cópia digitalizada desses documentos pode ser encontrada e vista no PE <www.viewceduptimbo.com.br>, no retrato nº 15.

Isso significa que, enquanto pesquisador, pode-se encontrar respostas sobre cultura escolar nas práticas pedagógicas por meio de documentos que chegam de diversos tipos de fontes. Muitas vezes a resposta de uma pergunta pode vir ao encontro de quem pesquisa se estiver engajado no caminho e no objeto de pesquisa. Como afirmou Julia (2001, p. 17), “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira [...]”.

Os materiais que “chegaram voando em meio à cidade” apontaram que, na época do período de implantação, na matriz curricular do curso Técnico em Gestão com Habilitação em Administração de Empresas, na disciplina de Informática II, um dos exercícios era construir uma planilha que calcula a média de cada matéria e ao final mostrar a mensagem “aprovado” ou “reprovado”, obedecendo alguns critérios estabelecidos no exercício. Esta análise revelou que, no ano de implantação do CEDUP Timbó, 2000, quando a era digital estaria nascendo, essa foi uma atividade pedagógica inovadora.

Tal atividade também demonstrou que, além de técnico, o curso carregava uma nomenclatura específica para atender a demanda administrativa empresarial. Além

disso, os cursos demonstraram, em suas práticas, movimentos tecnológicos e inovadores, pelo menos para a época do recorte temporal em que se desenvolveu essa pesquisa. Em contrapartida, as notas de jornais no período de 2004, ano em que o CEDUP Timbó se tornou independente do CEDUP de Blumenau, mostraram que a prática pedagógica era direcionada à autonomia do estudante através da prática e da pesquisa. Em nota referente a uma exposição de turismo, tem-se:

[...] No trabalho desenvolvido durante o semestre, foram visitados os pontos turísticos da cidade, entrevistas com os moradores, troca de informações, análise dos problemas e das melhorias necessárias do setor na cidade dos Lagos [...]. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 30 ago. 2003, p. 03).

As fontes de jornais publicadas no anos de 2002 a 2004 apresentaram exposições e mostras de trabalho desenvolvidas pelos estudantes. Percebeu-se, por meio destes trabalhos, que a prática pedagógica naquele período tinha como objetivo socializar a aprendizagem do semestre letivo com a comunidade escolar. Notou-se que os trabalhos eram desenvolvidos em equipes.

5.3.1 Práticas Pedagógicas: Professores e Estudantes (C3)

A partir das entrevistas, foi possível constatar que, no início da implantação do CEDUP Timbó, os professores eram convidados a lecionar pelo então coordenador da unidade de extensão, sem passar por um processo seletivo público. Após o convite por indicação, o contrato docente era efetivado pela SED através da CRE de Blumenau.

[...] *Eu conheci a história do CEDUP, lá nos anos 2000, porque eu tinha um amigo que era professor e na época ele foi escalado para trabalhar no CEDUP. Aí o Sr. AC me procurou e ele pediu se eu não tinha interesse em trabalhar no CEDUP. Bom, eu fiquei bem lisonjeado, tá? (E5).*

Essa fala revela que, na época, a contratação docente era feita por indicação do então coordenador do CEDUPHH Timbó. Os critérios pedagógicos se estabeleciam a partir da formação profissional do indicado, formado em bacharel específico e da mesma área técnica de um dos cursos ofertados. Para contratação docente, os critérios de seleção obedeciam à formação profissional que reiterava uma necessidade técnica empresarial estabelecida na formação do curso técnico onde o professor ministrava as aulas.

[...] A gente teve sempre um corpo docente muito bem cuidado, muito bem elaborado. E isso fez com que a gente conseguisse também desenvolver um bom trabalho, porque aquilo que a gente falava lá na empresa tinha que acontecer dentro da escola, não é? E aquilo que acontecia na escola a gente tinha que é informar lá na empresa, dizendo que nossos professores são qualificados nas opções. (E1).

A fala desse entrevistado apresenta um alinhamento mercadológico das práticas educativas. Esse movimento de indicação na contratação do corpo docente revelou que a seleção de professores era feita por indicação, sem características de processo seletivo público. O controle na contratação dos professores legitimava a busca por uma qualidade docente para direcionar o conteúdo programático estabelecido nos cursos técnicos, consoante ao mercado de trabalho.

Na época do período de implantação do CEDUP Timbó, o entrevistado (E1) era coordenador da instituição e não tinha vínculo efetivo, nem contrato firmado, além disso ele não tinha formação profissional docente, mas foi indicado pelo Coordenador dos cursos técnicos do CEDUPHH Blumenau. Essa indicação ao cargo de Coordenador do CEDUPHH Timbó foi validada pelo prefeito de Timbó da época, para iniciar o projeto da implantação do CEDUPHH Timbó. O então coordenador do CEDUPHH Timbó era servidor do SINE, Sistema Nacional de Emprego e foi indicado ao cargo como um mediador entre os estudantes em busca de qualificação para o trabalho e o setor empresarial nos encaminhamentos de estágio. Ou seja, um cargo político de confiança a fim de cumprir os preceitos pré-estabelecidos a favorecer os acordos de cavalheiros instituídos na cidade. Além da falta de vínculo efetivo, este tipo de contratação evidencia um modelo de gestão patriarcal da época, bem como uma compreensão da formação profissional apenas para atender demandas do mercado de trabalho.

Através das entrevistas, é possível afirmar que o CEDUP Timbó teve um Diretor Escolar no ano de 2004, ano do Decreto de criação do CEDUP Timbó. Porém, por problemas de saúde, esse diretor permaneceu no cargo por apenas um ano. Sendo assim, o CEDUP Timbó continuou sob a Coordenação do servidor do SINE, indicado politicamente, até o ano de 2008. A partir dos documentos no acervo escolar, foi possível encontrar a pasta funcional do primeiro Diretor do CEDUP Timbó e confirmar o que se soube através das entrevistas. Também, em fonte de jornal da época, consta uma entrevista do primeiro Diretor do CEDUP Timbó ao jornal da cidade apresentando

os cursos aprovados para o ano de 2004:

Foram aprovados para execução, os cursos de administração, informática e eletrônica, com previsão de início para o próximo 27 de setembro, o que vai depender apenas da publicação em Diário Oficial do outro documento que autoriza o início das atividades, contando com cerca de 130 alunos inscritos desde o início do ano. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 18 set. 2004, p. 10).

Em resposta, o então Diretor S.L.L. informou ao jornal o seguinte:

Lamentamos que além destes, os cursos de técnico em enfermagem e técnico em segurança do trabalho não tenham sido autorizados, mas vamos continuar nos empenhando para aprovação dos mesmos no próximo ano, afirma o Diretor do CEDUP, S.L.L. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 18 set. 2004, p. 10).

O primeiro Diretor do CEDUP Timbó não foi localizado para fins desta pesquisa. As fontes do acervo escolar revelam que uma nova Diretora foi indicada politicamente no final do ano 2008, seis meses antes da primeira mudança de endereço do CEDUP. Essas informações denotam que, no início da implantação do CEDUP Timbó, a gestão escolar era determinada por meio de indicação política.

Quanto ao público dos estudantes, a pesquisa apontou que, na época, eram adultos, já trabalhavam e estavam há muito tempo sem estudar. Confirmou-se essa interpretação a partir da fala de um dos entrevistados:

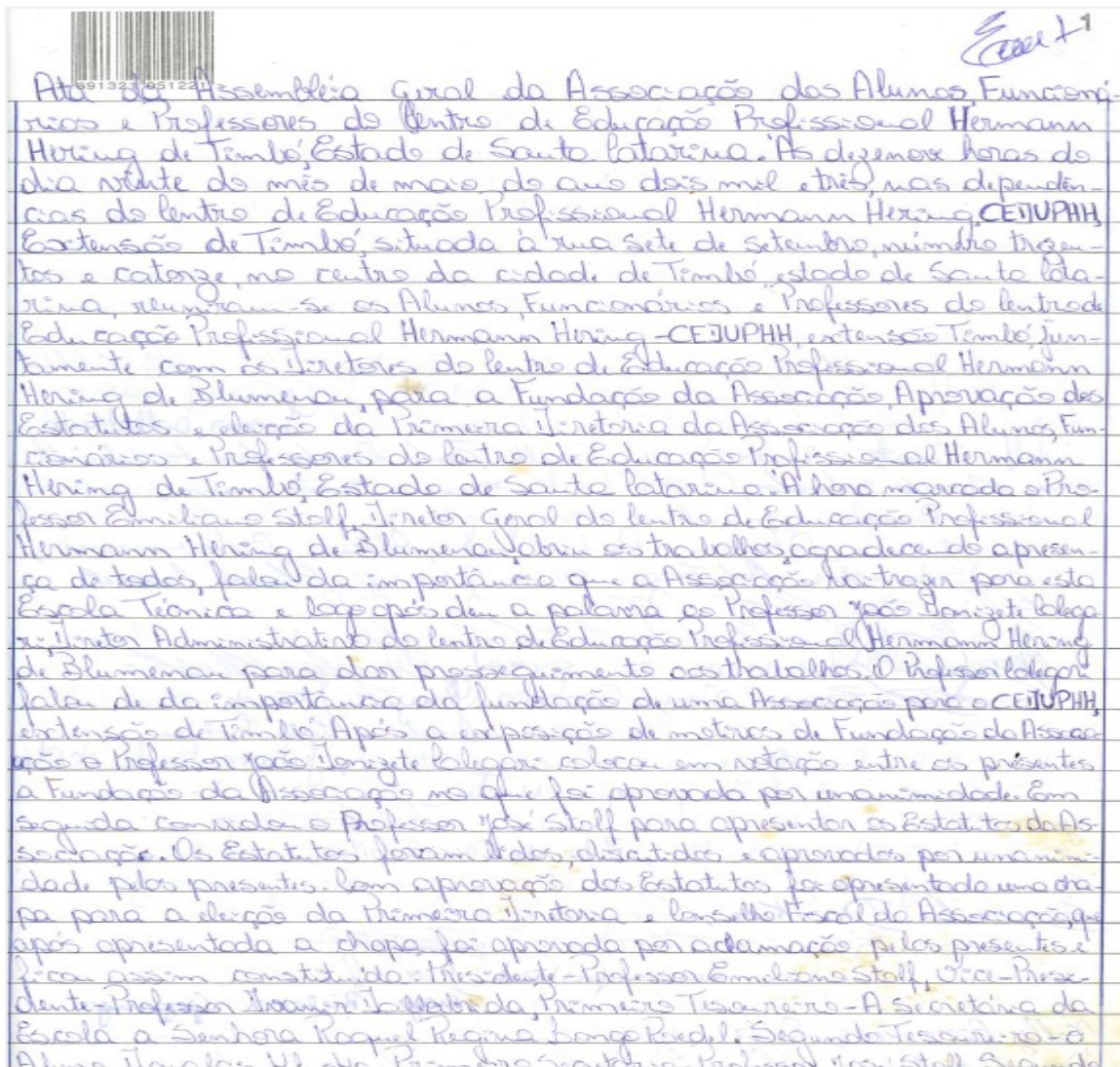
Então, uma característica também grande dessas primeiras turmas, pegou uma leva de muitas pessoas que estavam paradas e que resolveram fazer um técnico. O técnico em administração, ele foi uma novidade e tinha muito, muitos microempreendedores, ou pequenos empreendedores que se interessavam pelo curso, como depois veio a eletrônica, que também era bem diferente. (E4).

Ao entrevistar um egresso, foi possível perceber que, naquele momento, as pessoas estavam em busca de qualificação profissional para o trabalho em Timbó, por ser a cidade mais próxima que ofertava cursos técnicos:

A minha necessidade de vir para o CEDUP foi aperfeiçoamento realmente para começar a carreira profissional. Eu ingressei no ano de 2002. Me formei em 2003. Eu era da extensão, meu diploma também ainda é pela extensão. Como eu morava na cidade de Ascurra, eu tinha a possibilidade de me deslocar para Blumenau, ou o mais próximo era Timbó. Foi uma das escolhas que acabei vindo para Timbó. Dentre outras escolhas, também era a dificuldade financeira na época, porque tinha outras instituições de ensino, porém o valor era muito maior do que o valor que era contribuição que a gente tinha no CEDUP na época. (E6).

Nas análises de documentos, encontrou-se uma Ata datada de 20/05/2003, que exhibe a fundação da associação dos alunos, funcionários e professores do CEDUPHH Timbó com objetivo de se organizarem para discussões e pleitos em prol de melhorias na unidade de extensão em Timbó, como observado na Figura 37:

Figura 37 - Ata da Assembleia Geral CEDUPHH Timbó, ano 2003



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Uma das notícias do jornal da época menciona que:

[...] Embora sendo pública, possui um sistema de administração financeira cooperativado, razão pela qual, consegue ser hoje uma das melhores, senão a melhor Escola de Educação Profissional do Estado. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 8 mar. 2000, p. 12).

Sendo uma escola mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, onde o poder público deveria investir recursos financeiros para que estudantes e

professores pudessem ter qualidade no ensino e nas práticas pedagógicas, foram os estudantes e os professores que uniram forças em busca de recursos financeiros mediante uma cooperativa que recebia contribuições mensais dos estudantes. Essa análise mostrou que a comunidade escolar do CEDUP Timbó esteve engajada no ensino técnico profissional e, mediante movimentos estabelecidos na cooperativa dos alunos, teve como objetivo comum a melhoria dos equipamentos para os laboratórios dos cursos técnicos. Pode-se observar que essa mobilização social estava interligada à prática pedagógica do CEDUP Timbó, conforme se observou em uma das entrevistas:

[...] Ele tinha a força da cooperativa dos alunos, até porque o governo do Estado investia muito pouco e a prefeitura tinha uma grande parceria de apoio a nível de recursos financeiros para manter o CEDUP funcionando. A gente pode pensar que esse curso veio para favorecer as pessoas com menos poder aquisitivo [...] (E4).

Percebeu-se que, na época, ocorreu uma prática pedagógica cooperativista, para angariar recursos financeiros e subsidiar o ensino técnico no CEDUP Timbó com as contribuições dos estudantes. O entrevistado (E4) indicou que o CEDUP Timbó era mantido por meio de parcerias dos estudantes e do poder público municipal, tanto para funcionar estruturalmente como para atender a demanda pedagógica. Notou-se que essa fala carrega uma ideologia com sombras do “dualismo estrutural” histórico da EPT, diferentemente da necessidade apresentada pela LDB instituída na época.

As ações acerca da cooperativa trouxeram uma análise de resistência dos estudantes do CEDUP Timbó com objetivo de manter vivas as práticas pedagógicas de melhorias prediais e organizacionais. Além de resistência, observa-se um sentimento de pertencimento, responsabilidade e apropriação do espaço físico (predial), como direito de uso e de seu cuidado como dever. Conforme Wosniak (2023, p. 25), “o protagonismo juvenil¹⁹ não se refere apenas à atuação do estudante na escola, mas também à sua intervenção na sociedade como cidadão de direitos e deveres”. Relativo a essa análise, apresenta-se um trecho descrito do histórico da Cooperhermann, que comprova a intencionalidade dos investimentos na estrutura dos laboratórios dos cursos técnicos para manter qualidade na prática pedagógica:

[...] A iniciativa de fundar uma cooperativa originou-se da necessidade de melhorar a qualidade de ensino e atualizar os equipamentos dos laboratórios

¹⁹ WOSNIAK, Vanderlei (2023). Protagonismo Discente no CEDUP Hermann Hering-Blumenau/SC: O papel do Grêmio Estudantil na Escola.

e quadro docente. Todos lembram como foi difícil para a educação brasileira na década de 80.[...] (HISTÓRICO DA COOPERHERMANN, 2000, p. 08).

Conforme Anexo B, o prédio onde o CEDUP foi implantado era da Prefeitura de Timbó e sua manutenção ocorria mediante um termo de cessão de uso celebrado entre o município e a Gerência Regional de Educação através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Esses movimentos caracterizam-se como reflexos de uma cultura escolar e, conseqüentemente, de pedagogia conservadora e tradicionalista, definida no período de implantação do CEDUP Timbó diante de uma real necessidade vinculada à prática pedagógica.

Os documentos revelaram que, no período de implantação do CEDUP Timbó, os agentes envolvidos mobilizaram esforços em resolver uma necessidade pedagógica e expuseram, mais ainda, a ausência do Estado e dos empresários da cidade. Esses últimos, que foram um dos interessados na implantação do CEDUP Timbó, se beneficiavam com a existência da escola, mas fizeram “ouvidos de mercador” às necessidades pedagógicas da instituição.

Restou a escola por si só: a união de esforços e a motivação dos estudantes e professores mediante uma cooperativa. Em busca de melhorias para os equipamentos nos laboratórios, compreendeu-se a valorização que os estudantes empenharam na educação profissional no CEDUP Timbó naquela época. Por outro lado, observou-se que esse movimento por parte dos estudantes demonstrou um desgoverno de incentivo financeiro e aplicação de recursos estruturais no CEDUP Timbó da época. Comprovou-se, a partir da análise com outro recorte do PPP do CEDUPHH Timbó (2000), que:

[...] O governo brasileiro apregoava educação gratuita até o segundo grau, no entanto, esquecia-se que alguém deveria pagar os custos de manutenção das escolas e a remuneração de professores e funcionários. Diante de um repasse de verbas insuficientes, um corpo docente formado por profissionais frustrados e uma folha de pagamento com salários risíveis, o sistema educacional encontrava-se num estado decadente e caótico.[...].[...] No dia três de junho de 1989, com a participação de representantes da OCESC, FESC, direção da Escola Técnica Hermann Hering e trinta alunos do estabelecimento,[...].[...] estabeleceu-se uma Assembléia Geral com a intenção de deliberar e constituir uma cooperativa cuja finalidade maior seria melhorar a qualidade do ensino, seja através do investimento em material didático ou em material humano. (HISTÓRICO DA COOPERHERMANN, 2000, p. 08).

Observou-se ainda que a criação da cooperativa dos alunos em Timbó sugeriu uma continuidade de uma cultura escolar instaurada nessa instituição escolar a partir

dos anos iniciais de sua implantação. Percebeu-se que muitas características de cultura escolar foram importadas do CEDUPHH Blumenau, mas que, a partir da autonomia do CEDUP Timbó, naturalmente algumas práticas foram se desvencilhando na tentativa de criar uma identidade própria.

5.4 LANÇAMENTO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (C2 E C3)

No dia 08 de novembro de 2023, no auditório do CEDUP Timbó, sito à rua São Bento, 277 - Quintino - Timbó/SC, aconteceu a I Feira das Profissões do CEDUP Timbó. Nessa mesma noite, foi lançado o Produto Educacional (PE), com o intuito de verificar sua aplicabilidade futura. Na ocasião, estiveram presentes os participantes das entrevistas, algumas dessas pessoas que participaram da implantação do CEDUPHH Timbó, a equipe gestora do CEDUP Timbó, professores e estudantes dos cursos técnicos em Administração, Eletrônica e Segurança do Trabalho das turmas de 2023, além de empresários, vereadores, do secretário municipal de educação de Timbó e de representantes da 35ª CRE.

Através das fotografias das turmas de 2000 a 2004, foram localizados três egressos do período de implantação que também se fizeram presentes. Na ocasião, a pesquisadora comunicou o PE, cumprindo os requisitos propostos no programa ProfEPT. Alguns registros fotográficos foram feitos como constam no decorrer desta análise e conforme ilustrações das figuras e dos quadros com as descrições. Para avaliar a aplicabilidade do PE, um formulário avaliativo com 14 perguntas foi desenvolvido, e as opções para respostas foram utilizadas na análise dos dados. Os gráficos foram analisados e interpretados para responder à proposta do PE. Delimitaram-se como respostas: 1- Concordo totalmente; 2- Concordo parcialmente; 3- Indiferente; 4- Discordo parcialmente; 5- Discordo totalmente.

Na sequência, apresentam-se algumas imagens do lançamento do produto. Durante o lançamento do PE, algumas pessoas do período de implantação, participantes da pesquisa, foram presenteadas com um pequeno *Totem*, símbolo da materialização do PE, conforme Figura 38:

Figura 38 - Materialização do Produto Educacional



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Com objetivo de materializar o PE, desenvolveu-se esse pequeno *totem*²⁰, o qual, na parte da frente, apresenta datas, contendo alguns dos marcos históricos que representam uma parte da história dessa instituição; já no seu verso, há uma mensagem nominal de agradecimento e o *QR Code* que dá acesso ao memorial virtual do PE e a informações da pesquisa, conforme figura 39:

Figura 39 - Frente e Verso do Totem



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora (2024).

O endereço escolhido para o lançamento do Produto Educacional foi o Auditório do CEDUP Timbó, no prédio próprio da instituição pesquisada, considerando

²⁰ Utilizamos a palavra *Totem* apenas como representação de um símbolo material do memorial virtual, em formato físico, com medidas de quinze centímetros de altura por dez centímetros de comprimento, em acrílico na cor verde, com uma placa metálica na parte da frente, que possui escritas algumas datas dos marcos históricos vividos por esta escola.

o evento da I Feira das Profissões que ocorreu em 08 de novembro de 2023. Para receber os convidados, foi organizada uma palestra com duração de uma hora.

Os participantes do lançamento do PE foram recepcionados com um ambiente visual organizado para conduzir as pessoas ao passado. Um violinista aguardava no palco do auditório com músicas populares brasileiras, sendo a primeira delas do compositor Alceu Valença, “Anunciação”.

Além dessa organização, outros elementos visuais estiveram disponíveis fisicamente, para os participantes poderem observar as imagens. O seu objetivo foi reconhecer uma prática pedagógica na instituição que remete ao acolhimento das pessoas, como mostra a figura 40:

Figura 40 - Porta principal do auditório no lançamento do Produto Educacional



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Os elementos na carteira escolar, com uma toalha dourada na entrada do auditório do CEDUP Timbó foram escolhidos intencionalmente: a obra de Le Goff, *História e Memória* (1996); uma vela amarela como símbolo de iluminação; uma rosa amarela simbolizando felicidade, gratidão e amizade; um *Banner* do PE contendo imagens e o *QR Code* para acessar o memorial virtual e avaliação do PE, além de um porta-retrato contendo a frase do autor Le Goff (1996):

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 477).

Por se tratar de um memorial virtual, fez-se uma travessia teórica a respeito da memória. Não como sua função cognitiva de acesso cerebral, mas como uma visita ao passado a partir das imagens e do ambiente visual no lançamento do Produto Educacional. Escolheu-se cada elemento intencionalmente, assim como as cores que compõem o memorial virtual. A verde, uma das cores oficiais do CEDUP Timbó, e a logo oficial da escola foi remodelada para o título do PE para reportar-se ao seu elemento de memorização. Outros objetos compuseram o ambiente visual como: algumas obras que balizaram esta pesquisa, o palco com bandeiras institucionais e a projeção do *slide* para a palestra. A orquídea, símbolo da cidade de Timbó, onde o CEDUP Timbó foi implantado, compôs a ornamentação com vaso e toalha dourados para fazer menção ao valor afetivo do PE. O ambiente preparado para o lançamento do PE foi pensado em representar uma história vivida no período da implantação do CEDUPHH Timbó. Consta em nota de jornal, em uma coluna chamada “Homem do Povo”, que, no dia 08 de março de 2000, ocorreu a aula inaugural do CEDUPHH Timbó, no Centro Integrado de Cultura, onde um ambiente acolhedor e de cultura foi preparado para a ocasião:

Emoções em ambiente de muita cultura. Foi assim que tudo começou e alguém um dia escreverá para a história. Música de Franz Listz, Sonho de Amor, apresentação dos professores Nadir da Silva Benazzi, piano e Paulo Lacerda, violino. Montaram o cenário de felicidade e encaminharam aos assistentes a mensagem de arte, que foi guardada carinhosamente no espaço sentimental dos corações presentes. (JORNAL DO MÉDIO VALE, Felinto Schüller - *in memoriam*, 08 mar. 2000, p. 12).

No lançamento do PE, contou-se essa história e, representativamente, buscou-se alinhar na memória uma forma de estabelecer conexões com um tempo passado sem permanecer preso a ele, mas com tom de libertação. Pessoas, elementos, música e emoções fizeram parte do lançamento do PE, como se observa na figura 41:

Figura 41 - Mesa com *totens* para homenagens; obras que balizaram esta pesquisa



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

Na sequência, como vemos nas Figuras 42 e 43, a seguir, as imagens contêm algumas pessoas que participaram do período de implantação do CEDUPHH Timbó, no ano 2000, e compareceram para o lançamento do PE. Registra-se que alguns nomes surgiram durante a pesquisa, porém alguns desses não foram localizados ou não responderam à pesquisadora. Para essa análise, não seria possível quantificar as pessoas que estiveram envolvidas ou participaram do período de implantação do CEDUP Timbó. Por isso, a materialização do PE em forma de *totem* configurou um gesto simbólico a todos e todas que de alguma forma contribuíram para o período de implantação do CEDUP Timbó e com essa pesquisa. Portanto, a entrega do *totem* registrou um ato simbólico de resgatar na memória as datas históricas importantes ocorridas no período de implantação dessa instituição escolar.

Figura 42 – Homenagem de Egressa ADM 2002 ao Ex-Professor do CEDUPHH Timbó



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Figura 43 – Homenagem de Egresso Eletrônica 2002 ao Ex-Coordenador do CEDUPHH Timbó



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Para auxiliar a registrar essa história no formato desse memorial virtual, apoiou-se em Burke (1992) que menciona sobre material visual e seu uso para compreender a interpretação do passado:

No entanto, os historiadores levantaram questões sobre material visual de maneiras proveitosas que podem lembrar àqueles de nós que estão primeiramente ligados à crítica e aos assuntos culturais atuais, que todo o material do passado é potencialmente admissível como evidência para o historiador (BURKE, 1992, p. 237).

Isso significa que a intenção do lançamento do Produto Educacional reunindo as pessoas que fizeram parte da implantação do CEDUP Timbó responde a um dos objetivos propostos nesta pesquisa. Além disso, a materialização do Produto Educacional remete ao passado para sua compreensão. Já a utilização de fotografias, documentos e recortes de jornais no desenvolvimento do PE visa não só a interpretar a história da implantação do CEDUP Timbó, mas também a compreender esse passado através das imagens.

No dia 22 de fevereiro de 2024, às dezenove horas, o PE foi aplicado aos novos estudantes dos cursos técnicos em Administração, Informática e Segurança do Trabalho, no mesmo formato e organização do lançamento do PE. As pessoas participantes da integração foram recepcionadas no Auditório do CEDUP. A integração dos calouros é uma prática pedagógica institucional a fim de orientar e acolher os novos estudantes (PPP CEDUP Timbó, 2022, p. 10).

Para aplicação do PE, além da pesquisadora, participaram 115 pessoas, entre elas: 05 pessoas da equipe gestora; 13 professores e 97 novos estudantes, dos três cursos informados. Na aplicação do PE, foram apresentados os cuidados éticos, a informação de aprovação do Comitê de Ética com Pesquisas em seres humanos, os dados históricos da pesquisa, os dados da pesquisadora e os retratos e relatos através da visitação do memorial virtual em <www.viewceduptimbo.tec.br>. As pessoas presentes foram convidadas a participarem e a avaliarem o PE após sua aplicação. A história da implantação do CEDUP Timbó foi contada através dos retratos e relatos no memorial virtual.

O PE também foi utilizado pela equipe gestora do ensino, como proposta pedagógica na integração dos estudantes e professores do Ensino Médio no dia 15 de fevereiro de 2024 para desenvolver uma atividade pedagógica denominada árvore genealógica. Seu objetivo foi conhecer as origens das famílias dos estudantes que iniciaram na primeira série do ensino médio neste ano. Após ouvirem a história da implantação do CEDUP Timbó pela equipe gestora do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante, a proposta foi direcionada a conhecer cada estudante do Ensino Médio e sua família com alguns dados informados pelos participantes de forma escrita. Para representar essa atividade, foi confeccionado um caule de uma árvore em papel pardo, num tamanho de um metro e meio. Cada estudante e professor recebeu uma folha A4 para escrever seu nome, sua naturalidade, em qual escola finalizou o ensino fundamental e assim recortar esse papel em formato de folha de árvore para acrescentar no caule. Esse material foi fixado no hall de entrada que dá acesso ao Auditório do CEDUP, local da aplicação do PE, como mostra a figura 44:

Figura 44 - Árvore desenvolvida em uma atividade de ensino a partir do PE



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Embora essa aplicação não conste nos objetivos ou no projeto desta pesquisa, acredita-se ser importante registrar, pois demonstra as possíveis utilizações pedagógicas do PE. Sendo assim, é possível categorizar essa aplicação do PE como prática pedagógica e relacioná-la com a cultura escolar. A integração no CEDUP Timbó é uma prática desenvolvida com objetivo de acolher os novos estudantes dos cursos técnicos denominados calouros. Desse modo, essa prática faz parte da cultura escolar, possibilitando integrar os sujeitos na identidade do CEDUP Timbó. Além de cumprir com o requisito do programa de mestrado, um dos objetivos da aplicação do PE foi integrar os novos estudantes, não apenas às normas institucionais, mas apresentar as origens do CEDUP Timbó para que conhecessem a história da implantação. Durante a aplicação do PE, foi possível perceber surpresa por parte dos novos discentes ao se depararem com um prédio grande e novo e descobrirem que no início de tudo isso não foi assim. Nas figuras 45 e 46, pode-se verificar que a história da implantação do CEDUP Timbó foi apresentada pela pesquisadora, na integração dos calouros dos cursos técnicos do período noturno, através do PE “Retratos e Relatos” do memorial virtual:

Figura 45 - Aplicação do PE 2024



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Figura 46 - Pesquisadora aplicando o PE em formato de palestra



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Após a aplicação do PE, os participantes receberam o *link* do memorial virtual disponível em *QR Code* para acessarem o formulário avaliativo. Dos 115 participantes, obtivemos 59 respondentes, representando 51,3% dos participantes. O formulário contém 14 perguntas referentes à aplicação do PE, sendo que a primeira questão do formulário é o livre consentimento de participação na pesquisa, como observamos no gráfico 1. Um dos participantes respondeu não. Para tanto, 98,3% dos respondentes consentiram a participação.

Gráfico 1 - Aceite de participação da pesquisa no formulário do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via *Google Forms* (2024).

A segunda pergunta do formulário avaliativo solicita informar o vínculo do respondente com a instituição pesquisada. Sendo assim, 54,2% dos respondentes são Estudantes de Curso Técnico do CEDUP Timbó; 23,7% dos respondentes são professores ou servidores do CEDUP Timbó e 22,1% dos respondentes são da comunidade externa ao CEDUP Timbó, conforme Gráfico 2:

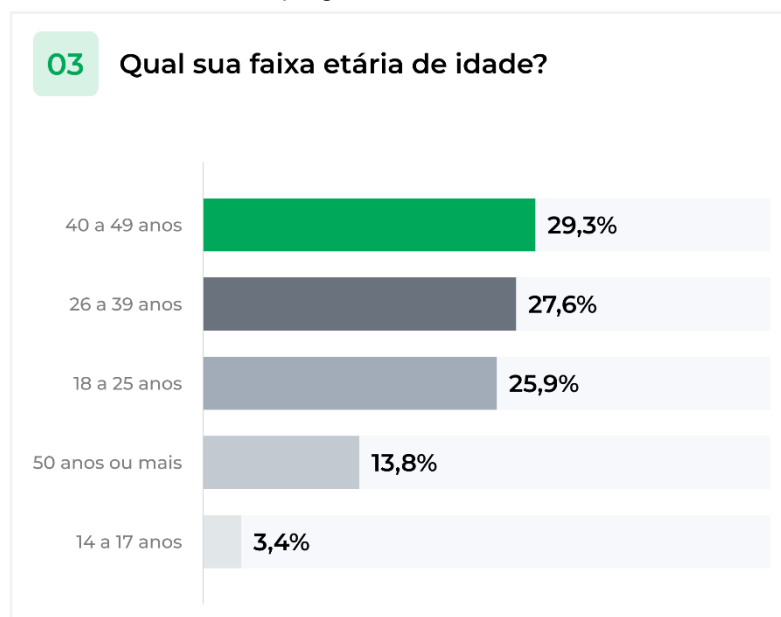
Gráfico 2 - Segunda pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via *Google Forms* (2024).

Pergunta nº. 3: com objetivo de alcançar o maior número do público adulto, foi uma escolha pessoal incluída no projeto de pesquisa e aprovada pelo comitê de ética. Considerando a idade da instituição pesquisada, entende-se que o público maior de trinta anos tenha memórias a contribuir com esta pesquisa. Gráfico 3:

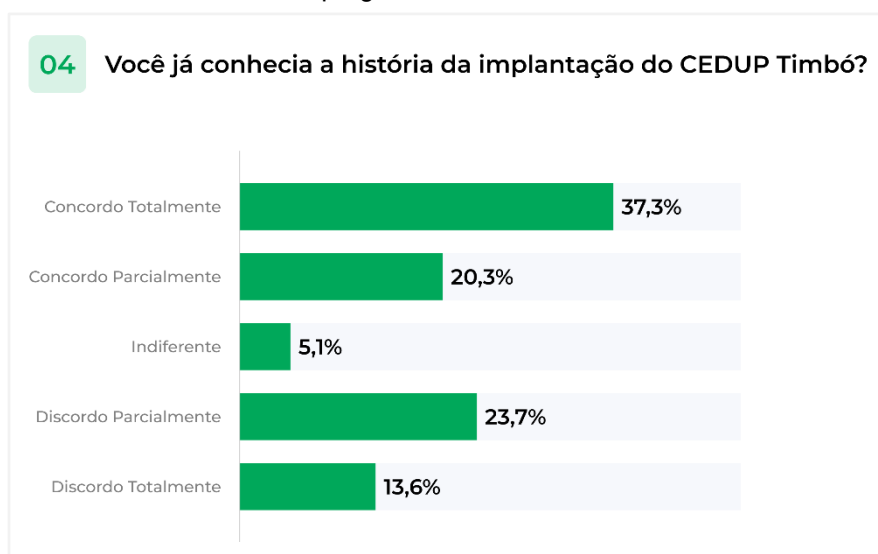
Gráfico 3 - Terceira pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via *Google Forms* (2024).

Ao indagar se os visitantes do memorial virtual já conheciam a história da implantação do CEDUP Timbó, 37,3% discordaram totalmente, 13,6% discordaram parcialmente, 20,3% concordaram parcialmente e 37,3% concordaram totalmente. Sendo assim, o Gráfico 4 mostra que mais de 50% dos respondentes não conhecem essa história de forma total:

Gráfico 4 - Quarta pergunta do Formulário Avaliativo do PE

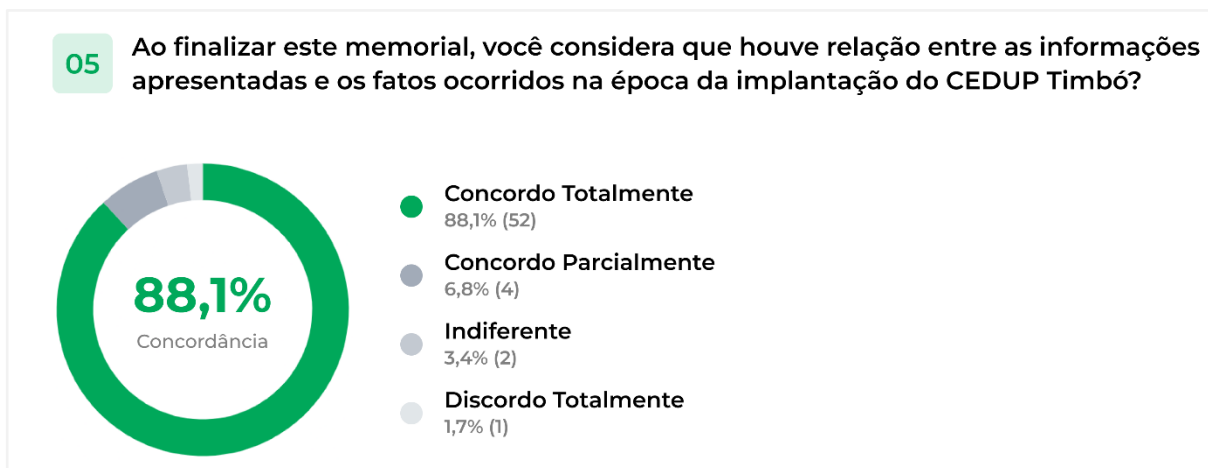


Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A pergunta nº. 5 do formulário tem por objetivo coletar a impressão do respondente quanto à relação direta entre as informações apresentadas e os fatos

ocorridos na época da implantação do CEDUP Timbó. Neste Gráfico 5, vemos que 88,1% dos respondentes concordaram totalmente, ou seja, as informações no PE conseguiram transmitir a mensagem claramente:

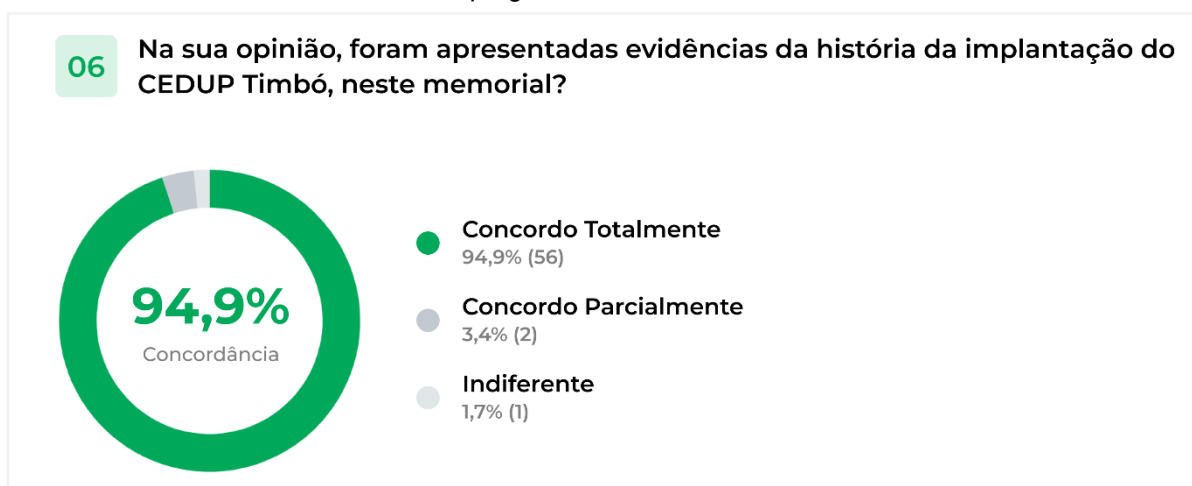
Gráfico 5 - Quinta pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

Pergunta nº. 6: 94,9% dos respondentes concordaram totalmente quanto às evidências apresentadas sobre a história da implantação do CEDUP Timbó, no memorial. Entende-se que o PE está de acordo com um dos objetivos propostos quanto aos fatos ocorridos e às fontes encontradas, como consta no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Sexta pergunta do Formulário Avaliativo do PE

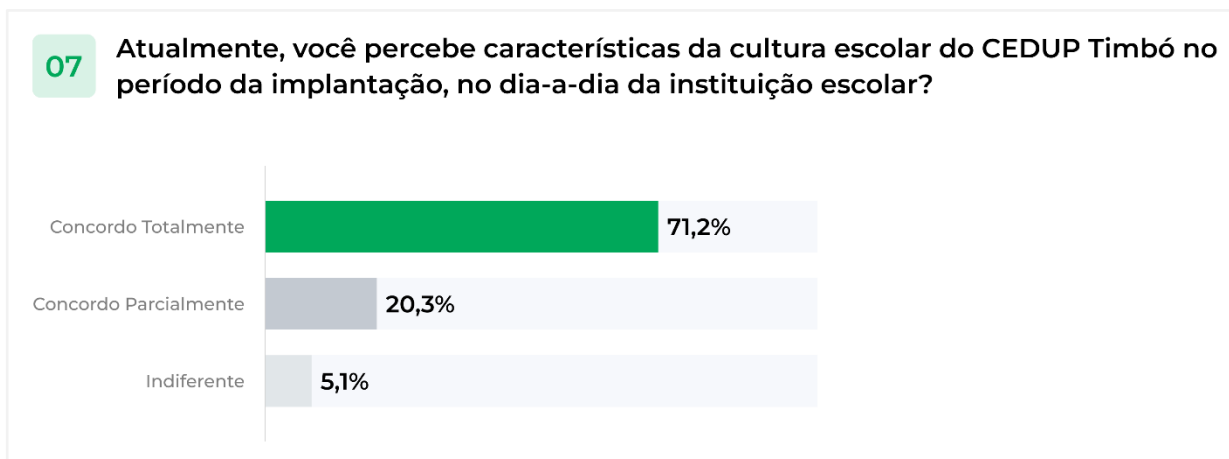


Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

Pergunta nº. 7: 71,2% dos respondentes conseguiram identificar e relacionar traços da cultura escolar no período da implantação do CEDUP Timbó e nos dias

atuais. Apenas 8,5% responderam ser indiferentes, o que denota que talvez não saibam o conceito de cultura escolar ou talvez não o tenham relacionado à cultura escolar. Gráfico 7:

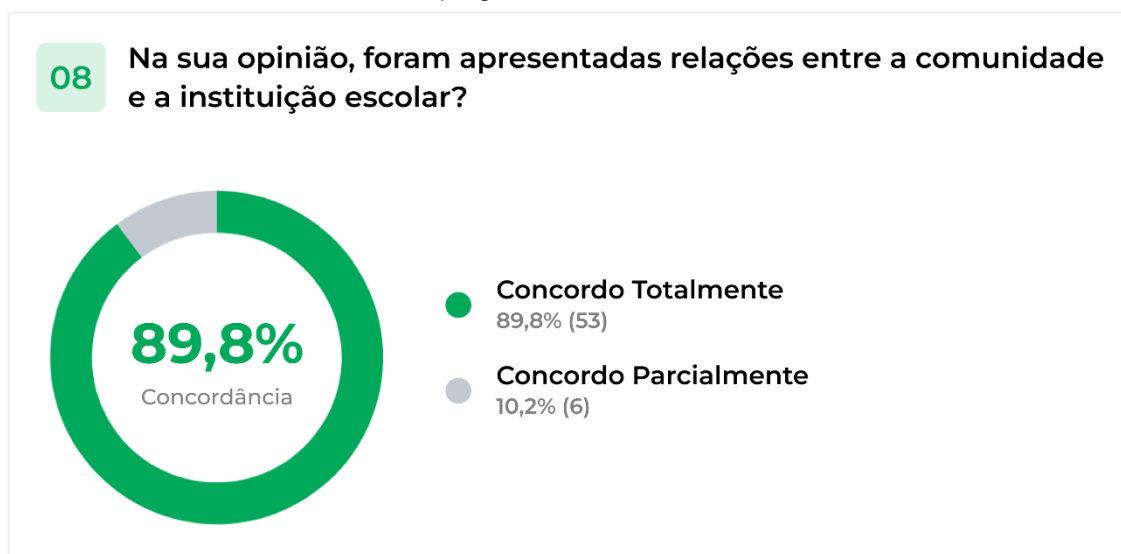
Gráfico 7 - Sétima pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A pergunta nº. 8 objetiva coletar impressões dos respondentes quanto às relações estabelecidas entre a comunidade da época da implantação e a instituição pesquisada. Como vemos no Gráfico 8, 89,8% dos respondentes concordaram totalmente e 10,2% concordaram parcialmente:

Gráfico 8 - Oitava pergunta do Formulário Avaliativo do PE

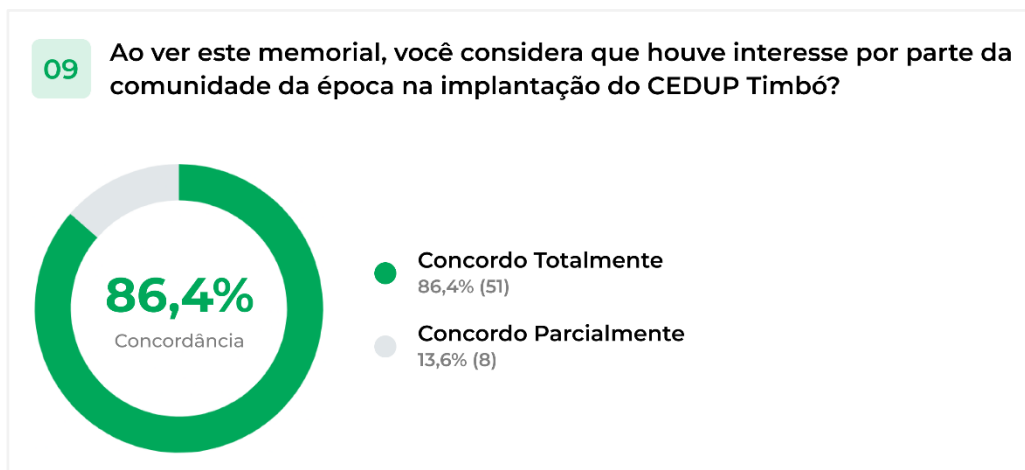


Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

Pergunta nº. 9: 86,4% dos respondentes concordaram totalmente que houve

interesse por parte da comunidade da época na implantação do CEDUP Timbó. 13,6% concordam parcialmente sobre o fato. Com isso, estima-se que, através do PE, conseguimos entregar as evidências que as fontes mostraram. Gráfico 9:

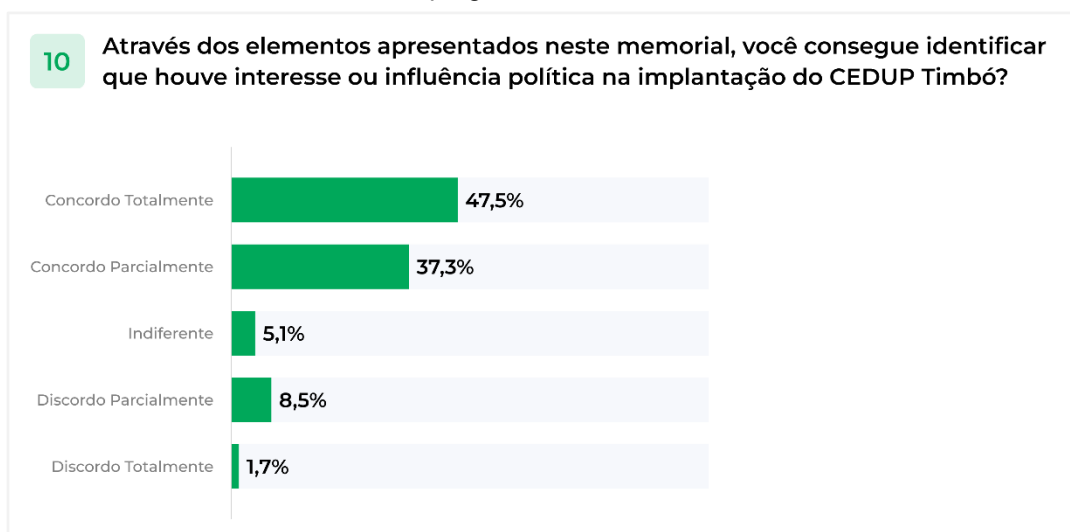
Gráfico 9 - Nona pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A pergunta nº. 10 tem por objetivo verificar se, através dos elementos apresentados no PE, o respondente conseguiria identificar se houve interesse ou influência política na implantação do CEDUP Timbó. 47,5% responderam que concordam totalmente, 37,3% concordaram parcialmente e 8,5% discordaram parcialmente, conforme Gráfico 10:

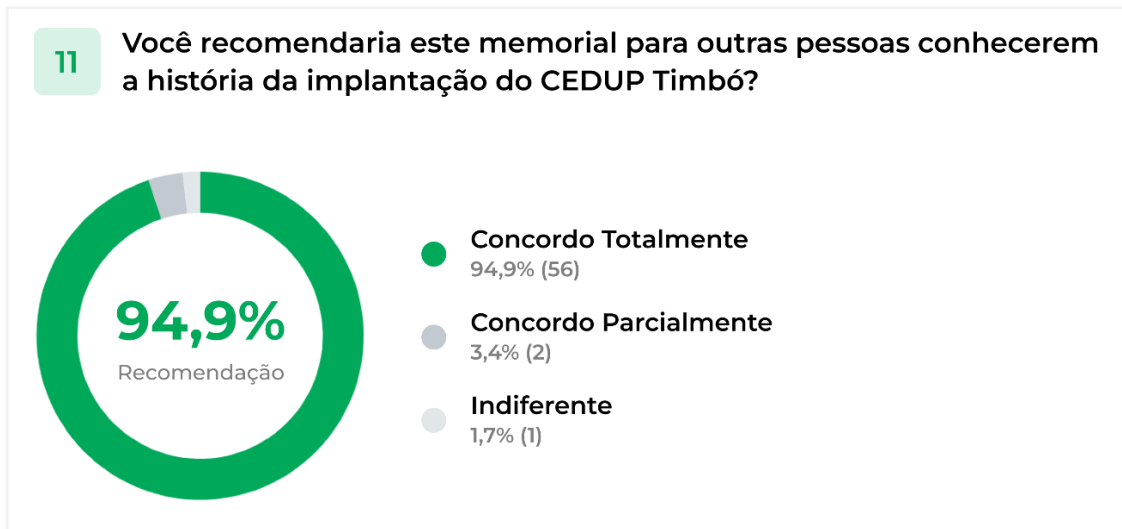
Gráfico 10 - Décima pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A pergunta nº 11 refere-se à recomendação do memorial para que outras pessoas possam conhecer a história da implantação do CEDUP Timbó. Foram obtidas 94,9% de respostas positivas em relação à recomendação do memorial, como demonstrado no Gráfico 11:

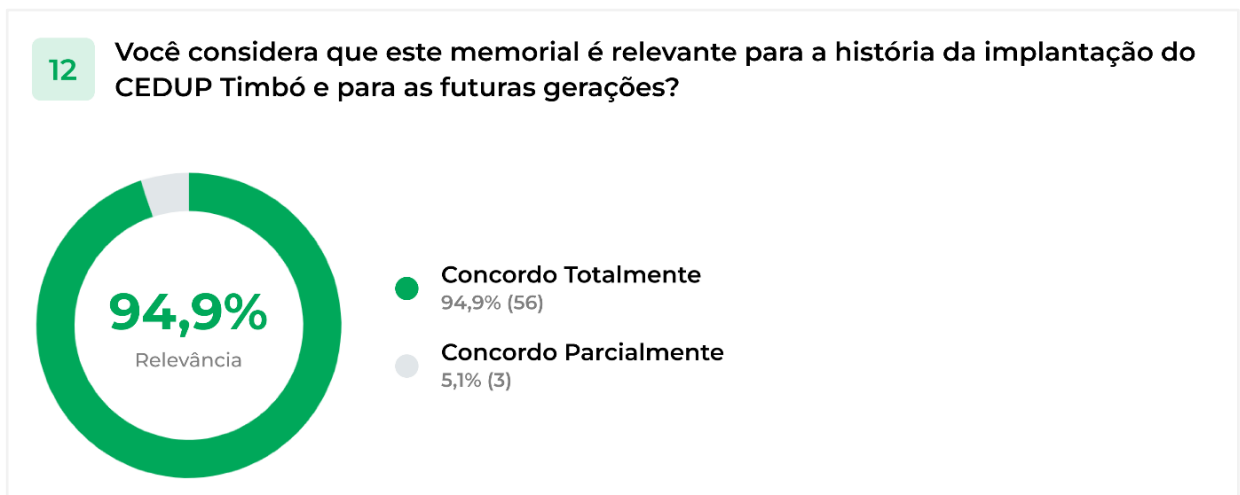
Gráfico 11 - Décima Primeira pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

Pergunta nº. 12: objetiva identificar a relevância do memorial para a história da implantação do CEDUP Timbó. 94,9% dos respondentes concordam totalmente com a relevância deste memorial, de acordo com o Gráfico 12:

Gráfico 12 - Décima Segunda pergunta do Formulário Avaliativo do PE

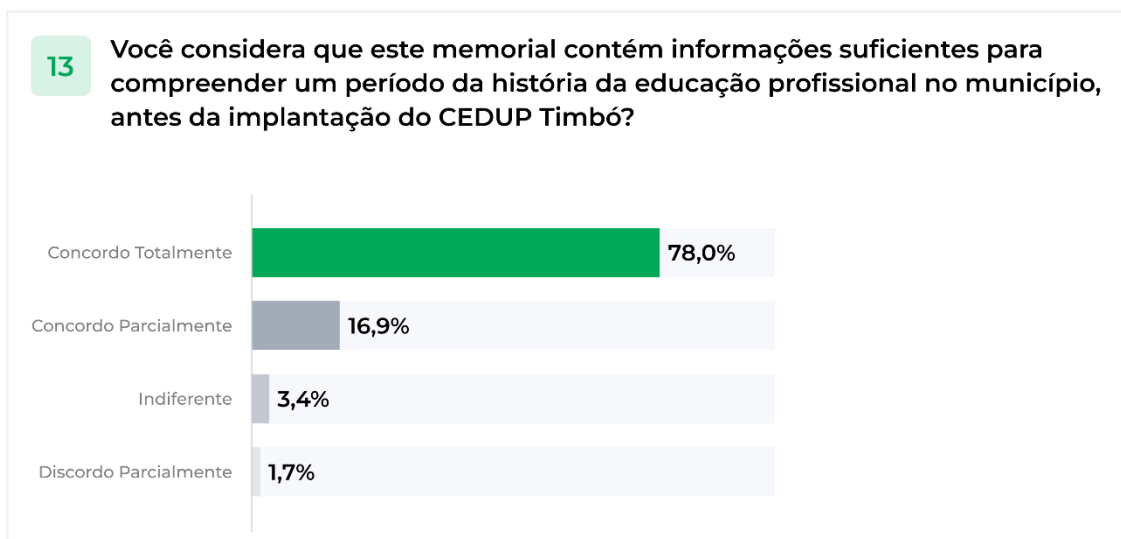


Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A pergunta nº 13 visa a verificar se o PE contém informações suficientes para

compreender um período da história da educação profissional no município que antecedeu a implantação do CEDUP Timbó, isto é, o fechamento do Colégio Leoberto Leal. O Gráfico 13 aponta que 78% dos respondentes concordam totalmente, e 16,9% concordam parcialmente:

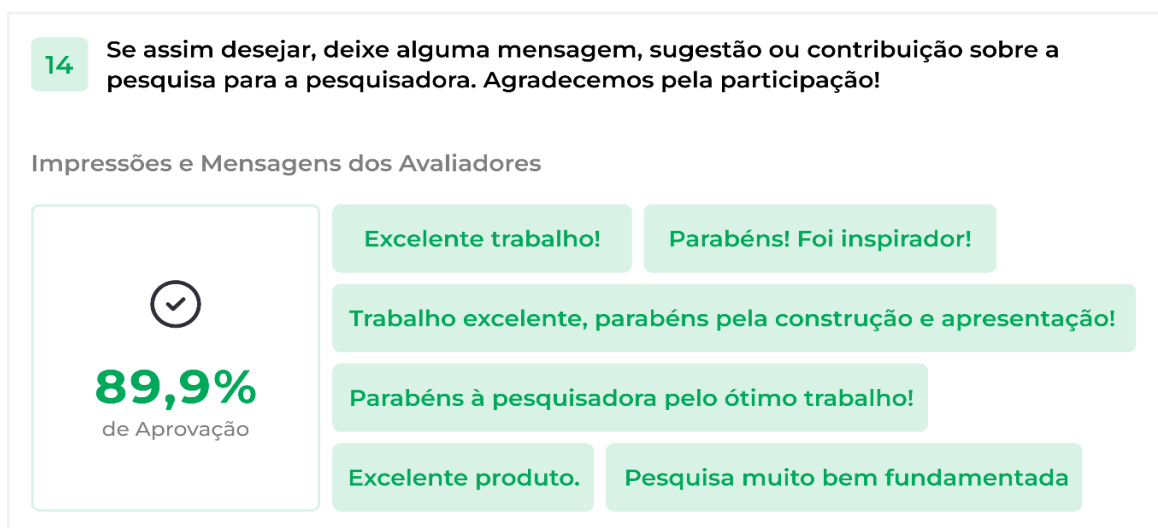
Gráfico 13 - Décima Terceira pergunta do Formulário Avaliativo do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora através do formulário *Google Forms* (2024).

A última pergunta do formulário avaliativo do PE coletou impressões e mensagens dos participantes. Percebe-se que o memorial virtual atingiu os objetivos iniciais que motivaram a sua construção e o seu desenvolvimento nesta pesquisa, consoante ao Gráfico 14:

Gráfico 14 - Impressões e Mensagens dos Avaliadores do PE



Fonte: extraído do formulário avaliativo retratos e relatos *Google Forms* (2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral descrever e registrar a história da implantação do CEDUP Timbó entre os anos 2000 e 2004, sob a perspectiva da cultura escolar. A pesquisa objetivou responder ao problema “Qual história é possível construir da implantação do CEDUP Timbó, no período de 2000 a 2004, e qual a cultura escolar desse período?”

Um dos objetivos desta pesquisa foi investigar a inserção do CEDUP Timbó na história da Educação Profissional no município de Timbó. Descobriu-se que, antes de ser CEDUP Timbó, no mesmo prédio onde iniciou suas atividades, existia uma escola que ofertava cursos voltados ao comércio e à indústria. Além disso, que o CEDUP Timbó iniciou suas atividades como unidade de extensão do CEDUP Hermann Hering Blumenau no ano 2000. Após três anos, funcionando como unidade de extensão, o CEDUP Timbó tornou-se independente por meio de um Decreto Governamental.

Outro objetivo foi perscrutar quais pessoas participaram do processo de implantação do CEDUP Timbó. A investigação junto ao acervo escolar, Arquivo Público Prof. Gelindo Sebastião Buzzi - Timbó, possibilitou encontrar documentos e recortes de jornais do período da implantação do CEDUP Timbó. Isso permitiu localizar alguns nomes que participaram da implantação do CEDUP na cidade de Timbó. Nas entrevistas, foi possível (re)conhecer a história do CEDUP Timbó a partir dos relatos com as pessoas que participaram do período de sua implantação. Através das entrevistas, coletaram-se relatos de uma história do período da implantação do CEDUP Timbó. Foi possível perceber que as mudanças na legislação nacional influenciaram a vinda da unidade de extensão do CEDUPHH Blumenau como um experimento social através da EPT. A partir de manifestações sociais e cobranças do setor empresarial, os políticos da época mobilizaram esforços para manter a oferta da educação profissional na cidade. Inicialmente, a implantação do CEDUP ocorreu em um momento histórico nacional, onde a reforma da LDB 9.394/1996 trazia uma tentativa de ruptura do “dualismo estrutural” para EPT. Através do marco teórico, estabeleceu-se uma linha histórica a fim de compreender a oferta da EPT no seu sentido histórico e ontológico e qual relação da educação profissional ofertada no CEDUP Timbó na época de sua implantação. A transcrição das entrevistas, os recortes de jornais e os documentos revelaram que, no início, as práticas pedagógicas

eram voltadas às indústrias, porém sem esquecer dos estudantes como sujeitos protagonistas no processo de ensino e aprendizagem.

Verificou-se que a cultura escolar desenvolvida no período de implantação do CEDUP Timbó mostrou traços conservadores e tradicionalistas. A manifestação social surgiu a partir do interesse da comunidade na continuidade da oferta de uma educação profissional que já existia na cidade. Além disso, descobriu-se que mudanças na legislação educacional, os conflitos externos, as tensões políticas e do ramo empresarial incentivaram a administração pública municipal da época a mobilizar esforços em prol da unidade de extensão do CEDUPHH Timbó. A pesquisa revelou que a questão predial para o CEDUP Timbó foi um desafio recorrente, desde o início do seu funcionamento; que a cultura escolar se desenvolveu independentemente de um prédio próprio; que o CEDUP Timbó conquistou sua identidade através dos estudantes que ali buscavam uma qualificação para o trabalho. Manifestações sociais, pressões do ramo empresarial, falta de apoio governamental, união de esforços de estudantes e professores fizeram essa história acontecer.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, alcançou-se o quinto objetivo. Através das entrevistas, da pesquisa no acervo escolar e no arquivo público municipal, foi possível resgatar documentos físicos e digitais que compõem a história do CEDUP no período de sua implantação. Como requisito deste programa de mestrado, desenvolveu-se um Produto Educacional em formato digital como memorial virtual com alguns registros institucionais e pedagógicos, realizados no CEDUP Timbó nos anos de 2000 a 2004. Conforme a pesquisa seguiu, novos elementos surgiram e contaram essa história. A aplicação do Produto Educacional deu-se em dois momentos: o primeiro com o lançamento do produto em formato de palestra no mês de novembro de 2023, cujo objetivo foi materializar o PE, resgatando a memória e história do CEDUP Timbó com a participação de algumas pessoas que fizeram parte do período de implantação; o segundo momento ocorreu no mês de fevereiro de 2024 na integração com novos estudantes dos cursos técnicos subsequentes. Em um terceiro momento, houve a avaliação do produto contendo 14 perguntas objetivas e uma questão aberta para sugestões e considerações. Identificou-se que os respondentes demonstraram alto nível de concordância com as afirmativas referentes à história da implantação do CEDUP Timbó. Isso demonstra que o objetivo proposto neste Produto Educacional foi alcançado.

Analisou-se que a maioria dos respondentes são estudantes dos cursos técnicos subsequentes noturnos, professores e funcionários do CEDUP além de um pequeno público externo à instituição pesquisada. Esse público refere-se aos participantes do lançamento do Produto Educacional. Embora não planejado para aplicação deste produto, informa-se que a Gestão Escolar do CEDUP Timbó utilizou o PE como atividade de ensino com os estudantes e professores do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante no mês de fevereiro de 2024.

Com análises feitas na avaliação e aplicação do PE, foi possível perceber que o memorial virtual contribuiu com o resgate histórico da implantação do CEDUP Timbó e atingiu um dos objetivos desta pesquisa. Através do memorial, estabeleceu-se uma narrativa histórica da implantação do CEDUP a partir das memórias. O retrato nº 21 revelou uma cultura escolar de resistência, que sempre teve em sua história uma luta de classes, seja a classe dos estudantes trabalhadores, seja a classe dos professores, gestores, seja a classe dos governantes, ou a classe dos representantes do governo. O PE “Retratos e Relatos” na área de ensino demonstrou-se uma ferramenta pedagógica institucional e de preservação da memória e da história da instituição pesquisada. Mesmo não sendo parte da pesquisa, registra-se que o Produto Educacional também serviu de fonte de pesquisa para os estudantes do Ensino Médio Profissionalizante no ano de 2024 para atividades pedagógicas relacionadas a um documentário em comemoração aos 20 anos do CEDUP Timbó. Um fator limitador da pesquisa foi o tempo destinado no período do mestrado. Conciliar o tempo de atividades laborais e acadêmicas é, sem dúvida, um dos grandes desafios. Apesar disso, desenvolver este PE foi um tempo de garimpo, de encontros, desencontros, de surpresa, imprevistos, de alegria e tristeza. Porém, percebeu-se que, através do desenvolvimento do PE, pode-se contribuir com novas fontes de pesquisa em história de instituição escolar, a nível local, regional e nacional. Por fim, registrou-se uma narrativa da história da implantação do CEDUP Timbó nos anos de 2000 a 2004, na perspectiva da cultura escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.P.; TOLEDO, C.A.A. A implantação da Escola Luterana Concórdia (1955-1969) no contexto da colonização do oeste paranaense. **Diálogo Educ**, Curitiba, v. 22, n. 73, p. 528-549, abr/jun. 2022.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas Capitais do Estado a Escola de Aprendiz e Artífices, para o ensino profissional primário gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em 01. jun.2022.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamento § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692/1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 04/99**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 6302, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. MEC. **Resolução nº 004 de 13 de jul.de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 510 de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. MEC/SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 06 mar. 2024.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Peter Burke (org). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, C.A. de; PLÁCIDO, R.L. LEME: Laboratório de Espaços e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina. **Revista Estrabão**, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.53455/re.v2i.3a>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CASTRO, C.A. de; PLÁCIDO, R.L.; SCHENKEL, C.A. História Socioespacial do Trabalho no Brasil, Educação Profissional e Tecnológica e a Questão Regional. **Revista Labor**, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.29148/labor.v1i24.44200>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CASTRO, C.A. de; PLÁCIDO, R.L.; Medeiros, I. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, 6, 516-533, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.21166/metapre.v6i.3983>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FERREIRA, Cristina; KOEPSEL, Daniel Fabrício. **Representações da cidade**: discussões sobre a história de Timbó. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176607>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória/ Jacques Le Goff**. Tradução de Bernardo Leitão *et. al.*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Lélia P. **Ensino Profissionalizante frente às mudanças nas legislações e tecnologias educacional: o caso do CEDUP em Lages (SC)**. 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82726/193589.pdf;jsessionid=40554A3241462C1D41C0D5A117AF87EE?sequence=1>>. Acesso em: 26 set. 2022.

LIMA, D.F; JÚNIOR. E.G.. Arquitetura, cultura escolar e as práticas de educação física: a relevância dos pátios em instituições salesianas no início do Século XX. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, p. 1-17, e067, 2022.

LOPES, G.S; SILVA, A.L.S; SOUSA, C.L. Vivências e memórias entre a Escola Monsenhor Lopes e a Comunidade Forte. **Rev. bras. Estud. pedagog**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 43-62, jan/abr. 2021.

MAGALHÃES, Justino Pereira de, **Tecendo Nexos: história das instituições educativas/Justino Pereira de Magalhães**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. Disponível em: <<https://oasisbr.ibict.br/vufind/DataSources/Datasource>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTEI, Lauro. Mudanças recentes na política de descentralização do estado em Santa Catarina. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 243-262, jul/ dez. 2016.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, RJ, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.47479>>. Acesso em :15 de mar.2024.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?format=pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MORAES, R. **Análise textual discursiva**. Roque Moraes, Maria do Carmo Galiazzi. 3.ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

OMELCZUK, Rebeca; SOGA, Diogo; MURAMATSU, Mikiya. 200 anos de Caleidoscópio. História da Física e Ciências afins. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, vol. 39, nº 3, e3602, 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2016-0195>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbef/a/ryrdhnHLJSwTfxjyz3jRkQh/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 10 mar. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>>.

PLACIDO, R.L.; BENKENDORF, S.K.J.; TODOROV, D.M. Porosidade e Permeabilidade: Uma abordagem mesoanalítica na história das instituições escolares a partir da cultura escolar. **Revista Metodologia e Aprendizado**, [S.l.], v. 4, p. 183-196, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21166/metapre.v4i.2221>. Disponível em: <<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/2221>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) DO CEDUP TIMBÓ. **Acervo Escolar**, 2022.

PREFEITURA DE TIMBÓ. **História de Timbó**. Disponível em: <<https://www.timbo.sc.gov.br/historia-de-timbo/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PRODONOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, J. Globalização, mercado de trabalho e educação. **Revista de Ciências da Educação**, Lorena: Centro Unisal, ano 5, n. 8, jun. 2003.

SANTA CATARINA. **Resolução 2000/72 CEE/SC**. Disponível em: <<https://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-profissional/educacao-profissional-resolucoes/resolucoes-3?limit=20&limitstart=20>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1989. **Diário da Assembleia Legislativa nº 3.306, de 19 de outubro de 1989**. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-173-1998-santa-catarina-da-nova-redacao-ao-paragrafo-unico-do-artigo-41-da-lei-n-170-98-que-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Estabelece nova estrutura Administrativa do Poder Executivo. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/243_2003_Lei_complementar.html>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.349 de 21 de janeiro de 2004. **Diário Oficial SC**, nº 17.319, de 21 jan. 2004. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/informationobject/browse?collection=11319&sort=relevance&creators=82693&view=card&sortDir=asc&languages=pt_>

BR&topLod=0&onlyMedia=1>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-180, jan/abr. 2007.

SCHENKEL, C.A. **Gestão ambiental**: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:

<<https://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/29-modalidade-de-ensino/27195-educacao-profissional>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Assinada ordem de Serviço para construção do CEDUP em Timbó**. Disponível em:

<<http://antigo.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/3230-assinada-ordem-de-servico-para-a-construcao-do-cedup-em-timbo>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, F. L. G. R. **Identidade profissional dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil e em Santa Catarina**: desafios para a sua formação. 2014. 237 f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA. J.C.; SZEUCZUK.A.; MOFATTO.M.L. BATISTA.E.L. Instituições Escolares: Memória, Fontes e Arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 459-169, set. 2015.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

<<https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>>.

SILVA.M.V.; GATTI.G.C.V. História e Memória Educacional. A Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira de Fruta, Minas Gerais, Brasil (1956-1976). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 3, p. 801-817, 2017.

SILVA, M. V. da; BRASILEIRO, B. G. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT**. Minas Gerais: Ed. dos Autores, 2023. Livro Eletrônico.

Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/740867/2/Produto%20Educatonal_Marilene%20Veiga_final.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SILVEIRA, D.T.; CORDOVA, F.P. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SOUZA, R.F.; VALDEMARIN, V.T. **A Cultura Escolar em Debate**. Campinas: Unesp/FCLAr, 2005.

TODOROV, Denise. M. **As Origens do CEDUP Hermann Hering**: uma leitura através de jornais dos anos de 1973 a 1983, 2021. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644380/2/AS%20ORIGENS%20DO%20CEDUP%20HERMANN%20HERING-%20UMA%20LEITURA%20ATRAVE%cc%81S%20DE%20%20JORNAIS%20DOS%20ANOS%20DE%201973%20A%201983.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, F.O.C.; BRITTO SÁ, L.M.T.; COLAU.C.M. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.7, n. 22, p. 147-163, set/dez. 2007. CEDUP Timbó. Disponível em: <<https://ceduptimbo.com.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

WOSNIAK, Vanderlei. **Protagonismo Discente no CEDUP Hermann Hering- Blumenau/SC**: O papel do Grêmio Estudantil na Escola. 2023. Disponível em: <https://sig.ifc.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1010¬icia>. Acesso em: 19 jul. 2024.

JORNAIS DO MÉDIO VALE, Timbó/SC.

ALUNOS do CEDUP Timbó se destacam em amostra técnica regional. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 15 dez. 2001, p. 14.

ALUNOS do Rui Barbosa protestam contra ocupação de salas de aula pelo Ceduph. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 30 ago. 2003, p. 03.

CEDUP busca empresas parceiras para estágio de alunos. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 20 maio 2001, p. 04.

CEDUP está com matrículas abertas para quatro cursos técnicos. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 22 jun. 2002, p. 14.

CEDUP incentiva a montar empresa. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 30 ago. 2003, p. 03.

CEDUP sedia encontro de administração. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 08 nov. 2003, p. 05.

CEDUP é municipalizado e amplia espaço físico para atender a demanda. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 14 fev. 2004, p. 13.

CEDUP apresenta três novos cursos profissionalizantes. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 18 set. 2004, p. 10.

CEDUP prorroga matrícula para 2005. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 11 dez. 2004, p. 20.

CEDUP oferece vagas para seus cursos técnicos. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 13 jul. 2002, p. 10.

COLÉGIO Leoberto Leal pode seguir com cursos técnicos. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 11 jul. 1999, p. 05.

CURSOS Técnicos formam empreendedores. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 09 ago. 2003, p. 08.

ESCOLA Técnica vai ocupar espaço do “Leoberto Leal”. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 30 dez. 1999, p. 07.

ESCOLA Técnica Hermann Hering. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 11 mar. 2000, p. 11.

EXPOSIÇÃO de Turismo. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 30 ago. 2003, p. 03.

GOVERNO do Estado decreta a autonomia do Cedup em Timbó. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 30 jan. 2004, p. 07.

HOMEM do Povo. **Jornal do Médio Vale**, Timbó, 11 mar. 2000, p. 12.

LADEHOFF esclarece sobre o fechamento do Colégio Municipal Leoberto Leal. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 26 fev. 2000, p. 07.

MUNICÍPIO comemora instalação de nova escola. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 11 mar. 2000, p. 12.

NOVA instalação da Fundação de Ensino Profissionalizante aguarda a liberação de recursos. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 15 mai. 2003, p. 10.

PROCURA por curso supera expectativa do Cedup. **Jornal do Médio Vale**. Timbó, 08 set. 2003, p. 09.

APÊNDICE A – SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS E RECORTES DE JORNAIS

Os documentos encontrados no acervo escolar, bem como os recortes de jornais da época tratam do período de implantação do CEDUP Timbó. Alguns documentos constam como CEDUPHH Timbó e outros CEDUP Timbó, pois foram as nomenclaturas utilizadas nos anos de 2000 a 2004, período investigado. Já os recortes de jornais possuem data anterior aos anos 2000, pois trazem notícias da mudança da legislação educacional vivida no país naquela época e conseqüentemente o fechamento de uma escola de ensino profissionalizante na cidade. O quadro referente aos recortes de jornais foi organizado com data, número de página, título da notícia ou assunto do recorte de jornal e posteriormente sua categorização. Já o quadro que contém a descrição dos documentos recebeu uma numeração, título do documento, se houver número de páginas, e categorização.

Quadro 1 - Recortes de jornais encontrados no arquivo público municipal; Jornal do Médio Vale

Data	Página	Título da notícia	Categoria
31/07/1999	05	Colégio Leoberto Leal pode seguir com cursos técnicos	C1 e C2
30/12/1999	07	Escola Técnica vai ocupar espaço do Leoberto Leal	C1
26/02/2000	07	Ladehoff esclarece fechamento do Colégio Municipal Leoberto Leal	C1
11/03/2000	12	Município comemora instalação de nova escola	C1
11/03/2000	11	Escola Técnica Hermann Hering	C1
11/03/2000	12	Homem do Povo	C2
20/05/2001	04	CEDUP busca empresas parceiras para estágio de alunos.	C2
15/12/2001	14	Alunos do CEDUP Timbó se destacam em amostra técnica regional.	C2 e C3
22/06/2002	14	CEDUP está com matrículas abertas para quatro cursos técnicos.	C1 e C2
13/07/2002	10	CEDUP oferece vagas para seus cursos técnicos.	C2 e C3
15/05/2003	10	Nova instalação da Fundação de Ensino Profissionalizante aguarda a liberação de recursos.	C1
30/08/2003	03	Alunos do Rui Barbosa protestam contra ocupação de salas pelo Ceduph.	C2

Data	Página	Título da notícia	Categoria
30/08/2003	03	Exposição de Turismo	C3
30/08/2003	03	Cedup incentiva aluno a montar empresa.	C2 e C3
08/09/2003	09	Procura por curso supera expectativa do Cedup.	C2 e C3
08/11/2003	05	Cedup sedia encontro de administração.	C2 e C3
30/01/2004	07	Governo do Estado decreta a autonomia do CEDUP em Timbó.	C2
14/02/2004	13	Cedup é municipalizado e amplia espaço físico para atender a demanda.	C2
15/05/2004	10	Nova Instalação da Fundação de Ensino Profissionalizante aguarda a liberação de recursos.	C2
09/08/2004	08	Cursos técnicos formam empreendedores.	C3
18/09/2004	10	Cedup apresenta três novos cursos profissionalizantes.	C1 e C2
11/12/2004	20	Cedup prorroga matrícula para 2005.	C2

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Quadro 2 - Documentos do Acervo Escolar

Tipo de documento	Assunto	Data	Categoria
Projeto Político Pedagógico	Histórico da Instituição escolar	ano 2000	C1, C2, C3
Fotografia	Formandos Curso Técnico Industrial em Eletrônica	Fev. 2002	C3
Atividades escolares	Exercício de Juros Simples	12/09/2002	C3
Memorando	Renovação de Matrículas	08/07/2002	C2 e C3
Avaliação escolar	Marketing e Vendas	07/10/2002	C3
Ata	Assembleia Geral	20/05/2003	C1 e C2
Cópia Diário Oficial	Decreto de Criação	21/01/2004	C2
Instrumento Jurídico	Termo de Cessão de Uso	21/01/2004	C1 e C2
Ofício	Baile de formatura	02/03/2004	C3
Convite de Formatura	Formatura	12/04/2003	C3

Fonte: elaborado pela autora (2024).

APÊNDICE B – NOMENCLATURA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E QUAIS CATEGORIAS MAIS EVIDENTES EM SUAS FALAS

Quadro 3 - Nomenclatura de Identificação dos Entrevistados

Entrevistado	Vínculo com a pesquisa	Nomenclatura de identificação	Categorias evidentes nas falas
01	Ex-coordenador do CEDUPH Timbó	E1	C1, C2 e C3
02	Ex-coordenador dos Cursos Técnicos do CEDUP Hermann Hering Blumenau	E2	C1, C2, C3
03	Ex-Prefeito Municipal de Timbó	E3	C1 e C2
04	Professor da época da implantação do CEDUPH Timbó Curso Técnico em Administração e Informática	E4	C1, C2 e C3
05	Professor da época da implantação do CEDUPH Timbó Curso Técnico em Eletrônica e Informática	E5	C1, C2 e C3
06	Egresso Curso Técnico em Eletrônica do CEDUPH Timbó	E6	C1, C2 e C3
07	Egresso Curso Técnico em Informática da época da transição escolar	E7	C1, C2 e C3
08	Ex-secretária municipal de Educação de Timbó	E8	C1, C2 e C3

Fonte: elaborado pela autora (2024).

**APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA PRESENCIAL, E/OU VIRTUAL,
SEMIESTRUTURADA**

**ENTREVISTA: “HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ: DIÁLOGO
ENTRE A HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR”**

Pesquisadora: Rafaela Alessandra Schneider Hinsching

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Entrevistado (a):

1. O que você sabe sobre a história do CEDUP Timbó?
2. Você conhece o período em que o CEDUP Timbó iniciou suas atividades no município de Timbó?
3. Qual seu vínculo com essa instituição escolar no período de 2000 a 2004?
4. Como você verifica a atuação do CEDUP Timbó na comunidade local no período de sua implantação?
5. Você conheceu a escola que existia antes do CEDUP Timbó? Se sim, poderia relatar sobre sua história?

Identificação da pesquisadora: Rafaela Alessandra Schneider Hinsching, CPF: ***.359.419-**, Rua Garopaba, 25 - Quintino - Timbó I/SC, Telefone: (47) 99770-5229, E-mail:<rafablue.rh@gmail.com>

APÊNDICE D – FORMULÁRIO *GOOGLE FORMS* AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação Relatos e Retratos: memorial da Implantação do CEDUP Timbó

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do questionário avaliativo sobre o produto educacional intitulado **Relatos e Retratos: memorial da Implantação do CEDUP Timbó**. Este produto faz parte de uma pesquisa de mestrado sob responsabilidade de Rafaela Alessandra Schneider Hinsching, e orientada pelo Dr. Reginaldo Leandro Plácido, ambos do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do polo IFC Blumenau.

Sua participação é muito importante, e você tem plena autonomia para decidir participar, bem como desistir da participação a qualquer momento, sem necessidade de explicação e sem nenhuma forma de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar, ou desistir da mesma.

Os benefícios relacionados à sua participação na pesquisa são indiretos, considerando que o levantamento documental e bibliográfico, as entrevistas e a avaliação do produto, objetivam a construção da história sobre o período de implantação do CEDUP Timbó nos anos 2000 a 2004, na perspectiva da cultura escolar, com a elaboração do produto educacional intitulado **Relatos e Retratos: memorial da implantação do CEDUP Timbó**, fortalecendo o registro da história da educação profissional e tecnológica e da história da instituição.

Em atendimento Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC) informamos que sua participação pode trazer alguns riscos de origem psicológica, intelectual ou emocional, tais como desconforto a memórias que possam causar comoção; tomar tempo do sujeito, causar cansaço e constrangimento ao responder o questionário.

Sua identidade será tratada com sigilo e todos os dados coletados serão apenas para fins de avaliação do produto educacional, não haverá publicação de informações que possam identificá-lo como participante desta pesquisa.

Desde já, agradecemos sua participação!

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisa científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela pesquisa científica desta pesquisa, o CEPSH do IFC está disponível para atendê-lo, localizado junto ao IFC Campus Camboriú, pelo telefone (47) 2104-0882 ou pelo endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você pode entrar em contato através do e-mail: rafablue.rh@gmail.com

Faça login no Google para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

APÊNDICE E – RESPOSTAS E IMPRESSÕES DA QUESTÃO ABERTA DO PRODUTO EDUCACIONAL – EXTRAÍDO DO FORMULÁRIO *GOOGLE FORMS*

“Parabéns! Documento importantíssimo, único e de grande relevância para a História do Cedup-Timbó.”

“Pesquisa relevante para conhecer a implantação do Cedup Timbó, sua história, desafios e conquistas. Importante conhecer a história e importância para a comunidade, indústria, alunos e profissionais ligados direta e indiretamente à instituição.”

“Considero esse tipo de material muito valioso pois mostra uma imagem remetente ao início de tudo, e não só o que vemos hoje, depois de tantos desafios para transformar o CEDUP no legado e na imagem que ele carrega atualmente. Tudo presente nesse memorial é muito importante para a cultura, educação e conhecimento de interessados, educadores, alunos e moradores da região. Admiro a dedicação, a homenagem e principalmente o design que trouxe de maneira clara, objetiva e facilmente visível, tudo aquilo que é necessário. Obrigada pela oportunidade de fazer parte da pesquisa.”

“A pesquisa me ajudou muito a entender toda a trajetória da escola.”

“Gostei muito do memorial, bem informativo.”

“Encantado com a história de luta e conquista pela educação profissional, me sinto motivado em estudar em uma instituição de grande apreço e luta. Essa luta é extremamente importante até os dias de hoje.”

“Sou novo na escola, porém acredito que seja muito importante esse memorial para que todos conheçam a história da escola.”

“Excelente trabalho e muito necessário para ter esta história contada e documentada.”

“Adorei conhecer um pouco mais sobre o CEDUP.”

“Muito legal! Parabéns pela pesquisa.”

“Trabalho maravilhoso! Uma riqueza para todos, especialmente para os timboenses!”

“Trabalho excelente, parabéns pela construção e apresentação!”

“Gostei muito da história da implantação do Cedup Timbó. Parabéns!”

“Parabéns pelo seu trabalho. Recordar é viver história que não pode ser apagada.”

“Fico honrada em fazer parte do Cedup de Timbó, muito obrigada pelo acolhimento!”

APÊNDICE F – CONVITE PARA O LANÇAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

RETRATOS & RELATOS MEMORIAL DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ

LANÇAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

MESTRANDA
RAFAELA A.S. HINSCHING
PROF. DR. REGINALDO L. PLÁCIDO

RUA SÃO BENTO, 277
QUINTINO TIMBÓ SC
AUDITÓRIO

19:00
08/11/23

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CEDUP Timbó

leme
Laboratório de Espaços e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica

APÊNDICE G – CONVITE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

**RETRATOS
& RELATOS**

MEMORIAL DA
IMPLANTANÇÃO
DO CEDUP TIMBÓ

**CONVITE: APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO
EDUCACIONAL “RETRATOS E RELATOS”**

DIA 22/02/2024, ÀS 19H NO AUDITÓRIO DO CEDUP.

MESTRANDA: RAFAELA A. S. HINSCHING
ORIENTADOR: PROF. DR. REGINALDO LEANDRO PLÁCIDO

LABORATÓRIO DE
RECURSOS E MEMÓRIAS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

ANEXO A – HISTÓRICO DA COOPERHERMANN

HISTÓRICO DA COOPERHERMANN

No dia três de junho de 1989, um grupo de alunos da Escola Técnica Hermann Hering - ETHH - reuniu-se na sede do Grêmio Estudantil para deliberar sobre uma atitude que mudaria definitivamente a história da entidade; a criação da Cooperativa dos Alunos da Escola Técnica Hermann Hering - Cooperhermann.

A iniciativa de fundar uma cooperativa originou-se da necessidade de melhorar a qualidade de ensino e atualizar os equipamentos dos laboratórios e quadro docente. Todos lembram como foi difícil para a educação brasileira a década de 80. Greves e paralisações muitas vezes causando a perda completa do ano letivo. O corpo docente qualificado e especializado estava abandonando a educação para trabalhar na indústria onde o salário era muito mais atraente. O governo brasileiro apregoava educação gratuita até o segundo grau, no entanto, esquecia-se de que alguém deveria pagar os custos de manutenção das escolas e a remuneração de professores e funcionários. Diante de um repasse de verbas insuficiente, um corpo docente formado por profissionais frustrados e uma folha de pagamento com salários risíveis, o sistema educacional encontrava-se num estado decadente e caótico.

Diante da falta de perspectivas e observando o funcionamento das escolas agrícolas que funcionam em sistema de cooperativismo, surgiu a idéia de criar-se cooperativas nas escolas que pertenciam à FESC - Fundação Educacional de Santa Catarina. Iniciou-se então um processo de esclarecimento e orientação à comunidade escolar no sentido de incentivar e apoiar aquelas que tivessem interesse em criar suas cooperativas. Havia sido dado o primeiro passo para a criação da Cooperativa de Alunos da Escola Técnica Hermann Hering.

No dia três de junho de 1989, com a participação de representantes da OCESC (Organização das Cooperativas de Santa Catarina), FESC, direção da Escola Técnica Hermann Hering e trinta alunos do estabelecimento, às 10:00 horas, estabeleceu-se uma Assembléia Geral com a intenção de deliberar e constituir uma cooperativa cuja finalidade maior seria melhorar a qualidade do ensino na ETHH, seja através do investimento em

material didático ou em material humano. Após leitura e aprovação do estatuto, com 36 (trinta e seis) votos a favor, estava constituída a Cooperativa de Alunos da Escola Técnica Hermann Hering tendo sido eleito como seu primeiro presidente o aluno Dionísio L. Lobo. A história da ETHH tomava um novo rumo.

Com a criação da cooperativa os alunos passaram a contribuir mensalmente com um valor definido em assembléia. Esta contribuição, administrada pela cooperativa, é hoje responsável pela manutenção dos laboratórios de eletrônica, eletrotécnica, mecânica, contabilidade, química / física / biologia , informática, manutenção da Escola em geral, bem como, aquisição de materiais de consumo, treinamento de professores, e o que é mais importante, contratação, quando necessário, ou complementação do salário de professores que, de outra forma, teriam abandonado a educação para trabalhar na indústria. Não há finalidade lucrativa nas atividades da cooperativa. Toda a receita é reinvestida no próprio estabelecimento. Isso contribui para que a escola se fortaleça cada vez mais. Numa cooperativa, quando todos trabalham com o mesmo objetivo, todos são beneficiados por igual e o sistema só tende a crescer.

ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE USO E TERMO ADITIVO CEDUP TIMBÓ



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

CNPJ Nº 83.102.764/0001-15
 Av. Getúlio Vargas, 700 - Caixa Postal 04
 Fone/Fax (0**47) 382-3655
 89120-000 - TIMBÓ - SC

TERMO DE CESSÃO DE USO

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Timbó e a Gerência Regional de Educação e Inovação, esta última representada pela Secretaria do Desenvolvimento Regional de Blumenau.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.764/0001-15, com sede nesta cidade, na Av. Getúlio Vargas, nº 700, doravante denominada **CEDENTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Waldir Ladehoff, e a **GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO**, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.328/0001-58, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo seu Secretário Regional, Paulo França, resolvem celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a Cessão de Uso, pela **CEDENTE** a **CESSIONÁRIA**, das dependências do imóvel público municipal denominado Colégio Leoberto Leal, onde estabelecer-se-á um programa de cooperação técnica, este para funcionamento do Ensino profissional da Rede Estadual através do CEDUP.

Parágrafo Primeiro – O imóvel público municipal denominado Colégio Leoberto Leal, encontra-se localizado na avenida 7 de setembro – 314, bairro Centro, cidade de Timbó.

Parágrafo Segundo – O ensino profissional a ser oferecido pela **CESSIONÁRIA** compreenderá os seguintes cursos: Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Eletrônica e Técnico em Eletrotécnica.

Parágrafo Terceiro – Os novos cursos poderão ser implantados de acordo com a demanda de mercado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Presente Termo é regido pela Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, pelo Decreto Estadual nº 426, de 05 de agosto de 1999, com redação do Decreto nº 878, de 30 de dezembro de 1999, no que couber, pela Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

A **CESSIONÁRIA** obriga-se a:

- planejar e executar ações técnico-pedagógicas e administrativas, através do Centro e Educação Profissional – CEDUP / TIMBÓ, em conformidade com a legislação vigente e de acordo com a cláusula primeira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

CNPJ Nº 83 102 764/0001-15
 Av. Getúlio Vargas, 700 - Caixa Postal 04
 Fone/Fax (0**47) 382-3655
 89120-000 - TIMBÓ - SC

- coordenar e acompanhar as atividades do Convênio por intermédio da 4ª Coordenação Regional de Educação – 4ª CRE;
- realizar Reuniões bimestrais de avaliação e encaminhamento, com representantes do Estado e do município bem como com seus diretores;
- cobrir os custos de gás e telefone;
- suprir o material de consumo básico para o bom andamento da escola;
- quanto a qualquer indenização civil e criminal, estas advindas de quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem pela utilização do referido bem, seja por dolo ou culpa do mesmo;
- quanto quaisquer danos causados ao bem objeto deste contrato, devendo proceder a reparação do mesmo (se houver consento) , ou ressarcir o equivalente em dinheiro, em até 5 (cinco) dias após o término do contrato;
- providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás e licenças necessários à instalação e funcionamento de suas atividades;
- a providenciar, por sua conta e risco, todos os custos necessários à instalação e ao funcionamento das atividades constantes deste termo;
- quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes as legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias e previdenciárias, bem como quanto a quaisquer despesas decorrentes deste termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

A CEDENTE obriga-se a:

- ceder as dependências do imóvel público municipal denominado Colégio Leoberto Leal;
- cobrir os custos de água e de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO

Caberá a Secretaria a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

O Presente Convênio poderá ser alterado no todo ou em parte, por mútuo consenso e mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

A CEDENTE E A CESSIONÁRIA poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, por mútuo consenso das partes.

A CEDENTE poderá rescindir unilateralmente o presente Termo de Cessão de Uso, haja visto a precariedade do ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

CNPJ Nº 83 102 764/0001-15
 Av. Getúlio Vargas, 700 - Caixa Postal 04
 Fone/Fax (0**47) 382-3655
 89120-000 - TIMBÓ - SC

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo dar-se-á entre a data de sua assinatura e a data de 31/12/2004.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Câmara de Timbó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo. E por assim estarem acordadas, assinam as partes o presente Termo, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VIAS CONTRATUAIS

Para a formalização do presente instrumento, serão emitidas 5 (cinco) vias de igual teor e forma, as quais serão distribuídas da seguinte forma:

- 1 (uma) via para o Município de Timbó;
- 1 (uma) via para a Gerência Regional de Educação;
- 1 (uma) via para a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau;
- 1 (uma) via para a Secretaria de Educação e Inovação de Santa Catarina;
- 1 (uma) via para o Centro de Educação Profissional de Timbó – CEDUP.

Timbó (SC), 21 de janeiro de 2004.

CEDENTE
 Município de Timbó
 WALDIR LADEHOFF

CESSIONÁRIA
 Secretariado Desenvolvimento Regional de Blumenau
 PAULO FRANÇA

Testemunhas:

EDI MARCHETTI STUHLERT
 CPF. [REDACTED]

SÉRGIO LUIZ NONES
 CPF. [REDACTED]



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU

1º ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIMBÓ E A GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO, ESTA ÚLTIMA REPRESENTADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU, na forma abaixo:

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.764/0001-15, com sede a Av. Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, doravante denominada CEDENTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Waldir Ladehoff, e a GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.328/0001-58, doravante denominada CESSIONÁRIA, neste ato representada por seu SECRETÁRIO REGIONAL, Sr. Paulo Roberto Tesserolli França, acordam em firmar o presente 1º Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de 21/01/2004, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA


Fica alterada a Cláusula Oitava referente ao prazo do Termo de Cessão inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Oitava: Fica renovado o prazo do Termo de Cessão inicial, com início da vigência do presente em 01/01/2005 e término em 31/12/2005, podendo ser prorrogado na forma da Lei, mediante acordo entre as partes, por meio de aditamento.





Visto
Consultoria Jurídica


**ANEXO C – PARTE DO REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO COMERCIAL DR.
LEOBERTO LEAL**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
04- UNIDADE DE COORDENAÇÃO REGIONAL
07- SUPERVISÃO LOCAL DE EDUCAÇÃO
085- COLÉGIO COMERCIAL DR. LEOBERTO LEAL

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DEFINIÇÃO, SEDE E INSTITUIÇÃO LEGAL

Artigo 1º - O Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal, 04-07-085, sito à Rua Iete de Setembro, nº 314, no município de Timbó, bairro Centro, Estado de Santa Catarina, mantido pela Associação de Ensino de Timbó, integra a rede Particular de Ensino.

Artigo 2º - O Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal reger-se-á por este Regimento, aplicando-se, nos casos omissos, a Legislação vigente para cada caso.

Artigo 3º - Foi criado em 01 de março de 1956 pela Associação de Ensino de Timbó, e autorizado a funcionar pelo Decreto N. 37- 188 de 1º de março de 1960. Foi declarado de utilidade pública pela Lei nº 211 de 24 de maio de 1957.

Artigo 4º - Por força do artigo 74 da Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, o Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal é vinculado ao Sistema Estadual de Ensino, para fins de inspeção, fiscalização e supervisão pedagógica.

CAPÍTULO II
DA PROPRIEDADE

Artigo 5º - O Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal pertence à Associação de Ensino de Timbó.

01

ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ: DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR

Pesquisador: RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 62764422.3.0000.8049

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.872.774

Apresentação do Projeto:

Esta proposta de pesquisa pretende investigar a história e cultura escolar da implantação do Centro de Educação Profissional Timbó (CEDUP Timbó), nos anos de 2000 a 2004. Por se tratar da história da implantação de uma escola de educação profissional, essa proposta de projeto está vinculada à linha de pesquisa Organização e Memórias de espaços pedagógicos na EPT. Nesse sentido está inserido no macro projeto 4- História e Memória no contexto da EPT, no programa de Mestrado em Educação Profissional de Educação Tecnológica, polo Blumenau, na área de ensino. Pretende-se com essa pesquisa, verificar a história do período de implantação dessa instituição escolar, desenvolver de um Ebook, com memorial contendo a cronologia dos eventos ocorridos no Cedup Timbó, nos anos de 2000 a 2004, sob a perspectiva da cultura escolar.

Retirado de "Informações básicas do projeto"

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a história da implantação do CEDUP TIMBÓ na perspectiva da cultura escolar.

Objetivo Secundário: Investigar qual história da Educação Profissional no município de Timbó existe antes da implantação do Cedup Timbó; Identificar quais lideranças políticas e profissionais da educação participaram do processo de implantação do Cedup Timbó; (Re)Conhecer a história do

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 5.872.774

Cedup Timbó a partir de relatos dos profissionais que atuaram no período de implantação dessa instituição escolar; Verificar qual cultura escolar foi desenvolvida no período de sua implantação; Resgatar registros físicos e digitais que compõem a história do Cedup no período de sua implantação; Construir um produto educacional, em formato de E-book, com memorial cronológico dos registros institucionais e pedagógicos, realizados no Cedup Timbó, anos 2000 a 2004.

Retirado de "Informações básicas do projeto"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A utilização de documentos históricos na pesquisa apresenta os possíveis riscos: extravio; dano físico; rasuras durante o manuseio dos mesmos. Para manuseio dos mesmos serão tomadas as precauções quanto ao manuseio a fim de garantir a integridade dos mesmo. medidas: utilização de luvas descartáveis: e máscaras PFF2; ao realizar o registro dos documentos, deverá se usado recursos tecnológicos que não comprometam o estado físico do material. Equipamentos de proteção individual serão utilizados para proteger a saúde das pessoas assim como a integridade dos acervos, com objetivo de garantir a não violação da integridade dos documentos. utilização de luvas descartáveis ao manusear. Quanto a participação dos entrevistados na pesquisa pode gerar os seguintes riscos: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar tempo do sujeito ao responder a entrevista; e divulgação de voz e imagem, considerando a gravação das entrevistas presenciais. Dessa forma, será garantido o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimização de desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; e ainda garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, seja indenizado pelo dano, nos termos da Lei. O entrevistado terá plena autonomia para decidir se quer ou não participar da pesquisa, bem como desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa ou explicação e sem nenhum tipo de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar ou desistir da pesquisa. A possibilidade de divulgação de voz e imagem do entrevistado, somente ocorrerá com o consentimento do mesmo, caso a divulgação seja importante para a pesquisa e haja interesse do participante na divulgação. Em caso e não existir o consentimento, nome, dados pessoais e qualquer outro material que indique a

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 5.872.774

participação do entrevistado serão mantidos sob sigilo, não sendo identificados em nenhuma publicação que possa resultar. Quanto à participação dos avaliadores do produto ao participar da palestra e responder ao formulário avaliativo, pode gerar os seguintes riscos de origem psicológica, intelectual ou emocional: desconforto ao despertar memórias indesejáveis ou que causem forte emoção e quanto à resposta ao questionário: constrangimento ao respondê-lo; tomar tempo do sujeito e causar fadiga ao responder o formulário avaliativo. Dessa forma, será assegurado o acesso aos resultados individuais e coletivos; a desistência de participação a qualquer tempo e ainda garantir que os sujeitos a pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, sejam indenizados pelo dano, nos termos da Lei.

Benefícios: Os benefícios relacionados à participação tanto dos entrevistados quanto dos avaliadores na pesquisa são indiretos, considerando que o levantamento documental, as entrevistas e a avaliação do produto, objetivam a construção da história da implantação do CEDUP Timbó: diálogo entre a história e cultura escolar. A elaboração de um produto no formato de Ebook em ordem cronológica através de imagens físicas e digitais dos eventos pedagógicos vivenciados no período de 2000 a 2004, ano de implantação do CEDUP Timbó. Considerando que até o momento não há material publicado sobre a história dessa instituição escolar, essa proposta de pesquisa fará com que o registro histórico dessa instituição escolar possa ser publicado reforçando a história da educação profissional e tecnológica, além dos estudos em história de instituições escolares para EPT.

Retirado de "Informações básicas do projeto"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16. O Parecer será emitido como Aprovado (com as observações relativas a Emenda/Relatório Final).

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 5.872.774

Recomendações:

1. Em conformidade com a Resol.CNS CEP/CONEP 510/16, os projetos aprovados pelos CEPs, devem ao seu final apresentar junto à Plataforma Brasil, o Relatório Final do mesmo (o documento deverá ser encaminhado até 30 dias após a última data prevista no cronograma de execução da pesquisa.
2. Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio da Emenda de Protocolo, para análise.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

Pendência 1 - RESOLVIDA. É de responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Sendo assim, solicitam-se esclarecimentos acerca do armazenamento dos dados coletados no estudo, bem como quais procedimentos serão adotados para resguardar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da Pesquisa (Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS, item 3.1).

Pendência 2 - RESOLVIDA. Inserir informações quanto ao armazenamento dos dados em conformidade com o descrito na Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS. Uma vez concluído o registro de consentimento (por exemplo, gravado em vídeo ou áudio) e a coleta de dados, recomenda-se ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".(Carta Circular n.º 1/2021- CONEP/SECNS/MS, itens 3.2 e 3.3).

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2001268.pdf	25/11/2022 21:12:57		Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
 Bairro: CENTRO CEP: 88.340-055
 UF: SC Município: CAMBORIU
 Telefone: (47)2104-0882 E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 5.872.774

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_X_SEGURANCA_E_TRANSFERENCIA_ARMAZ_DADOS_COLE.pdf	25/11/2022 21:12:42	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Brochura Pesquisa	BRUCHURA_PROJETO_VERSAO_3_VER_ITEM_7_7_METODOLOGIA.pdf	25/11/2022 21:11:51	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURA_de_Pesquisa_Rafaela_Hinsching_2.pdf	07/10/2022 19:29:15	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_VIII_Autodecl_Respons_Arq_Publico_Municipal.pdf	07/10/2022 19:27:51	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_IX_Autodecl_de_Respons_Dados_Acervo_Pessoal_Entrevistados.pdf	07/10/2022 19:25:55	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_VII_Autodecla_de_Respons_Acervo_Escolar_CEDUP_Timbo.pdf	07/10/2022 19:22:33	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	RAFAELA_HINSCHING_PROJETO_DE_TALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR.pdf	19/08/2022 19:11:32	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_I_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_Entrevista_Presencial_e_ou_Virtual.pdf	19/08/2022 19:09:37	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_III_ROTINEIRO_PARA_ENTREVISTA_PRESENCIAL_E_OU_VIRTUAL_SEMIESTRUTURADA.pdf	19/08/2022 19:09:14	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoRafaelaHinsching.pdf	18/08/2022 18:58:20	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Outros	ANEXO_VI_FORMULARIO_AVALIATIVO_PRODUTO_EDUCACIONAL.pdf	17/08/2022 19:45:04	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_VTCLE_AVALIAR_PRODUTO_EDUCACIONAL_FORMULARIO_VIRTUAL.pdf	17/08/2022 19:15:45	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006

Bairro: CENTRO

GEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 5.872.774

Ausência	ANEXO_VTCLE_AVALIAR_PRODUTO_EDUCACIONAL_FORMULARIO_VIRTUAL.pdf	17/08/2022 19:15:45	HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_IV_TCLE_APLICAR_PRODUTO_PALESTRAPRESENCIAL.pdf	17/08/2022 19:14:10	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_II_TCLE_USO_VOZ_IMAGEM_NOME.pdf	17/08/2022 19:12:55	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito
Declaração de concordância	CartaAnuenciaCEDUPTimbo.pdf	17/08/2022 18:17:47	RAFAELA ALESSANDRA SCHNEIDER HINSCHING	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMBORIU, 01 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
Fernanda Carvalho Humann
(Coordenador(a))

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br